



**Universidade Católica do Salvador**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**  
**Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea**

**MARIANA CAJUEIRO VIEIRA**

**NOVAS TRANSMISSÕES MATERIAIS E AFETIVAS NA  
APOSENTADORIA: DO GOSTO AOS CONFLITOS DE “ESTAR  
JUNTO” EM FAMÍLIA**

**SALVADOR**

**2018**

**MARIANA CAJUEIRO VIEIRA**

**NOVAS TRANSMISSÕES MATERIAIS E AFETIVAS NA  
APOSENTADORIA: DO GOSTO AOS CONFLITOS DE “ESTAR  
JUNTO” EM FAMÍLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Livia Alessandra Fialho da Costa

**SALVADOR  
2018**

## Ficha catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

V658 Vieira, Mariana Cajueiro

Novas transmissões materiais e afetivas na aposentadoria: do gosto aos conflitos de "estar junto" em família/ Mariana Cajueiro Vieira. – Salvador, 2018.

133 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra<sup>a</sup>. Livia Alessandra Fialho da Costa

1. Família 2. Aposentadoria 3. Envelhecimento 4. Conjugalidade  
5. Curso de Vida I. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação II. Costa, Livia Alessandra Fialho da – Orientadora III. Título.

CDU 316.356.2-053.9

## TERMO DE APROVAÇÃO


**Mariana Cajueiro Vieira**

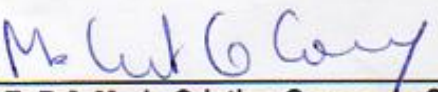
**“NOVAS TRANSMISSÕES MATERIAIS E AFETIVAS NA APOSENTADORIA:  
DO GOSTO AOS CONFLITOS DE "ESTAR JUNTO" EM FAMÍLIA”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 03 de abril de 2018.

Banca Examinadora:

  
Prof.ª Dr.ª Livia Alessandra Fialho da Costa  
Orientador(a) (UCSAL)

  
Prof.ª Dr.ª Maria Cristina Gomes da Conceição - (FLACSO)

  
Prof.ª Dr.ª Elaine Pedreira Rabinovich - (UCSAL)

## AGRADECIMENTOS

Primeiro a DEUS que, além de ter me dado o dom da vida, cercou-me de anjos, alguns dos quais aqui também irei agradecer, e por me dar força e asas para ir além.

Aos meus pais e meu irmão que fizeram o mestrado comigo, apoiando desde o princípio, compartilhando as dores e alegrias desse processo, sendo pacientes e ajudando-me quando possível.

À Márcia Matos e Simone Carvalho, psicólogas e professoras, que me incentivaram a buscar esta formação, e são referência profissional para minha carreira.

À Prof<sup>a</sup>. Cristina Gomes, minha primeira orientadora, que abraçou com real interesse o projeto e soube com maestria me inserir no mundo acadêmico, me auxiliando na busca pelos caminhos que nortearam esta pesquisa. A nossa passageira convivência, principalmente nos grupos de pesquisa, me fez aprender muito e levou-me a admirá-la.

À Prof<sup>a</sup> Livia Fialho, minha segunda orientadora, a quem já admirava pelas aulas e que veio agregar novos conhecimentos a minha pesquisa. E que junto comigo se empenhou com grande carinho e disponibilidade para que chegássemos à reta final.

Aos professores e professoras deste programa que generosamente compartilharam seus conhecimentos. Em especial, à Prof<sup>a</sup> Elaine Rabinovich, uma pessoa que nos transmite uma vitalidade e um entusiasmo carregados de sabedoria e jovialidade.

Aos colegas de sala e grupo de pesquisa com quem compartilhei as alegrias e angústias de ser uma mestranda. Agradeço de coração a Larissa Vivas, colega e amiga, de quem recebi forças e ajuda quando mais precisei.

Aos participantes da pesquisa pela confiança e generosidade com que compartilharam suas vidas, possibilitando que esse projeto se tornasse real.

À FAPESB por acreditar no meu projeto e financiá-lo.

Aos amigos por me incentivarem e compreenderem minhas ausências. Em especial, a Luiz Carlos e Virgínia, que foram companheiros e motivadores ao longo desses dois anos.

## RESUMO

A aposentadoria é um processo marcado por mudanças e adaptações não só para os indivíduos aposentados, mas para aqueles ao seu redor. Questões familiares tendem a influenciar desde a decisão até a adaptação à aposentadoria. As pesquisas sobre o tema tendem a priorizar o estudo da família como variável de influência sobre a experiência do sujeito com relação à aposentadoria, olhando, sobretudo, para as relações conjugais. O presente trabalho, sob uma ótica interdisciplinar, buscou investigar a relação inversa, tendo a aposentadoria como processo de transição do curso de vida do indivíduo e da família. Para isso realizou-se uma pesquisa exploratória sob abordagem qualitativa com delineamento longitudinal retrospectivo, visando analisar expectativas, experiência e percepção de aposentados e cônjuges sobre a dinâmica familiar na aposentadoria. A pesquisa foi realizada com um grupo de participantes aposentados, com pelo menos um ano da aquisição do benefício, e cônjuges residentes em Salvador (Bahia) ou região metropolitana, com filhos. Foram entrevistados cinco homens e cinco mulheres. Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas individuais acerca da decisão e expectativas sobre a aposentadoria; das condições econômicas, da dinâmica, papéis e relações familiares antes e na aposentadoria; e da percepção de cada membro do casal sobre a aposentadoria e seus efeitos sobre a família. Para análise dos dados foi adotada a técnica de análise temática com comparação das informações antes e na aposentadoria e correlação com conceitos e premissas da abordagem do curso de vida. Os resultados revelaram que tanto os aposentados quanto os cônjuges esperavam que a aposentadoria fosse um tempo para descanso, para cuidar de si e fazer o que gosta, vivenciando esse período de forma ativa e ao lado da família. Pela narrativa dos participantes, observou-se, também, que a aposentadoria coincidiu com transições da trajetória de vida de outros membros familiares, gerando daí movimento e mudanças na família quanto à disponibilidade e flexibilidade de tempo para convivência uns com os outros e para assumir novos papéis. Destaca-se que os relatos dos aposentados e cônjuges revelaram um gradual afastamento dos filhos e uma tendência a maior aproximação conjugal. Sendo esses dois movimentos vivenciados com satisfações e conflitos. Os participantes do estudo não apontaram grandes mudanças na rotina de afazeres domésticos e cuidado, assim como não foram pontuadas mudanças ou questões diretamente relacionadas à aposentadoria. Vale destacar que o estudo sobre a aposentadoria pode muito colaborar para a compreensão das vivências da conjugalidade e da vida em família.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família; Aposentadoria; Envelhecimento; Conjugalidade; Curso de vida.

## ABSTRACT

Retirement is a process marked by changes and adaptations not only for retired individuals but for those around them. Family issues tend to influence from decision making to retirement adjustment. The researches found up until now tend to prioritize the study of the family as a variable of influence on the subject's experience in relation to retirement, especially the marital relationships. The present work, under an interdisciplinary perspective, sought to investigate the inverse relationship, with retirement as a process of transition of the individual and family life course. For this, an exploratory study was carried out under a qualitative approach with a retrospective longitudinal design, aiming to analyze expectations, experience and perception of retirees and spouses about the family dynamics in retirement. The research was carried out with a group of participants, retired, with at least one year of acquisition of the benefit, and spouses. Also they should live in Salvador or metropolitan region and have children. Five men and five women were individually interviewed through a semi-structured interview script about the decision and expectations about retirement; economic conditions, dynamics, roles and family relationships before and at retirement; and the perception of each member of the couple about retirement and its effects on the family. The data was analyzed by the thematic analysis technique and was made comparison of information before and during retirement and correlation with concepts and premises of the life course approach. The results revealed that both retirees and spouses expected retirement to be a time for rest, to take care of themselves and to do what they like, experiencing this period in an active way and with the family. According to the participants' narrative, it was also observed that the retirement coincided with transitions in the life trajectory of other family members. This fact generated movements and changes in the family regarding the availability and flexibility of time to live together and to assume new roles. It is noteworthy that the reports of retirees and spouses revealed a gradual departure from their children and a tendency towards greater conjugal approximation. These two movements are lived with some satisfactions and conflicts. Study participants did not point to major changes in the routine of household chores and care, as were no sharp changes or issues directly related to retirement. Note that the study on retirement can greatly contribute to the understanding of the conjugal and family life experiences.

**KEYWORDS:** Family; Retirement; Aging; Conjuality; Life Course Approach.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Benefícios concedidos pela previdência social .....	53
Tabela 1	Caracterização dos participantes .....	76
Tabela 2	Motivos para aposentar-se .....	81
Tabela 3	Participação da família na decisão quanto à aposentadoria .....	82
Tabela 4	Expectativas quanto à aposentadoria .....	84
Quadro 2	Classificação e frequência das atividades em tempo livre .....	115



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPs - Caixas de Aposentadoria e Pensões

CEME- Central de Medicamentos

CLP - Consolidação das Leis da Previdência Social

DATAPREV- Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

EAPC - Entidades Abertas de Previdência Complementar

EC - Emenda Constitucional

EFPC - Entidades Fechadas de Previdência Complementar

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do menor

IAP - Institutos de Aposentadoria e Pensões

IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAMPS - Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

LBA - Fundação Legião Brasileira de Assistência

LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social

MONGERAL - Montepio Geral dos Servidores do Estado

MP – Medida Provisória

NSFH - National Survey of Families and Households

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RGPS - Regime Geral de Previdência Social

RPPS - Regimes Próprios de Previdência de Servidores Públicos e Militares

SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social Instituto

TV- Televisão

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 COMO PENSAR PAPEIS E RELAÇÕES NAS FAMÍLIAS NA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>15</b>
2.1 Pais e filhos .....	21
2.2 Avós e netos .....	23
2.3 Relações de poder na família e a divisão do trabalho doméstico segundo a perspectiva de gênero .....	27
<b>3 AS FAMÍLIAS FRENTE AOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA E ENVELHECIMENTO .....</b>	<b>30</b>
3.1 Família e aposentadoria .....	30
3.2 Família e envelhecimento .....	34
3.3 Questões materiais da família na aposentadoria e velhice .....	39
3.3.1 Renda .....	39
3.3.2 Moradia .....	41
3.3.3 Tempo livre .....	42
<b>4 PREVIDÊNCIA SOCIAL E APOSENTADORIA NO BRASIL .....</b>	<b>46</b>
4.1 História da proteção social no Brasil .....	46
4.2 A previdência social brasileira .....	50
4.3 Aposentadoria no Brasil .....	56
4.4 Panorama da previdência social e aposentadoria no Brasil .....	61
<b>5 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA: A INTERFACE APOSENTADORIA E FAMÍLIA NA PERSPECTIVA DO CURSO DE VIDA .....</b>	<b>63</b>
5.1 A ciência do desenvolvimento e a perspectiva do curso de vida .....	63
5.2 Família e mudança na perspectiva do curso de vida .....	66
5.3 A interface aposentadoria e família na perspectiva do curso de vida .....	68
5.4 Implicações metodológicas da perspectiva do curso de vida .....	70
<b>6 METODOLOGIA .....</b>	<b>72</b>
6.1 Participantes .....	72
6.2 Instrumentos e procedimentos para coleta de dados .....	73
6.3 Procedimentos para análise de dados .....	74
<b>7 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>76</b>

	10
7.1 Caracterização dos participantes .....	76
7.2 Decisão e expectativas quanto à aposentadoria .....	81
7.3 Relações familiares na aposentadoria .....	87
7.3.1 O casal .....	91
7.3.2 Pais e filhos .....	97
7.3.3 Avós e netos .....	100
7.3.4 Irmãos .....	101
7.3.5 Relações de poder na família e a divisão do trabalho doméstico segundo a perspectiva de gênero .....	103
7.4 Família e envelhecimento na aposentadoria .....	107
7.5 Questões materiais da família na aposentadoria e velhice .....	110
7.5.1 Renda .....	110
7.5.2 Moradia .....	112
7.5.3 Tempo Livre .....	114
7.6 Família e aposentadoria na abordagem do curso de vida .....	117
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>124</b>
<b>APÊNDICE – Roteiro de entrevista semi-estruturada .....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXO – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>132</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, devido ao aumento da expectativa de vida e o contínuo crescimento da população idosa, a aposentadoria e seus possíveis impactos socioeconômicos estão ganhando destaque na mídia e no meio acadêmico. Além de um fenômeno social, a aposentadoria é, também, uma condição da transição da vida adulta para o início do envelhecimento (SZINOVACZ, 1980 apud KIM; MOEN, 2002). E, como qualquer outro processo transitório, pode ocasionar grandes crises, ao que Vries (2003 apud ROMANINI, XAVIER; KOVALESKI, 2004) chama de “Síndrome da aposentadoria”. O indivíduo experimenta a saída do mercado de trabalho, além de mudanças que vão desde o aspecto físico e biológico até atingir profundas mudanças psicológicas, passando por uma reestruturação de seu meio social.

Em suas pesquisas, Kim e Moen (2001, 2002) encontraram que a decisão e a própria experiência da aposentadoria sofre influência do contexto social e do desenvolvimento do indivíduo. Os autores evidenciam, por exemplo, que o bem-estar na aposentadoria está relacionado a recursos econômicos, a recursos próprios do indivíduo (por exemplo, às variáveis sociodemográficas e às relacionadas à saúde e personalidade) e às relações sociais. Corroborando com tal perspectiva, Moragas (2009) afirma que para algumas pessoas a aposentadoria pode ser razão de alegria ou contrariedade, a depender da formação, nível educacional, posto de trabalho e outros fatores da vida profissional e social do indivíduo. Fazendo um paralelo com a fórmula popular da felicidade “saúde, dinheiro e amor”, Moragas classifica os fatores que influem na percepção da aposentadoria em individuais, materiais e sociais, semelhantes aos recursos evidenciados por Kim e Moen.

Segundo Albuquerque, Lobo e Raymundo (1999), o trabalho dá ao sujeito sua posição social, uma vez que é através do papel profissional que este estabelece sua rede de comunicação social. Desta forma, ao se aposentar, o indivíduo perde sua identidade profissional, o *status* social trazido pelo nome de um cargo ou profissão, o reconhecimento na sociedade, a referência na profissão, os compromissos, os horários (SOARES *et al.*, 2007; ROMANINI, XAVIER & KOVALESKI, 2004). Neste ritmo, quer por escolha pessoal quer por pressão da sociedade, as funções sociais do homem se tornam reduzidas, assim como sua vida social e com ela amizades de trabalho que podem ter constituído redes de apoio de longa data (DORIA, 2004).

A aposentadoria pode ser, portanto, um momento de retomada dos vínculos familiares e afetivos. Autores apontam que o número de parceiros sociais até pode ser estável ao longo da vida, mas o número de relações periféricas declina na velhice (LANG, STAUDINGER; CARSTENSEN, 1998 apud NICOLAZI *et al.*, 2009), logo, a família torna-se um dos principais espaços que serão habitados pelo aposentado, assumindo, assim, um papel muito importante nessa etapa de vida do indivíduo. Porém, devido ao próprio desenvolvimento familiar, este pode ser, também, um momento de desestabilização da conjuntura familiar e mudanças na posição de cada membro, alterações que, muitas vezes, a família tem dificuldade para entender e lidar.

Diante desse panorama, surgem as seguintes questões norteadoras: que mudanças materiais e relacionais na família se inauguram com a aposentadoria de um de seus membros? Qual o impacto dessas mudanças sobre a percepção dos sujeitos quanto à família e na sua relação com seus familiares?

Dessa forma, esse estudo pretendeu identificar e analisar as expectativas, a experiência e percepção de aposentados e cônjuges sobre a dinâmica familiar na aposentadoria. Para isso, buscou-se conhecer as expectativas dos aposentados e cônjuges sobre a aposentadoria; analisar as condições de renda, moradia e adequação financeira das famílias dos participantes antes e na aposentadoria; identificar as mudanças na rotina de afazeres domésticos, cuidado e lazer das famílias e como ocorre esse processo de mudança, as negociações e conflitos envolvidos; identificar alterações de papéis dos membros familiares ocorridas com a aposentadoria; e, por fim, conhecer e analisar a percepção de cada membro do casal quanto à aposentadoria e seu efeito sobre a dinâmica familiar. Esta dissertação traz os resultados de uma pesquisa com um grupo de participantes, aposentados, com pelo menos um ano da aquisição do benefício, e cônjuges residentes em Salvador ou região metropolitana, com filhos.

Essa investigação pode permitir ao aposentado e seus familiares a reflexão sobre o assunto. Além disso, pode oferecer subsídio aos profissionais que atuam em programas de preparação para aposentadoria ou em outros trabalhos voltados para pessoas na última fase adulta ou velhice.

A análise dos dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2011) demonstra que, em 2010, a população brasileira era de 190,8 milhões, sendo que 42,03%

correspondiam ao grupo etário de pessoas entre 0 a 24 anos de idade, 47,18% à faixa etária entre 25 a 59 anos e 10,79% ao grupo igual ou acima de 60 anos. Quando comparado ao ano 2000, quando tais grupos correspondiam, respectivamente, a 49,67%, 41,76% e 8,56%, nota-se o aumento dos níveis de qualidade de vida e de longevidade, o crescimento da população idosa e, conseqüentemente, do número de aposentados e do impacto disso para a previdência social, bem como do impacto da previdência na vida dessas pessoas.

Vale ressaltar que estudos sobre a interligação da aposentadoria com a família e outras dimensões da vida são relativamente recentes no Brasil, conforme apontam Antunes e Moré (2014). Na pesquisa realizada pelos referidos autores, foi constatado que são incipientes e superficiais as produções brasileiras que se propõem a discutir a relação entre aposentadoria e família. Por fim, esta pesquisa pode favorecer a ampliação do conhecimento relativo ao adulto e o idoso, uma vez que, no que se refere ao desenvolvimento humano, essa faixa etária fica em desvantagem quando comparada com a produção sobre a infância e adolescência.

Para apoiar a construção desse estudo e observar os objetivos fixados, elaborou-se uma revisão de literatura acerca dos temas família, aposentadoria e envelhecimento, uma vez que essas três temáticas são questões chave para o entendimento daquilo que nos propomos como objeto de estudo: a interface aposentadoria e família. Dessa forma, a próxima seção discorre sobre características e construção dos papéis e relações nas famílias na contemporaneidade, visando uma maior compreensão da dinâmica familiar. Em virtude do objeto de estudo e dos objetivos traçados são abordadas as relações de casal, pais e filhos, avós e netos, bem como as relações de poder e divisão do trabalho doméstico segundo a perspectiva de gênero.

Na terceira seção são tratados os binômios 'família e aposentadoria' e 'família e envelhecimento'. São apresentadas algumas implicações da aposentadoria e do envelhecimento sobre a dinâmica relacional familiar, encerrando com uma subseção voltada para implicações materiais da aposentadoria e envelhecimento na família.

A quarta seção apresenta o sistema previdenciário brasileiro, discorrendo desde sua origem até um breve panorama atual, com ênfase na estrutura e funcionamento da aposentadoria.

A quinta seção refere-se à abordagem do curso de vida que fundamentou a construção metodológica deste estudo. Apresenta-se, então, o desenvolvimento da abordagem dentre as teorias do desenvolvimento, bem como conceitos e premissas básicas.

Na sexta seção é apresentada e justificada a escolha por um estudo exploratório sob abordagem qualitativa com delineamento longitudinal retrospectivo, explicitando a opção por um método biográfico-narrativo, no caso, a entrevista semi-estruturada. Esta seção também trata dos critérios para formação da amostra e dos procedimentos para coleta e análise de dados.

Na sétima seção primária são apresentados os resultados encontrados a partir da análise da narrativa dos participantes. Por fim, na oitava e última seção primária, são feitas considerações sobre os principais resultados correlacionando-os às perguntas e aos objetivos que nortearam esta pesquisa.

## 2 COMO PENSAR PAPEIS E RELAÇÕES NAS FAMÍLIAS NA CONTEMPORANEIDADE

É na família que o ser humano tem as suas primeiras interações sociais, onde começa a construir significados e onde valores e práticas socioculturais são transmitidos por meio dos relacionamentos entre as gerações. Além do papel da família na socialização do indivíduo e reprodução social, Arriagada (2000) destaca a função de cuidado e proteção dos seus membros, em especial a mãe nessas tarefas.

Para Moragas (2010), a família satisfaz as necessidades de ordem física, psíquicas e sociais de seus membros. Em estudos realizados com universitários da Bahia e crianças baianas e paulistas, o “cuidar” aparece como um significado geral atribuído à família (RABINOVICH; MOREIRA, 2008; MOREIRA; RABINOVICH; SILVA, 2009; RABINOVICH;FRANCO;MOREIRA, 2012). Tomado em um sentido amplo, esse cuidar representa ser fonte de sustento, grupo afetivo e de relacionamento. Portanto, corroborando a ideia de Moragas, para os participantes das referidas pesquisas, a família fornece alimento e proteção, cria, ajuda e oferece suporte, bem como é um espaço social onde se manifesta amor, respeito, carinho, em que não há maus tratos, no qual as pessoas devem viver juntas, compartilhando e experienciando uma convivência harmoniosa.

Quanto à estrutura familiar, Torres e Dessen (2006, p. 263), ao escreverem sobre a família brasileira como contribuição para um estudo internacional, evocam Cândido que, em 1972, definiu o Brasil como “uma grande família, com poucas regras formais e um consenso em relação à autoridade do pai”. E, de fato, o modelo nuclear patriarcal composto por pai, mãe e filhos, estando os dois últimos sob a autoridade do primeiro, representou o suposto ideal da família brasileira por muitos anos. Em 1981, esse modelo tradicional representava 65% das famílias brasileiras, contudo, em 1990, esse número reduz para 61%. Comparando os dois anos, notam-se outras quedas, por exemplo, o número de membros por família vai de 4,5 para 4,1, bem como o número de crianças por casal cai de 2,5 para 1,9 (TORRES; DESSEN, 2006). No século XXI, esse movimento de queda permanece. Em 2004, o modelo “tradicional da família brasileira” representava 51% das famílias do país, caindo para 42,9% em 2014. A tendência de famílias menores também se evidencia



em um aumento do número de casais sem filhos, que representavam 14,7 em 2004, tornando-se 19,9% em 2014, sendo o segundo tipo mais comum de família. Em adição, o número de arranjos unipessoais igualmente cresceu.

Esses dados evidenciam que o retrato da família brasileira está se modificando e acompanhando tendências internacionais. Analisando os efeitos sociais e econômicos da globalização, Arriagada (2000) aponta para novas tendências quanto à estrutura da família latino-americana do século XXI. Segundo a autora, ainda que se mantenha a predominância de famílias nucleares, elas assumem diferentes estruturas, por exemplo, famílias reconstituídas, famílias chefiadas por mulheres, ou mesmo famílias sem filhos. Estudos brasileiros também revelam o surgimento de novos arranjos familiares.

Em pesquisa realizada com crianças baianas, Moreira, Rabinovich e Silva (2009) constataram que as crianças descrevem a família como extensa, ainda que residam, em sua maioria, com a família nuclear. Resultado semelhante foi obtido na pesquisa de Rabinovich, Franco e Moreira (2012) com universitários baianos, no estudo em que as autoras identificaram dez tipos de família, sendo o agrupamento extenso correspondente a 45,5% das respostas. Se forem acrescentadas à categoria extensa, as categorias extensa+amigo, ampliada e reconstituída extensa, essa porcentagem sobe para 63,3%. Esses dados reforçam a crítica apontada por essas autoras à definição estrutural de família baseada na demografia, enfatizando que o conceito de rede sócio-familiar, apresentado por alguns autores, parece mais compatível com a realidade das famílias brasileiras. Na década de 1990, Motta já afirmava algo semelhante em seu estudo sobre família dos idosos, ao constatar que:

Está-se dando uma gradativa perda da centralidade, ou pelo menos da unicidade, da família nas suas relações sociais. Elas mantêm a importância afetiva e as redes de solidariedade, ainda mais importantes na crise de empregos atual, mas ao mesmo tempo como analisa Jelin (1994) vai deixando de ser uma instituição total, firmando-se, cada vez mais, como vínculos familiares (MOTTA, 1998, p. 85)

Essa percepção mais extensa, ou de rede, sobre a configuração familiar fica evidente, por exemplo, quando se analisa o papel dos idosos, especialmente dos avós, nas famílias contemporâneas. Antes figuras passivas e pouco contributivas, os idosos têm cada vez mais adquirido funções e responsabilidades na dinâmica familiar, e estendendo a família antes centralizada nas relações conjugal e parental.

Uma temática muito importante para ser observada em dinâmicas familiares de aposentadoria é a história do casal ou da conjugalidade. As formas – conflitos e conquistas ao longo da relação – ou experiências de conjugalidade são decididamente uma narrativa de convivência que muito informa sobre o que significa “estar junto”. Ao longo dos anos de convivência, o casal passa por diversas e diferentes experiências que vão “modelando” a vida a dois. São indubitavelmente experiências positivas e negativas. As experiências positivas levam, grosso modo, ao crescimento do casal, já que são fonte propiciadora de satisfação e união. As experiências negativas, a depender dos acordos e formas de gerenciar seus impactos, causam maior ou menor conflito, unindo ou desunindo o casal. Sabe-se que viver em casal, ou uma conjugalidade duradoura, na contemporaneidade, é um desafio que pode ser entendido teoricamente por várias vias. Uma delas é entender que a contemporaneidade traz mudanças na própria percepção do que é a vida a dois. A este respeito, Costa e Silva (2015) nos informa:

As mudanças na vida familiar em fins do século passado trouxeram para as ciências sociais novos desafios conceituais. Promover o entendimento do impacto da nova condição do vínculo conjugal, a partir dos anos 1960, fez com que muitos cientistas sociais, em diferentes partes do mundo, dedicassem muitas páginas à formação do casal e às dinâmicas da conjugalidade. Vale a pena ressaltar que não apenas as ciências sociais, mas um vasto número de disciplinas, tem produzido a este respeito. A produção nas áreas do direito, da educação, da psicologia, dentre outras, ajudou a alargar a compreensão do fenômeno da conjugalidade. Entretanto, é sem dúvida no campo interdisciplinar que o tema ganha relevância, revelando-se como um objeto multifacetado, cuja complexidade exige a presença de conceitos e aprofundamentos de diversas áreas. (COSTA; SILVA, 2015, p. 357)

A conjugalidade pode ser entendida como a relação íntima entre membros adultos, tendo como principais dimensões a aliança e a sexualidade. Conforme as vivências em comum, o diálogo e os laços afetivos estabelecidos, o casal pode partilhar as situações de vida de cada indivíduo e revelar-se ao outro, construindo a intimidade e uma identidade conjugal (ALCÂNTARA; CERQUEIRA; SILVA, 2016).

A conjugalidade carrega também um caráter institucional através do casamento e, mais recentemente, da união estável. Socialmente, casar-se é constituir família, com ou sem filho, mediante partilha de vida e bens (ALCÂNTARA; CERQUEIRA; SILVA, 2016). O casamento, até o século XIX, era acordado entre duas famílias, sem necessariamente haver a aprovação, ou mesmo uma consulta, dos nubentes. Já no século XX, o casamento passa a ser baseado no afeto, no

amor. Como afirma Singly (2007), se antes os laços eram valorizados em função das coisas, na modernidade há uma primazia dos laços entre pessoas.

Ainda assim, pode-se fazer uma distinção. Para Singly (2000), até os anos 1960, o laço afetivo era valorizado em função do grupo familiar, ou seja, a conjugalidade estaria centrada no amor e na afeição em prol do desenvolvimento e bem-estar familiar, principalmente das crianças. O modelo familiar seguinte, segundo esse autor, continua sob a régia do amor e afeição, de certa maneira até mais acentuada, porém atribuindo maior peso ao indivíduo original, ao “verdadeiro eu”. Dessa forma, o centro deixa de ser o grupo familiar, para dar foco aos membros que o compõem (SINGLY, 2000).

Essa mudança é derivada de acontecimentos e valores contemporâneos, como a emancipação da mulher, ênfase no processo de individualização, valorização do prazer (sensação) e hiperconsumo. Estando a conjugalidade na sociedade contemporânea sob duas perspectivas: o primado das paixões sobre o sentimento e o paradoxo entre a individualidade e o pertencimento.

Quanto à conjugalidade, Cigoli e Scabini (2007a, 2007b) ressaltam a existência de um pacto conjugal de natureza ético-afetiva. O plano afetivo, ou sentimental, refere-se a uma “espera materna”, ou seja, a confiança-esperança na relação e no cuidado com a mesma. Já o plano ético, trata-se de uma “espera paterna” por justiça-lealdade, que se expressa, por exemplo, no compromisso com o vínculo<sup>1</sup>. Contudo, ao se analisar esse pacto conjugal dentro da família relacional e individualista, nota-se que os casais tendem a atribuir maior relevância ao plano afetivo devido à ênfase nas relações, em detrimento do plano ético em vista da preservação da individualidade. Como afirma Singly (2000), as pessoas, em geral, desejam relacionar-se e desenvolver uma vida privada com uma ou mais pessoas próximas, desde que não se sintam sufocadas, ou seja, que sua independência e autonomia sejam mantidas. Talvez, por isso o plano ético seja ofuscado, pois ele implica em obrigações, fidelidade e compromisso com o cônjuge e com um projeto comum que pode, em certa medida, cercear a liberdade do indivíduo.

Assim, na relação conjugal o indivíduo vive a tensão de desejar estabelecer uma relação mais íntima com o outro, ao mesmo tempo em que se preocupa em

---

<sup>1</sup> Como esclarecem os autores, a distinção em materno e paterno refere-se à qualidade simbólica e não deve ser confundida com papéis de gênero.

preservar e afirmar seu “verdadeiro eu”. Ou seja, o ideal de estabelecer “uma vida a dois que permita satisfazer as necessidades relacionais, mas respeite a autonomia de cada um” (SINGLY, 2000, p. 16).

Ainda que em seu trabalho Beaujoan (2000) se refira a casais em situação de desemprego, a mesma faz um apontamento que pode atender a toda relação conjugal ao afirmar que, no desenvolvimento da relação de casal, é importante estabelecer momentos juntos, em que se possa partilhar e desfrutar da companhia do outro, mas também deve-se estabelecer “recantos próprios”<sup>2</sup> ou “zonas pessoais”<sup>3</sup>, que são espaços físicos e/ou simbólicos onde o indivíduo possa se isolar e ter um tempo para si próprio “propício ao diálogo interior e à reconstituição identitária” (BEAUJOAN, 2000, p. 57). Em suma, o casal precisa negociar uma “boa distância conjugal”<sup>4</sup>.

Para aprofundar a discussão sobre esse desequilíbrio entre os planos ético e afetivo, pode-se recorrer a dois elementos da relação de casal enfatizados por Cigoli e Scabini (2007a): a *promessa* e o *encontro secreto*. Segundo esses autores, a promessa é o compromisso de fidelidade e partilha com o outro que deve transpassar o tempo. A promessa é, portanto, transcendente, realizada hoje em vista de um amanhã (GILBERT, 2014 apud FORNASIER, 2016). Indo mais além, Botturi (2009 apud FORNASIER, 2016) considera a promessa algo inerente ao amor, pois, para esse autor, o amor, por natureza, não tem fim. Já o encontro secreto refere-se:

às expectativas e necessidades que cada um dos companheiros espera satisfazer na relação de casal e que, obviamente, se relaciona à própria história precedente, aos modelos de identificação familiares e às representações de vida de casal que são transmitidas pela cultura de pertença (CIGOLI; SCABINI, 2007a, p.47).

Retomando a valorização do plano afetivo e da individualidade em prejuízo do plano ético, Fornasier (2016), a partir de Botturi, ressalta o primado da emoção sobre o sentimento, assim sendo, “a experiência e a concepção afetivas tendem cada vez mais a serem interpretadas sob a égide da emoção” (FORNASIER, 2016, p.90) e não sob o sentimento (o amor). Logo, a satisfação das expectativas e

---

<sup>2</sup>Expressão de Caradec, V. *Le couple à l'heure de La retraite*. Rennes, PUR, 1996 utilizada por Beaujoan, 2000.

<sup>3</sup>Expressão de Singly, F. de. *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris, Nathan, 1993. (Col.128.)utilizada por Beaujoan, 2000

<sup>4</sup>Expressão de Caradec, V. *Le couple à l'heure de La retraite*. Rennes, PUR, 1996 utilizada por Beaujoan, 2000.

necessidades imediatas de cada cônjuge se sobrepõe à promessa, uma vez que a emoção é espontânea, estática e efêmera, enquanto o sentimento é laborioso, envolvendo duração, racionalidade e reflexividade.

Essa reflexão pode ser complementada com a idéia do “amor romântico” apresentada por Petrini e Dias (2016). Segundo esses autores, o “amor romântico” é espontâneo e irracional, sendo avaliado por sua autenticidade, aqui entendida como a intensidade da emoção experimentada, e moralmente julgado a partir do sentir de cada sujeito, quer dizer, se algo o faz sentir-se bem, então é certo, assim como se o faz sentir-se mal, é errado. Petrini e Dias (2016, p. 23) alertam que:

O amor romântico tende a supervalorizar a intimidade do casal relativizando a importância das relações com o ambiente que o circunda. O resultado é que o matrimônio como instituição e realidade social é percebido como inimigo desse tipo de amor, porque encerra o casal em obrigações advindas do contrato e em compromissos com os membros da família.

Une-se a isso a inclinação consumista da sociedade ocidental capitalista, resultando em relações conjugais utilitárias e de conveniência, cuja vinculação de cada cônjuge está relacionada à gratificação e à afirmação do eu. Citando Donati (2013), Petrini e Dias (2016) apontam que esse tipo de relação dá origem ao “casal agregado”, onde cada parceiro busca a realização de si mesmo, sendo essa modalidade um somatório de Egos, que pode caminhar para a autodestruição. Para esses autores, a realização efetiva do casal só seria possível através da adequada reflexividade e generatividade, tornando-se, assim, um “casal generativo”. Nessa outra modalidade, o casal deixa de girar em torno de si mesmo para gerar (*generar*), assumindo o projeto generativo da prole, e torna-se um bem relacional para si e para a comunidade que o circunda.

Por fim, vale salientar que a discussão merece o olhar de várias disciplinas:

Estudar as famílias na contemporaneidade exige o esforço de interpretá-las à luz de uma teoria. Se, por um lado, família é uma experiência social – universal, diriam alguns autores –, sua análise e compreensão, por outro, exige uma opção do direcionamento do “olhar”, a fim de ultrapassarmos o mero descritivismo da observação. (...) Partir para uma compreensão da família contemporânea exige uma incursão em diversas qualidades que a caracterizam. Assim, falava-se de uma família conjugal com papéis bem definidos até os anos 1960; a partir daí, e por várias razões, fala-se da *individualização* na família, conceito importante na sociologia da família contemporânea, compreendido como “busca de gratificação pessoal e autodeterminação do *self*, por um lado, e realização afetiva através de uma relação de alteridade, em que, em última instância, o sentimento para a própria individualidade existe porque o outro existe” (ABOIM, 2010, p.146),

constituindo-se em um marco diferencial nas mudanças históricas dos últimos séculos. (COSTA; SILVA, 2015, p. 360)

Falar sobre conjugalidade exige uma reflexão, ainda, sobre a presença dos filhos. Da mesma forma, a relação intergeracional (avós – netos) ajuda na compreensão das dinâmicas da vida a dois na aposentadoria, e, portanto, na fase do envelhecimento. Assim, a seguir, faremos uma abordagem sobre a temática, relacionando-a com o objeto desta dissertação.

## **2.1 Pais e filhos**

O primeiro papel de uma pessoa na família, cronologicamente, é o de filho (a). O significado e atribuições esperadas estão muito relacionados à idade (MORAGAS, 2010). De modo geral, para o filho, a família é o principal agente de proteção, cuidado, educação e desenvolvimento, prioritariamente enquanto se é criança ou adolescente. Ao tornar-se adulto, esse filho pode fundar sua própria família e assumir o papel de cônjuge e pai/mãe.

Os papéis de pai e mãe são os mais ativos e de maior responsabilidade em uma família, sendo, também, os mais exigidos socialmente. São essas figuras que, normalmente, definem as obrigações e direitos que irão nortear seus membros. Situados no ponto médio das relações familiares, pais e mães, ainda que tenham mais responsabilidades com a família de procriação (à qual eles deram origem), também, são evocados em muitas situações da família de criação (da qual eles originaram) (MORAGAS, 2010).

A relação entre pais e filhos é marcada pela passagem da total dependência dos filhos para a independência. Alguns fatores interferem nessa relação como maturidade e desenvolvimento dos filhos; assim, na tenra idade, ou seja, quando bebês, a sobrevivência da criança está condicionada aos cuidados e atenção dos pais. À medida que essa criança for se desenvolvendo e crescendo ela se tornará, gradativamente, menos dependente até tornar-se um filho adulto. E, nesse momento, geralmente, a direção do cuidado e da ajuda se inverte passando os filhos adultos a cuidar dos pais idosos (MORAGAS 2010). Vale ressaltar que esse não é um processo factível nem linear, principalmente por questões econômicas e sociais,

os pais podem continuar a cuidar e sustentar se filhos e, por vezes, até neto. Nesse caso, duas situações têm sido comuns: uma delas se refere aos filhos que ainda não saíram de casa. Devido a um prolongamento do tempo de formação e maior necessidade de investimento na carreira, juntamente, com o fator de um mercado profissional excludente, alguns jovens-adultos não saem de casa. A outra situação refere-se aos filhos que, por uma situação de divórcio, separação ou desemprego, retornam à casa dos pais, trazendo às vezes toda a família.

A relação entre pais e filhos pode variar quanto à intensidade, frequência e qualidade, mas elas não deixam de ser relevantes. Pais e filhos, mutuamente, satisfazem aspectos como socialização, necessidades físicas e aspectos psíquicos. Sendo assim, a maioria dos filhos tende a conservar a relação com seus pais. Moragas (2010, p. 174) aponta que “em nenhuma sociedade ocidental a internação de idosos em instituições supera 10% da população”. A forma como essa relação vai se manter e expressar após a aposentadoria e com a velhice dos pais depende de alguns fatores. O primeiro é a atitude frente a essa relação que era mantida antes da aposentadoria. Assim, diante desse novo evento, a tendência é de se manter a mesma atitude, mas de um modo diferente, adaptado à nova realidade. Os aspectos gênero e cultura também influenciam nessa relação, por exemplo, seguindo uma divisão sexual de papéis sociais. Atualmente, embora em mudança, pode-se notar a tendência das filhas assumirem o cuidado dos pais na velhice enquanto os filhos se responsabilizam pelas decisões práticas financeiras. Assim como, nas sociedades ocidentais, nota-se maior independência dessa relação, quando comparada com sociedades orientais em que vigora a ideia de uma assistência contínua até o final da vida (MORAGAS 2010). A classe social, também, pode impactar na construção da relação entre pais e filhos, por exemplo, segundo Moragas (2010, p. 173) “pais da classe baixa têm mais probabilidade de receber auxílio ou de chegar a viver com os filhos do que os pais das classes média e alta”. Assim, a forma e a qualidade dessa relação estão condicionadas à questão de quem detém o poder econômico, se o filho ou o pai, e o grau de dependência ou independência entre eles.

Como dito anteriormente, tende a haver uma reversão de papéis e os filhos passam a cuidar dos pais. Logo, em caso de necessidade, os filhos são as principais fontes de ajuda financeira e cuidado às pessoas mais velhas. Vale ressaltar, o quanto essa solidariedade familiar é vantajosa para o governo, pois o exime de

alguns gastos, devendo o mesmo desenvolver alternativas que fortaleçam esse sistema de solidariedade (MORAGAS 2010).

Nas sociedades industrializadas, a relação atual entre pais e filhos pode ser intitulada como “intimidade à distância”. Com o primeiro termo reconhece-se a natureza personalíssima e única da relação, mas se reconhece a necessidade de manter certa distância em respeito à independência e autonomia de ambas as partes, a não ser em caso de necessidade financeira, de saúde ou de outra ordem de uma das partes. Para Moragas, a tendência é, com o tempo, se valorizar mais a qualidade do que o volume das relações. “Para os idosos, parece que o mais importante é o potencial de relação e ajuda, a consciência de que existe uma pessoa a quem recorrer em caso de necessidade e que lhe proporcionará amparo, seja assistência durante uma doença, seja apoio psíquico ou social” (MORAGAS, 2010, p. 174).

## **2.2 Avós e netos**

Antigamente, os avós eram vistos como pessoas dependentes e desimportantes na família. Sua figura era associada a seres passivos, sem interesse próprio ou sexualidade, que estavam à espera da morte. Raramente, tinha-se a chance de conviver com os avós e, quando vivos, possuíam um papel bastante restrito e até marginalizado devido à saúde debilitada. Sua interação com os netos caracterizava-se por cuidados eventuais, como brincar, contar histórias, dar conselhos e oferecer carinho e mimos (MORAGAS, 2010; MARANGONI, 2011; DIAS, 2015).

Com o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população, a relação entre avós e netos tem ganhado destaque e se tornado cada vez mais comum, tendo essas duas gerações a chance de estabelecer um relacionamento de maiores possibilidades e vitalidade. Os avós, em geral, são mais jovens, gozam de boa saúde, estão envolvidos em seus próprios projetos e interesses, bem como assumem novas responsabilidades perante a família. Como afirma Marangoni (2011), o papel dos avós ampliou-se para além das demandas do seu próprio



envelhecimento, passando a participar ativamente da economia familiar, bem como da educação e cuidado dos netos.

Essa presença dos avós tem sido evocada, não só pelos fatores demográficos acima citados, mas também, por fatores como a entrada da mulher no mercado de trabalho, os novos arranjos familiares e alguns fenômenos sociais que dificultem ou impossibilitem seus filhos a criar os netos, tais como abuso de substâncias, doenças, gravidez na adolescência, crises, separações, negligência, abandono ou morte dos pais (SCHULER; DIAS, 2014; DIAS, 2015).

Na intenção de identificar a concepção e significado de avós, Dias (2016), a partir dos resultados de duas pesquisas<sup>5</sup>, verifica que, na perspectiva dos próprios avôs, cabe a eles participar ativamente da vida dos netos, acompanhando seu desenvolvimento e atividades. Acreditam, também, que devem ser compreensivos, ajudar a criar e educar os netos. Alguns consideram não haver diferença entre o papel de pais e avôs, enquanto outros acham que os avôs têm menos responsabilidades que os pais. As pesquisas apontam que, para os avôs, esse papel significa, principalmente, a oportunidade de ser pai novamente; de desenvolver mais os afetos e vivenciar sentimentos como felicidade, alegria e amor, enquanto consideram os netos segundos filhos, que trazem alegria de viver e que representam a continuação da família. Logo, o tornar-se avô(ó) pode ser um momento de reavaliação, pela possibilidade de reviver e avaliar sua atuação como pais, e de renovação pela possibilidade de reconstruir essa atuação através do relacionamento com os netos (DIAS, 2016).

Por outro lado, ao passo que os netos representam a continuidade da família e do nome, também evidenciam, para os avós, a proximidade com o fim da vida. Além disso, devido a dificuldades socioeconômicas e desemprego, em alguns lares, os avós têm assumido a condição de provedor e tomado para si, ou recebido, outras responsabilidades referentes ao cuidado e educação dos netos. Com isso, ainda que em geral o nascimento do neto seja muito esperado, as mudanças que esta chegada pode acarretar tendem a evocar um sentimento de ambivalência, fazendo com que

---

<sup>5</sup> As pesquisas referidas no texto tratam-se de (1) um estudo realizado por Silva e Dias com 60 avôs, entre 40 e 70 anos, da cidade de João Pessoa, em: SILVA, N. P.; DIAS, C. M. S. B.. Avôs e avós: percepção do papel. *Revista Symposium*, Nova Fase, v.3, p.51-57, 1999.; e do (2) estudo de Pedrosa com quatro avôs, entre 65 e 73 anos, da cidade de São Paulo, em: PEDROSA, A.S.. *Homens idosos avôs: significado dos netos para o cotidiano*. Dissertação de Mestrado no curso de Pós-graduação em Gerontologia, Universidade Católica de São Paulo. 2006.

alguns avós se aproximem e outros se afastem dos netos. (MOTTA, 1999 apud RABINOVICH, AZEVEDO, 2012; DIAS, 2016).

Quanto ao papel ocupado pelos avós, observa-se que muitos vão além dos cuidados básicos, auxiliando na rotina doméstica, ou mesmo, levando os netos à escola, aos serviços de saúde e a atividades de cultura e lazer (SALGUEIRO; DIAS; COELHO, 2015). Dias (2015) faz a distinção entre três tipos: a) os avós precoces são aqueles que tornam-se avós antes do esperado, devido ao fato de um(a) filho(a) ser pai/mãe ainda na adolescência; b) avós hábeis refere-se a aqueles que tornam-se avós quando os filhos possui recursos econômicos e emocionais apropriados pra lhes dar neto; e por fim c) os avós guardiões, que com ou sem a ajuda dos pais, criam os netos temporariamente ou por definitivo.

Na literatura, a influência dos avós na vida dos netos se mostra mais positiva do que negativa (SCHULER; DIAS, 2014; DIAS, 2016). Eles representam estabilidade e costumam ser uma referência para os netos, oferecendo apoio emocional, orientações ou até mesmo ajuda financeira. Destarte, Denham e Smith (1989 apud DIAS, 2016) apresentam três formas de influência dos avós sobre os netos: a) interações diretas, referindo-se às atividades compartilhadas por avós e netos; b) interações indiretas, que ocorrem quando o relacionamento e suporte que os avós oferecem aos filhos, impactam positivamente na vida do neto; e c) interações simbólicas, relativas à afetividade e confiabilidade dos netos e filhos para com os avós. Em adição, a convivência com esses entes mais velhos desperta na criança o respeito aos idosos e reflexão sobre questões importantes como os direitos humanos (SALGUEIRO; DIAS; COELHO, 2015).

Da mesma forma, a influência dos netos sobre os avós tende a ser favorável. Os mais jovens fornecem aos mais velhos momentos lúdicos, onde partilham diversão, entusiasmo e afeto. Assim, através dessa relação, os avós podem experimentar sentimentos como orgulho, satisfação e senso de utilidade, despertando novo interesse pela vida e melhorando a qualidade de vida dos idosos (SCHULER; DIAS, 2014).

Alguns fatores como a frequência de contato, vínculo cultivado desde a infância do neto e ausência de conflitos entre familiares podem facilitar o relacionamento entre avós e netos. Uma variável de destaque nessa relação é o fato de avós e netos residirem ou não no mesmo domicílio. Segundo Dias (2016),

quando estes moram juntos podem desfrutar de apoio, aprendizagem e proteção mútua, mas também experiências de tensões e conflitos. Assim, em casos de cuidado parcial ou integral ou coabitação, verifica-se uma maior incidência de sobrecarga e estresse nos avós. As avós, que tendem a assumir maiores responsabilidades sobre netos em relação aos avôs, parecem sofrer mais. Nota-se que o cuidado de uma criança ou adolescente demanda muita energia e esforço dessa avó, que geralmente idosa, vivencia o processo contrário de declínio físico compatível com a idade. Além disso, essa função demanda tempo e compromisso, gerando perdas em sua vida social. Uni-se a esses aspectos o fato de algumas avós nutrirem o sentimento de vergonha e falha com relação aos seus filhos. Por isso, tem-se constatado níveis elevados de depressão e ansiedade em alguns avós (SCHULER; DIAS, 2014).

Diante desse panorama, o papel dos avós começou a ser percebido e estudado recentemente. Por isso, como afirma Moragas (2010), se comparado ao papel de pai e filho, o de avô é mais livre, já que ainda não há condutas específicas determinadas pela sociedade. Inclina-se a ser mais heterogêneo, à medida que ele se molda a partir das demandas dos netos, dos próprios avós e do sistema familiar mais amplo (ROBERTO; SKOGLUND, 1996 apud DIAS, 2016).

Dessa relação também se observa a reversão de papéis. Quando o neto é criança, cabe ao avô cuidar, proteger e oferecer afeto ao mesmo, acontecendo o contrário quando o neto torna-se adulto, passando assumir junto com a família o cuidado pelo avô idoso (MORAGAS, 2010). Vale ressaltar que a importância dada aos avós, e em alguns casos aos bisavós, na família e como estes são integrados na dinâmica do lar, tem influência sobre a autoestima da pessoa idosa. Lembrando que o tratamento dos netos com os avós é reflexo do comportamento dos pais, assim como a conformação que esta relação irá tomar depende, em parte, da intermediação feita pelos pais (MORAGAS, 2010).

### **2.3 Relações de poder na família e a divisão do trabalho doméstico segundo a perspectiva de gênero**

Um aspecto importante que perpassa a família, condicionando sua estrutura e funcionamento, são as relações de poder. A classe social é uma das mais evidentes ordens de poder e dominação. Mas, como aponta Motta (1998), uma observação mais apurada revela que aspectos como sexo e geração também estabelecem certa hierarquia. Durante anos, os indivíduos do sexo masculino em idade adulta foram socialmente privilegiados. Na família, isso se expressava com a prevalência do modelo patriarcal de família.

Contudo, mudanças socioeconômicas têm alterado as relações de poder na família. No final da década de sessenta e anos seguintes, com o surgimento do contraceptivo, inserção da mulher no mercado de trabalho e os movimentos feministas, as mulheres começaram a despontar e provocar mudanças quanto ao poderio masculino. Os jovens também se fizeram vistos ao questionar seu lugar e direitos, lutando por liberdade e cidadania, através, por exemplo, de movimentos estudantis e hippies. Assim como as crianças que, com os estatutos protecionistas, tornaram-se sujeitos de direito (MOTTA, 1998). Somando-se a isso, Arriagada (2000) aponta os efeitos da globalização para a América Latina, tais quais: maior informalidade e flexibilização no mercado de trabalho, menor proteção laboral, maior necessidade de seguridade social, ao mesmo tempo em que surgem mais dificuldades para oferecer e garantir essa proteção social.

Esse complexo panorama refletiu-se na família com o declínio do modelo patriarcal, uma vez que a necessidade de sustento do lar conduziu a mulher a buscar uma maior inserção no mercado de trabalho, não sendo mais o homem o único provedor do sustento familiar, em alguns lares jovens e crianças, também, passaram a contribuir com a renda familiar (ARRIAGADA, 2000). Estatisticamente, isso fica expresso com o aumento do número de lares chefiados por mulheres. Segundo dados do IBGE (apud NETA, 2016), em 2004, 25,6% das famílias sem cônjuge com filho tinham a mulher como pessoa de referência, indo para 26,6% em 2014; nos casos de casais com filho, esse crescimento foi ainda mais expressivo comparando os referidos anos, passando de 3,6% para 15,1%. Há, também, uma ascensão dos direitos dos filhos, apontando para perda da hierarquia e submissão,

caminhando para relações mais igualitárias e horizontais. A ênfase contemporânea no processo de individualização, também se expressa com o predomínio dos interesses individuais sobre os interesses familiares, sendo que até as atividades de lazer têm caráter mais individual que familiar (ARRIAGADA, 2000).

Um aspecto marcante nas relações de poder da família é a divisão do trabalho doméstico segundo a perspectiva de gênero. No modelo patriarcal, o homem possui a função de prover materialmente a família, enquanto à mulher se destina os afazeres domésticos relativos à casa e as atividades referentes ao cuidado dos membros familiares, ocupando, geralmente, um papel mais afetivo. Com as referidas mudanças, o homem começou a participar mais das atividades domésticas e de cuidado, porém, essa presença não tem sido tão intensa e nem tem acompanhado a velocidade das modificações sociais anteriormente citadas. Assim, as mulheres, ainda que tenham se inserido no mercado de trabalho, continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado dos familiares e afazeres domésticos, havendo uma sobrecarga de trabalho para elas, comprometendo, por vezes a própria saúde (GONÇALVES et al., 2011; ARRIAGADA, 2000).

Há uma clara desigualdade na divisão do trabalho doméstico por gênero. Em um estudo realizado por Araújo e Veiga (2015), constatou-se que, entre os participantes do estudo, as mulheres tendem a direcionar para os afazeres domésticos o dobro da média de tempo informada pelos homens. Quanto ao tipo de função, identificaram que as mulheres concentram as tarefas de limpeza e os homens tarefas de consertos. Essa desigualdade ultrapassa a questão prática do fazer e atinge a satisfação. Dentre as participantes femininas, 59% demonstram insatisfação, ou seja, acham que fazem mais do que deveriam em casa, enquanto que apenas 12% dos homens têm essa mesma percepção de injustiça.

Vale ressaltar que esse trabalho doméstico, não remunerado exercido pela mulher, promove qualidade de vida aos membros familiares, contribui para o desenvolvimento e educação dos filhos, além de representar uma economia aos serviços públicos. É um trabalho complexo que envolve decisões e riscos, mas que não é valorizado. Ao contrário, o trabalho doméstico é muitas vezes desprestigiado e, junto com ele, a mulher que o realiza (MORAGAS, 2010). Em suma, como afirma Araújo e Veiga (2015, p.185):

Mudam os arranjos conjugais e os padrões de crescimento familiar e populacional, mas as investigações continuam apontando essa tendência quase inercial nas dinâmicas de “conciliação”. As características de relações de gênero que atribuem ao feminino lugares hierárquicos e poderes decisórios menores, responsabilidades maiores e cargas de atividades no mundo doméstico bem mais elevadas continuam como tônica.

As referidas dinâmicas de conciliação tratam de ações e políticas sociais que visam favorecer a conciliação entre o trabalho familiar e laboral. Há uma discussão quanto ao real papel da ideia da conciliação. Alguns a apóiam por considerar que essas políticas são positivas, pois atendem à necessidade da mulher combinar e ajustar essas duas dimensões de trabalho. Contudo, há os que criticam a conciliação, por acreditam que ela mascara a divisão sexual do trabalho, quando na verdade dever-se-ia buscar formas de incorporar e responsabilizar mais os homens com as atividades domésticas. Além disso, as políticas de conciliação atendem apenas as mulheres com família e emprego estável, mas não respondem as necessidades das mulheres que tem só a família e daquelas que tem só o emprego (ARAUJO E VEIGA, 2015; GUILLÉN, 2016).

A responsabilidade com o lar e a família impacta na própria participação da mulher na população ativa de modo que sua inserção no mercado de trabalho ainda é menor e menos estável que a masculina. Assim, ainda que a participação feminina fosse, em 1970, de 18,5%, tendo saltado para 50% em 2010 (IPEA<sup>6</sup>, 2016 apud NETA, 2016), a representação masculina no mercado de trabalho ainda é maior que a feminina, tendo os homens uma taxa de ocupação de 58,6% enquanto que a taxa de ocupação feminina é de 56,5%. Isso decorre de alguns fatores como o fato de que algumas mulheres priorizam suas funções familiares, adiando sua entrada na população ativa, iniciando tardiamente sua vida profissional. Outra situação comum é a de mulheres que têm sua carreira encaminhada, mas precisam interrompê-la devido a algum acontecimento familiar (MORAGAS, 2010). Nota-se essa influência, também, na remuneração feminina. Primeiro na tendência dos salários masculinos serem mais altos que os das mulheres; por exemplo, em 2014, as mulheres recebiam em média R\$ 1.436,00 e os homens R\$ 1.935,00. E segundo, entre as próprias mulheres, pois aquelas que realizam tarefas domésticas tendem a obter uma remuneração menor que a de mulheres que não têm a responsabilidade doméstica.

---

<sup>6</sup> IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

### **3 AS FAMÍLIAS FRENTE AOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA E ENVELHECIMENTO**

#### **3.1 Família e aposentadoria**

Interessados em detectar uma possível influência das obrigações e relações familiares sobre a decisão de aposentadoria e se essa influência diferia segundo gênero, raça e estado conjugal, Szinovacz, DeViney e Davey (2001) analisaram os dados da National Survey of Families and Households (NSFH) referente aos anos de 1987-88 e 1992-94. Em suas análises, os pesquisadores detectaram, por exemplo, que pessoas que tenham a responsabilidade financeira de prover uma criança estão menos propensas a se aposentar. Notaram que mulheres negras com uma criança em casa apresentam maior probabilidade de se aposentar quando comparadas a mulheres brancas e homens negros com uma criança. Encontraram que os negros, independente de gênero, com duas ou mais crianças, têm alta propensão a se aposentar. Contudo, apresentam menos tendência a se aposentar quando têm pessoas doentes em casa que requeiram cuidados. Os pesquisadores apontam também que mulheres com crianças estão mais propensas a se aposentar do que mulheres casadas sem crianças e homens solteiros sem filhos. Szinovacz, DeViney e Davey notaram ainda que homens que não mantêm contato semanal com seus filhos estão mais propensos a se aposentar, enquanto mulheres que não mantêm contato semanal com seus filhos estão menos predispostas à aposentadoria.

Outras correlações foram sugeridas por Szinovacz, DeViney e Davey (2001) a partir da análise dos referidos dados da NSFH. Contudo, devido a limitações da amostragem e dos dados, elas não podem ser tidas como conclusivas ou incluídas num modelo de análise. Porém evidenciam que a experiência familiar influencia na decisão quanto à aposentadoria. Segundo esses pesquisadores, as pesquisas relacionadas à aposentadoria, são exclusivamente realizadas com amostras masculinas e abordam, em sua maioria, um modelo racional de análise focado no indivíduo a partir de variáveis como viabilidade econômica, barreiras para continuar trabalhando, satisfação no trabalho, prestígio ou status da ocupação, disposição para aposentadoria e outros. Para os autores esses dados são relevantes; todavia para estudos mais completos, os autores afirmam a necessidade de se incluir variáveis de análise como composição familiar, obrigações financeiras e de cuidado

na família, o nível de importância dos laços familiares para o sujeito, bem como gênero e raça.

Antunes (2014) aponta, em sua pesquisa, que o cansaço e insatisfação com o trabalho pesam na decisão sobre aposentar-se, mas corroborando Szinovacz, DeViney e Davey (2001), identificou questões familiares no processo de decisão da aposentadoria. Um primeiro ponto é que a experiência de pessoas próximas, como amigos e principalmente cônjuges, podem influenciar na decisão da aposentadoria. Verificou, também, que a diminuição das obrigações financeiras com a família foi citada por metade dos participantes como um fator que contribuiu para aposentar-se.

A aposentadoria é um processo de transição marcado por mudança e adaptações não só para os indivíduos aposentados, mas para aqueles ao seu redor. Logo, questões familiares não influenciam apenas na tomada de decisão, mas também na adaptação à aposentadoria após sua efetivação. Esta pode, assim, ser vivenciada com certa ambivalência. Por um lado, tem-se, supostamente, a oportunidade de ter mais tempo e de dedicar-se mais à família, vivendo sob menor pressão e responsabilidade. Contudo, evidencia a chegada da velhice, com suas limitações e doenças, bem como maior proximidade com o final da vida. Além disso, para muitos a desvinculação do trabalho pode representar perda de satisfação, status social e até uma perda identitária. A família pode ser uma força ou fraqueza nesse processo (ANTUNES, 2014; LOUREIRO et al., 2015).

No estudo de Loureiro et al. (2015) com famílias portuguesas no período de transição da aposentadoria, constatou-se que os aposentados e sua família percebem ganhos e perdas nesse processo. O indivíduo aposentado obtém mais tempo para si, afastado do estresse e conflitos organizacionais, com conseqüente melhor estado de saúde. Ganha, igualmente, a família que passa a conviver com uma pessoa mais relaxada, com melhor bem-estar e mais tempo para eles. Do outro lado, aponta-se como perdas, a diminuição do ritmo de vida, perda de relações sociais, de status, econômica e menor liberdade, sofrendo maior interferência de outros membros sobre a vida do indivíduo, e aumento de estresse no sistema familiar. Em algumas famílias, a sensação de perda também aparece relacionada com uma não correspondência da expectativa sobre aposentadoria com a forma que de fato ela tem sido experienciada.



Antunes (2014) em sua pesquisa vem afirmar que a família ocupa um lugar central na vida do aposentado, influenciando o indivíduo não só emocionalmente, mas o próprio estabelecimento da rotina e projetos futuros. No entanto, observa-se que esse novo contato com a família, necessariamente não ocorre de modo fácil e natural. Nesse estudo, metade dos participantes relatou vivenciar um período de adaptação ao ambiente familiar e reencontro ou redefinir seu papel e espaço nesse contexto. Segundo Antunes, esse processo de proximidade pode gerar uma crise no sistema família, a partir de tensões com o cônjuge e filhos. A própria rotina doméstica acaba sendo modificada e como relataram alguns participantes da pesquisa, até a nova rotina se estabelecer, foi preciso vivenciar um período de desorganização. Essa mudança de rotina envolve “a reestruturação do tempo de convivência direta entre os componentes da família, das atividades desenvolvidas e dos espaços ocupados por estes” (ANTUNES. 2014, p. 90). A qualidade dos vínculos familiares irá determinar como esse processo de mudanças e adaptações será vivenciado e o diálogo surge como um modo exitoso para lidar com o fenômeno, partilhando idéias e expectativas (ANTUNES, 2014).

Um ponto interessante do estudo de Loureiro et al. (2015) é que a vivência desse processo de aposentação remete-se a uma reaprendizagem sistêmica em torno das dimensões de *estar*, *sentir* e *ser* em família. O *ser em família* reporta-se à postura dos membros familiares diante das mudanças decorrentes da aposentadoria, podendo assumir uma atitude pró-ativa, neutra ou reflexiva. A conduta adotada estaria relacionada à trajetória de vida da família, à resiliência e como se prepararam para esse momento. O reaprender a *sentir em família* evidenciou mais percepções negativas, sentimento como decepção, saudade e solidão, que percepções positivas. Esse aspecto sinaliza como a transição da aposentadoria pode ser uma experiência difícil para o sistema familiar. Por fim, o *estar em família*, revelou uma nova forma de ocupar o tempo e vivenciar a relação conjugal, que se manifestou pela negociação da interdependência relacional, ou seja, redefinição do espaço/tempo individual e em comum; pela gestão de conflitos; e pela reorganização de papéis e funções conjugais, como por exemplo de cuidar dos netos. Essa última dimensão expressa a importância do cônjuge, sendo o ente mais próximo do aposentado, nesse processo de transição. De fato a conjugalidade é considerada de grande relevância na adaptação a aposentadoria, que muitas

vezes vem acompanhada por outras transições como a saída dos filhos, chegada de pais idosos e/ou netos. Assim, casais que já apresentam relações conflituosas, podem vivenciar esse período com mais dificuldade (ANTUNES, 2014; LOUREIRO et al., 2015).

A relação conjugal é, portanto, um fator chave na aposentadoria. O ente mais próximo do aposentado é quem, geralmente, vivencia e compartilha as mudanças acarretadas pela aposentadoria e pode contribuir no processo de adaptação. Em seu estudo, Antunes (2014) identificou que a maioria dos participantes relatou ter havido uma melhora no relacionamento conjugal. Esta melhora estaria vinculada à possibilidade do casal interagir mais e realizar mais atividades juntos. Mas as falas de alguns participantes ressaltaram a necessidade de preservar, também, o espaço e as demandas individuais de cada cônjuge.

[...] na aposentadoria há uma redescoberta do relacionamento conjugal, cuja relação precisa ser reavaliada e reconfigurada para adequar-se aos anseios apresentados por ambos os cônjuges. Por meio destes dados, é possível inferir que, na medida em que os cônjuges conseguem equilibrar suas demandas individuais e conjugais, adquirem maior liberdade para realizar suas escolhas, o que interfere tanto na adaptação e satisfação à aposentadoria, quanto na qualidade da relação conjugal (ANTUNES, 2014, p. 94).

As relações de poder e gênero também influem na dinâmica familiar na aposentadoria, principalmente na relação do casal. Como consequência da divisão sexual do trabalho, acredita-se que a aposentadoria seja mais provocativa para o homem, uma vez que o trabalho ocupava grande porção do seu espaço e tempo, diferente da mulher que, normalmente, possui um papel central na realização das demandas familiares, ainda que trabalhe fora. Por isso, alguns dizem que a mulher nunca se aposenta, já que ao se desligar do trabalho, intensificam-se suas ocupações domésticas (MORAGAS, 2010; ANTUNES, 2014).

Além disso, geralmente, as mulheres aposentam-se antes do homem, ainda que essas possuam maior expectativa de vida, e acabam assumindo a função de reorganizar a rotina do cônjuge e intermediar suas relações, quando esse se aposenta. Destarte, Moragas (2010) acredita que para a mulher, a aposentadoria do marido seja mais difícil que a sua própria, ao ter que “receber” aquele homem num espaço que era seu. Logo é importante que a preparação para a aposentadoria e o realinhamento de objetivos sejam realizados por ambos.

A vivência de mais momentos juntos apareceu como fator positivo para relação do aposentado com os filhos no estudo de Antunes (2014). Essa aproximação ocorre não só através de atividades que são realizadas em conjunto, mas também através da tecnologia. Todavia, Antunes (2014) atenta para diferenças nos casos em que os filhos eram financeiramente dependentes com os casos em que os filhos são financeiramente independentes. Tem-se que, nos primeiros casos, ou seja, pais aposentados que ainda mantêm seus filhos podem ter sua adaptação e satisfação com a aposentadoria comprometida, uma vez que o tempo livre do trabalho acaba, por vezes, utilizado em ações para atender às necessidades dos filhos. Já no segundo caso, a relação dos pais aposentados com os filhos mais autônomos é baseada na liberdade e orientação, o tempo neste relacionamento é mais de cuidado e convivência, sem obrigações econômicas.

A aposentadoria e velhice não são sinônimos, afinal, nem todos se aposentam quando idosos. Contudo, a aposentadoria é um marco que aproxima o indivíduo e sua família do envelhecimento. Diante disso, Antunes (2014) constatou em alguns dos aposentados participantes uma preocupação com o bem-estar e maior necessidade de autocuidado, despendendo parte do seu tempo livre com práticas que favorecem o envelhecimento saudável. O pesquisador destaca, também, como evidência da aproximação com o envelhecimento, o papel das mulheres que na aposentadoria ocupam parte do seu tempo cuidando de pessoas de gerações mais velhas.

### **3.2 Família e envelhecimento**

Em Ciências Sociais, muitas pesquisas sobre família concentravam-se nos primeiros anos familiares, ou seja, olhavam para as “fases” ou “situações” que marcavam a vida familiar: noivado, casamento, educação dos filhos, separação e outros. Todavia, como citado anteriormente, por fatores econômicos e demográficos, como o prolongamento da expectativa de vida, adiamento da aposentadoria e crescente inserção dos idosos em práticas sociais, tem-se famílias constituídas por três gerações, ou mais, se relacionando e, por vezes, coabitando. Diante dessa nova tendência da condição familiar, a velhice, que sempre fez parte da família, mas

esteve à margem, hoje toma um lugar quase central, juntamente com todas as adaptações que se requer. E, dessa forma, nota-se um maior interesse das ciências sociais por estudos relacionados às etapas da maturidade e velhice (ARRIAGADA, 2000; MORAGAS, 2010; MARANGONI, 2011).

Um aspecto que se evidencia nesse contexto é a intergeracionalidade. Marangoni (2011, p.33) afirma que a relação entre as gerações ocorrerá conforme “o conjunto de significados e sentidos que cada geração atribui à própria vida e à dinâmica familiar”. Portanto, conflitos e divergência deverão existir, sendo importante a comunicação e a negociação entre os membros das diferentes gerações.

Segundo Moragas (2010), por volta da década de 60, em decorrência da teoria do “conflito geracional”, teoria sem comprovação empírica amplamente divulgada, acredita-se na existência de conflitos entre as gerações devido à diferença de idade. Contudo, o que esse autor vem argumentar é que esses conflitos não são decorrentes da idade, mas sim da situação social. Quando entre relacionamentos intergeracionais há “valores intangíveis comuns, religiosos, estéticos, morais”, em que “compartilhem algo superior e mais motivador do que a diferença de idade que os separa”, as pessoas são capazes de atuar bem conjuntamente. Portanto, os conflitos advêm mais em razão de “diferenças de estilos de vida, de atrações e de recusas psíquicas, de valores estéticos e morais” (MORAGAS, 2010, p. 177). Portanto, como concluem Silva et al. (2015), a afetividade é elemento chave nas relações intergeracionais, sendo permeadas por laços de solidariedade.

Ao estudar a dinâmica das relações intergeracionais para idosos de famílias de um município do interior da Bahia, Silva et al. (2015) distinguiram quatro categorias referentes à qualidade e conteúdo das relações intergeracionais:

- a) *Relações familiares intergeracionais harmônicas*: essas se caracterizam por serem relações de proximidade, reciprocidade, estabilidade e afeto, compondo um ambiente propício ao cuidado de suporte à vida e à saúde de seus membros. Nela os idosos sentem-se valorizados e pertencentes. A flexibilidade, o respeito e o diálogo são destacados pelos autores como principais ferramentas para a construção dessa relação.
- b) *Relações familiares intergeracionais conflituosas*: geralmente, por divergência de valores sociais e culturais, os idosos experienciam problemas com filhos

ou netos. Com a convivência, partilhando boa parte do tempo, cada geração acaba se expondo mais e revelando seus comportamentos e ideais que podem ser divergentes, gerando conflitos.

- c) *Relações familiares permeadas pelo cuidado intergeracional com o idoso:* nesse caso a família aparece como um agente de cuidado para o membro em processo de envelhecimento, que geralmente é marcado pela ocorrência de múltiplas doenças crônicas. Ressalta-se que esse cuidado é transpassado por fatores emocionais, culturais, sociais e econômicos de cada família e que esse cuidado não envolve só assistência direta ao idoso, mas também outras ações, por exemplo, a realização de tarefas domésticas, o que pode sobrecarregar o cuidador.
- d) *Relações familiares permeadas pelo cuidado dos idosos para com os netos:* os avós têm despontado como cuidadores de seus netos, realizando não só o cuidado básico, mas também ocupando o papel de educar e oferecer suporte afetivo. Alguns avós são, por vezes, provedores e responsáveis únicos dos netos. Podem assumir, também, a função de “estabilizadores” na relação entre pais e filhos.

Como visto, em muitos casos, a família é o principal agente de cuidado do idoso, ou pelo menos, principal via de acesso dos mais velhos aos recursos de saúde. O fato de assumir essa função tende a gerar alterações no funcionamento e estrutura da família. Assim, o fato de a família ser um suporte importante para o bem-estar e saúde do idoso, não significa que todas elas estejam preparadas para assumir tal papel. Uma das pessoas mais afetadas nesse processo, além do idoso, é o membro familiar tido como cuidador principal que, por motivos já expostos antes, geralmente, é uma figura feminina.

Reis (2013) cita o estudo realizado por Salgueiro e Lopes (2010), segundo o qual 80% dos cuidadores principais são mulheres, sendo 45,3% filhas, 37,5% esposas e 10,9% noras, enquanto que nos 20% de cuidadores principais masculinos predominavam os cônjuges (81,3%). Gonçalves et al. (2011), no estudo com famílias de idosos em Portugal, encontraram também maioria feminina como cuidadoras. Contudo, pode-se observar alguma mudança com um maior número de cuidadores idosos(as) cônjuges, inclusive com um aumento de cuidadores homens, e participação mais substancial de outros parentes como sobrinhas(os), netas(os),

irmãos(os). Trazendo outros estudos, Gonçalves et al. (2011) apontam que o diferencial entre o cuidar masculino e feminino está nas razões que levam a assumir essa função. Assim, os homens responsabilizam-se pelo cuidado de suas companheiras por dever e obrigação, compromisso conjugal, reciprocidade e gratidão, experimentando sentimentos ambivalentes de satisfação e orgulho, mas também tristeza, frustração e revolta.

Investigando também a qualidade de vida dos idosos e familiares cuidadores, Gonçalves et al. (2011) revelam que ambos, idosos e familiares, avaliam como mediana a sua qualidade de vida. Para os idosos participantes da pesquisa, aparecem como aspecto crítico, ou seja, de maior impacto negativo sobre a qualidade de vida, sua debilitada condição de saúde física. Já para os cuidadores, as dimensões com menor pontuação são meio ambiente e psicológica, decorrente de uma sobrecarga de tarefas e de um isolamento social. Alertam que esses fatores podem impactar na qualidade dessa relação de cuidado e na avaliação do quanto essa família é mais ou menos funcional, ou adaptativa, para o idoso.

Contudo, o idoso não ocupa só o lugar daquele que recebe o cuidado, mas também tem ocupado o lugar de cuidador e provedor. Motta (1998) ressalta que, em sua pesquisa na cidade de Salvador, a maioria dos idosos entrevistados eram provedores, figuras centrais em suas famílias. Nesse período, Motta afirma que não só a longevidade, mas também a crise econômica e o modelo excludente de desenvolvimento levam filhos e netos a se aproximarem mais ou mesmo coabitar com esses idosos, uma vez que, por menor que seja, geralmente, os mais velhos têm uma renda fixa, seja aposentadoria ou pensão.

Geralmente, a contribuição dos homens de mais idade é fruto de trabalho e/ou aposentadoria, enquanto as mulheres idosas participam ou sustentam suas famílias graças às pensões de viúvas e sua "inventividade doméstica". Citando Berquó (1996), Motta (1998) aponta que na década de 1990, 75% de homens idosos chefiavam lares compostos por esposa com ou sem filho, enquanto que 60% das idosas estavam morando sozinhas ou a frente sozinha de famílias com filhos ou outros parentes. Segundo dados de Berquó (1996, apud MOTTA, 1998) a chefia feminina na população idosa, entre 1991 e 1996, cresceu de 18 para 44%. Contudo, quando a chefia da família deixa de ser exercida por um homem e passa a ser exercida pela mulher, com frequência, essa mudança é acompanhada por um

empobrecimento da família, sendo mais agravante ainda quando essas chefias são exercidas por idosas.

Motta (1998) ressalta a existência de um movimento diferente nas camadas médias, onde as chefias femininas, advindas de divórcio e separação, para além do processo de dissolução da relação, vivenciam, também, o processo de autonomização e afirmação de gênero. Outro ponto de destaque é que, quando a chefia é masculina, geralmente esse homem partilha a responsabilidade econômica e/ou social com outro adulto, o que não acontece com as mulheres que, em geral, experienciam em sua chefia uma “solidão geracional e afetiva”. Tendo, contudo, a autora notado que, mesmo sendo uma experiência de solidão e dificuldades por chefiarem sozinhas uma família, as mulheres idosas tendem a enfatizar a conquista de independência e/ou autonomia.

Destarte, vale destacar o desejo que alguns idosos apresentam de morar sozinho. Julga-se como sinal de abandono o fato de um idoso morar só. Contudo, Motta (1998) revela que, em alguns casos, essa é uma escolha do próprio idoso que vê nessa condição a possibilidade de exercer sua independência e liberdade. Novamente, destacam-se as mulheres. Em uma pesquisa realizada por Wagner (1992 apud MOTTA, 1998), constatou-se que 60,9% dos idosos entrevistados, sendo desses 77% mulheres, reconheciam que a ‘solidão por vezes é boa’ e que 80% deles, se tivessem como manter a independência, preferiram morar em suas próprias casas. Como visto, esse desejo parece ser mais forte na parcela feminina de idosos. Outro aspecto que podemos unir a esse é a viuvez. Em 1993, segundo Berquó (1996 apud MOTTA, 1998), eram 67,5% de idosos viúvos, dos quais 52,7% eram do sexo feminino. Isso pode ser explicado pelo fato das mulheres terem uma maior expectativa de vida, bem como a tendência masculina em recasar com certa rapidez e, normalmente, com mulheres mais jovens. Para além desses fatos, percebe-se que algumas idosas após a viuvez preferem permanecer só para dedicarem esse tempo para si e experimentar uma maior liberdade e tranquilidade, depois de longos anos dedicados à família (MOTTA, 1998). Como alerta Motta, essa é uma alternativa para as idosas, mas boa parte das mulheres mais velhas não parece aspirar por essa condição de vida, assim como os homens não costumam visualizar tão positivamente o “estar só”.

A partir de seus estudos e de outros pesquisadores, Motta (1998, p. 83) faz uma síntese da situação conjugal do idoso na década de 90, obtendo que há mais homens casados que mulheres ( $\frac{3}{4}$  dos homens); mais da metade das mulheres são viúvas; há mais mulheres descasadas, com falta de oportunidade de recasamento; e há mais mulheres que chegam solteiras à velhice. Conclui que as mulheres, em comparação com os homens, tendem a chegar à velhice sem apoio conjugal, ao mesmo tempo em que são as que mais estarão dando apoio aos filhos.

### **3.3 Questões materiais da família na aposentadoria e velhice**

Uma das preocupações do aposentado refere-se ao futuro padrão de vida. A redução da renda familiar com a chegada da aposentaria é um fator geral e quase inevitável, conseqüentemente, podendo gerar certa dificuldade para manter as mesmas despesas. Assim, na aposentadoria, algumas pessoas mudam seu estilo de vida ou continuam trabalhando para complementar a pensão (MORAGAS, 2009). Kim e Moen (2002) apontam pesquisas que revelam que rendimento inadequado e problemas financeiros são preditores para insatisfação e desajuste na aposentadoria; logo, uma boa adaptação à aposentadoria está relacionada à percepção de se ter um rendimento adequado.

#### **3.3.1 Renda**

A partir da realidade espanhola, Moragas (2010) alerta como a questão financeira tende a ser um problema para os idosos. Fatores como os baixos valores de pensões e aposentadorias, inflação, revisões insuficientes, entre outros limitam os recursos materiais do idoso. Assim, a alternativa de alguns idosos é rever seu padrão de vida e reduzir os gastos, buscando reestabelecer o equilíbrio entre ganhos e despesas.

Além disso, o poder social e político do idoso não é muito forte e os meios para exercer pressão são escassos. Outro agravante é uma menor união e mobilização dos velhos. Para esse autor, isso decorre do fato de ser um grupo muito



heterogêneo, oriundo de todas as classes sociais que teriam em comum apenas a idade. Como a economia se baseia na produção de bens e os aposentados, geralmente, deixam de produzir, os valores de pensões e aposentadorias estariam à mercê da consciência social do partido vigente e sensibilidade dos seus representantes.

Moragas (2009) aponta que, cientes de possíveis dificuldades financeiras na aposentadoria, alguns indivíduos antes de se aposentar buscam formas de complementar suas futuras pensões através da previdência complementar ou aplicando em fundos de investimento, sendo esse último mais comum e possível às camadas socioeconômicas mais elevadas. A aquisição de propriedades imobiliárias, também, aparece como fonte complementar de renda para a população de classe média alta. E, por fim, outra alternativa tem sido retornar ao mercado de trabalho.

Para agravar a situação, verifica-se que, em muitas famílias os idosos têm ajudado economicamente seus filhos, sendo, em alguns lares, os principais provedores, devido a doenças, desemprego, prolongamento do tempo de formação ou crises matrimoniais. Por isso Medeiros (1998, p. 13 apud MOTTA, 1998) alerta:

Quando reduz ou aumenta benefícios previdenciários, o Estado não está simplesmente atingindo indivíduos, mas uma fração razoável dos rendimentos de famílias inteiras. [...] o sistema previdenciário construído hoje influenciará na distribuição futura da renda das famílias.

Portanto, “os recursos materiais da velhice não interessam somente ao aposentado, mas a toda a sociedade, visto que a importância das pensões tem uma repercussão econômica direta no orçamento geral do Estado” (MORAGAS, 2010, p. 220).

Sobre isso, Reis et al. (2015) constatou que os rendimentos provenientes das aposentadorias e pensões da previdência social representam uma importante parcela da renda domiciliar, especialmente para aqueles domicílios com menor rendimento. Para os domicílios situados nas faixas de renda mais elevada (C, B e A), o cenário é diferente e os recursos provenientes da previdência social, em média, possuem baixa representatividade na renda total domiciliar. Uma possível explicação para esse resultado é que, nesses domicílios, os rendimentos do trabalho tendem a ser superiores aos proventos previdenciários, particularmente pelo teto imposto pelo RGPS. Portanto, a substituição dos rendimentos do trabalho por

aposentadorias e pensões provocaria uma eventual diminuição da renda domiciliar. A partir dessas constatações, pode-se inferir que a previdência social possui um papel fundamental para os domicílios e famílias com menor rendimento.

### **3.3.2 Moradia**

A moradia, além de ser um local de proteção e comodidade básica, subjetivamente é a representação do lar, ou seja, onde os membros familiares interagem e se relacionam. Pode ser, assim, lugar agradável e de tranquillidade ou de estresse e conflito, como visto ao tratar-se das relações familiares.

A moradia é também um bem material que custa dinheiro, por isso possuir um imóvel próprio representa estabilidade e ganho social para o aposentado. Contudo, deve-se levar em consideração a infra-estrutura do imóvel, se atende ou não as demandas do aposentado e de sua família, e os gastos que são gerados. Nota-se, por exemplo, que é muito custoso para cônjuges idosos ou viúvos viverem em suas antigas casas estruturadas para uma família completa, além de não ser muito recomendado em razão do bem-estar físico e psíquico da pessoa idosa. Destarte, alguns indivíduos optam por mudar-se (MORAGAS, 2009; 2010).

Em pesquisa realizada com idosos institucionalizados, Avelar (2010) pontua que tal estudo reforça a importância da moradia no processo de envelhecimento. A pesquisadora identificou que a institucionalização de todos os participantes de sua amostra fora decorrente de situações financeiras precárias, de saúde ou de conflitos familiares. Seus resultados corroboram o que a autora identificou na literatura, o fato de no Brasil ter em aberto importantes questões habitacionais. A primeira delas é o baixo poder aquisitivo de parte da população, o que dificulta a aquisição de um imóvel. Outra adversidade seria as dimensões físicas dessa moradia, estando essas cada vez menores comprometendo a permanência do idoso com outros familiares.

Um dos marcos da velhice é o caminhar natural da debilidade das capacidades físicas do indivíduo, vivenciando com o passar do tempo mais restrições e limitações, que podem chegar à invalidez. Assim, a satisfação e adequação do imóvel relacionam-se a aspectos como ao quanto a infraestrutura do lar é condizente com a condição física do idoso, a vizinhança e a proximidade dos

familiares com os quais mais se relaciona para facilitar o acesso e a conservação do contato (MORAGAS, 2009; 2010). Avelar (2010) também aponta tal questão, ressaltando que o espaço doméstico tende a ser voltado para o casal e seus filhos, não se levado em consideração, desde o planejamento das edificações, adaptações concernentes a longevidade da população, que possam garantir acessibilidade e independência física das pessoas na velhice.

Outro aspecto importante é que, além de ser um espaço físico, a casa possui valor simbólico. Como afirma Avelar (2010) em sua pesquisa, a moradia expressa o modo de ser e viver de quem nela habita, guarda pertences de sua estima e evoca lembranças e sentimentos. É interessante observar que em sua pesquisa, a individualidade e preservação da história de vida dos participantes, no que se refere à moradia, projeta-se na organização dos pertences de cada um nos espaços e cômodos coletivos da instituição.

### **3.3.3 Tempo livre**

O fato de possuir mais tempo livre é apontado como um dos ganhos da aposentadoria. Afinal todo tempo de trabalho, de deslocamento ao mesmo e de outras demandas laborais torna-se tempo livre ao aposentar-se. Contudo, o que se tem visto é que nem todos sabem usufruir positivamente desse tempo.

Devido aos ciclos planetários, o tempo tem uma divisão natural: dia, anos, estações. Mas sendo o homem um ser também social, o tempo passa a ter diferentes construções sociais, segundo o contexto sócio-histórico. Tempo era trabalho, trabalho executado segundo classe social. Portanto, para o escravo o tempo era tempo de servir ao senhor, para o senhor era tempo de governar ou filosofar, assim como para o guerreiro era tempo de lutar. Não quer dizer que os mesmos realizassem outras atividades dentro do tempo e que só trabalhassem; quer dizer que esse tempo não era segmentado, cada classe, quando não estava trabalhando, ocupava seu tempo em ocupações condizentes à sua realidade social. Na Grécia, o tempo de lazer era momento para formação e desenvolvimento pessoal. Na Idade Média, o tempo de lazer estava associado à igreja. No Renascimento, com a valorização do trabalho, especialmente por parte do

protestantismo, o tempo livre ou de lazer vira uma perda de tempo. Com a revolução industrial e sua ênfase na produção, essa representação negativa do tempo livre é reforçada. Até que os trabalhadores e movimentos sindicais, com base na condição de saúde e resposta à alienação do trabalho, adquirem o direito de um tempo livre, tempo pessoal e de descanso. Nesse caminhar, o tempo livre possui uma representação ambivalente: de um lado tempo necessário e de direito, por outro um tempo ocioso, aqui se referindo à representação negativa do mesmo, de um tempo desnecessário e pouco produtivo, sendo o tempo de lazer, por vezes, menosprezado (MORAGAS, 2010; SILVA, 2011). Daí as dificuldades de alguns em assumirem esse tempo e, livremente, aproveitá-lo.

Outro fator é que parece ter poucas opções de lazer com as quais possa se usufruir esse tempo livre quando se é idoso. O governo e a sociedade tendem a investir em espaços e atividades para o lazer dos mais jovens, o que ocorre principalmente pela associação da imagem do idoso aposentado à passividade e à inatividade e a uma questão de investimento e gastos. Despender custos para o lazer dos mais jovens é investimento; para o velho é gasto (MORAGAS, 2010; SILVA, 2011). Assim, na aposentadoria, uma das necessidades do indivíduo é, segundo Silva (2011, p.45), “educar-se para a prática do lazer”.

Com quais conteúdos preencher o tempo disponível? Na lógica de tempo e trabalho, o tempo livre pode ser para descanso e recuperação que permita mais tarde o indivíduo retomar a sua rotina laboral, mas também pode ser ocupado por uma diversidade de atividades: hobbies e passatempos, atividades educacionais e culturais, recreativas, esportivas, voluntárias e ideológicas (referentes à política e religião, por exemplo) (MORAGAS, 2009; 2010; SILVA, 2011). O tempo livre na aposentadoria pode ainda ser ocupado pelas relações sociais, como afirma Antunes (2014), tempo para estabelecer e reforçar os vínculos. A manutenção de relações sociais saudáveis é um fator importante para uma boa adaptação à aposentadoria.

Segundo Moragas (2010), o indivíduo possui três grupos sociais fundamentais: a família nuclear, o grupo de trabalho e o grupo de amigos e relações externas. Com a aposentadoria, a relação da pessoa com esses grupos é alterada, mais ou menos satisfatórias, mas de alguma forma diferente. Ressalta-se, porém, que alguns aposentados, geralmente por razões financeiras, precisam retornar o trabalho, o que compromete suas possibilidades de lazer.

É difícil especificar os tipos de atividades “adequados” a cada idade, visto que esta é uma escolha pessoal condicionada a fatores individuais e sociais. Contudo, estudos apresentam algumas condições e tendências para cada idade ou fase da vida, conforme mudanças socioeconômicas e status familiar. Segundo Moragas (2010), na juventude, quando se é um estudante solteiro, há maiores possibilidades de lazer, mas a falta de trabalho gera restrições financeiras. Quando se está solteiro e ativo no mercado de trabalho, tem-se, logicamente, maior liberdade de escolha e ação. Porém, ao casar-se e criar uma família, o lazer tende a centrar-se ao redor da família. Já na fase da maturidade, quando os filhos saem de casa, tem-se mais tempo e recursos para momentos de lazer de casal; todavia, com as limitações decorrentes da velhice, as possibilidades de atividades vão reduzindo. Na pesquisa de Iwanowicz (2000), citada por Azevedo e Carvalho (2006), os participantes relataram maior frequência de atividades em conjunto com a família durante a infância. Na fase da família formada, as atividades mais frequentes são brincadeira, passeio e conversa com os filhos e depois com os cônjuges.

Corroborando Moragas, os participantes do estudo de Iwanowicz, declararam vivenciar mais atividades de lazer com o/a parceiro/a, como: assistir, TV, vídeo, conversar e passear. Aqueles que não têm parceiros, além das referidas atividades, costumam também se envolver com trabalhos manuais. No estudo de Azevedo e Carvalho (2006) com aposentados casados e com previdência privada complementar, identificou-se que na infância, na adolescência e na fase adulta pré-casamento, a prática do lazer, geralmente, ocorria com a família extensa (irmão e primos), vizinhos e colegas de escola. Para os adultos pré-casamento, acresciam-se os colegas de trabalho. Já na fase adulta pós-casamento, como apontado também pelos outros autores, as relações de lazer são primeiramente estabelecidas com o cônjuge e os filhos, depois com colegas de trabalho. Na fase pós-aposentadoria, para os referidos participantes, notou-se certa redução da rede social de lazer e maior seletividade quanto a novas relações. O lazer está centrado na família e velhas amizades. As novas amizades são circunstanciais, ou seja, estabelecidas em grupos de mesma geração (como as associações e clubes de terceira idade) ou amizades trazidas pelos filhos, como os parentes dos genros e noras. Atenta-se que, após a aposentadoria, as práticas de lazer mais orientadas para a família contribuem

para o estreitamento das relações entre os membros, favorecem os contatos intergeracionais e uma experiência mais positiva sobre a aposentadoria.

## 4 PREVIDÊNCIA SOCIAL E APOSENTADORIA NO BRASIL

### 4.1 História da proteção social no Brasil

A proteção social no Brasil, ainda que de modo retardatário, evoluiu seguindo os moldes internacionais, primeiro de caráter privado e voluntário, depois com os grupos mutualistas e a presença gradativamente maior do estado.

O primeiro registro legal acerca da previdência social é um decreto de 1821 do Príncipe Regente Pedro de Alcântara. Mas antes disso tem-se alguns exemplos, como as “santas casas” atuando no ramo assistencial (1543) e o Plano de Benefícios dos Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha (1795).

A Constituição Imperial de 1824 foi a primeira a garantir certa assistência social à população carente com a criação dos Socorros Mútuos, alguns exemplos são: Previdência, um socorro mútuo criado em 1875; Socorro Mútuo Vasco da Gama de 1881; e Socorro Mútuo Marques de Pombal (1882). Ainda sobre a influência do movimento mutualista, surgiram os montepios abertos que, seguindo a tradição portuguesa das *Misericórdias*, eram sem fins lucrativos, permitiam o ingresso franqueado a qualquer pessoa e preocupavam-se com questões relativas a acidente de trabalho e aposentadoria. Nesse contexto, destaca-se o MONGERAL, Montepio Geral dos Servidores do Estado, criado em 1835; o Decreto nº 9.912 de 26 de março de 1888 que previa o monopólio estatal do Correios e regulou o direito à aposentadoria dos seus empregados por idade, o funcionário deveria ter 30 anos de efetivo serviço e idade mínima de 60 anos, ou invalidez; e o Decreto nº 172 de 1892 que instituiu a aposentadoria por idade ou invalidez e pensão por morte aos operários do Arsenal da Marinha (IBRAHIM, 2015; FAÇANHA, 2015).

A Constituição de 1891 é um dispositivo bastante emblemático, segundo Ibrahim (2015), pois permite a compreensão da diferenciação dada à previdência social dos servidores e militares, já que aquela foi a primeira a conter o termo “aposentadoria”, que era concedida a funcionários públicos em caso de invalidez e sem contribuição. O autor aponta, também, que para tais servidores os benefícios sempre foram integralmente custeados pelo Estado, enquanto que a previdência social para os trabalhadores em geral, que seria criada posteriormente, desde sua gênese é de caráter contributivo.

Sob o amparo da Constituição de 1891 destaca-se o Decreto-Legislativo nº 3.724, de 1919, e o Decreto-legislativo nº 4.682, de 1923. O primeiro ficou conhecido como a Lei de Acidente de trabalho, que determinava ao empregador o custeio de um valor único de indenização para seus empregados em caso de acidente de trabalho. E o segundo foi a chamada Lei Eloy Chaves, a qual instituiu as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAP) para os ferroviários. Eram beneficiários das CAPs os empregados e operários diaristas que tinham mais de seis meses atuando na mesma empresa de estrada de ferro. As caixas tinham diversas fontes de financiamento, inclusive contribuições de empregados e empregadores, e ofereciam os benefícios de aposentadoria, indenização em caso de acidente de trabalho e pensão por morte (IBRAHIM, 2015; FAÇANHA, 2015).

A Lei Eloy Chaves, em homenagem ao seu proponente, é considerada o marco inicial da previdência social no Brasil. Através dessa lei o estado determinou a criação o funcionamento das CAPS, mas a manutenção e administração do sistema eram de responsabilidade dos empregadores. Logo esta técnica protetiva se estendeu pelo país, sendo aderida por outras categorias. Assim, em 1937 contabilizavam-se 183 caixas existentes (IBRAHIM, 2015; FAÇANHA, 2015).

Na década de 30, com o início do governo de Getúlio Vargas, o fortalecimento dos sindicatos e da classe urbana, viu-se a criação do Ministério do Trabalho e a reestruturação do sistema previdenciário para acompanhar o processo de industrialização brasileira. Resultando, paralelamente às CAPs cuja vinculação era feita por empresa, no surgimento dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP), nos quais a filiação era feita por categoria profissional e eram restritos aos trabalhadores urbanos. Nessa década, também, a interligação dos sindicatos, da justiça do trabalho e política previdenciária organizou a relação do Estado e a classe operária. Além disso, a política adotada pelo Governo ampliou a cobertura previdenciária e, assim, no final da década de 40 o número de segurados era dez vezes superior ao número de 1934 (BRASIL, 2008; LIMA, 2011; IBRAHIM, 2015).

Como aponta Ibrahim (2015), a organização da previdência por categoria profissional solucionava algumas questões como o pequeno número de segurados de algumas caixas e evita os transtornos gerados pela saída do trabalhador de uma empresa, e, conseqüentemente, da respectiva caixa. Contudo, cada IAP possuía uma estrutura específica de benefícios e contribuições o que criava uma grande



disparidade entre os níveis qualitativos e quantitativos de proteção social (BRASIL, 2008).

A criação dos IAPs possibilitou, também, uma maior intervenção estatal, visto que estes eram autarquias subordinadas à União pelo Ministério do Trabalho. Ibrahim (2015) ressalta que a substituição das CAPs pelos IAPs tinha uma coerência técnica, mas alerta a conveniência de tal reestruturação para o Governo, visto que o Estado passou a ter o controle de fundos bem providos de recursos, justamente quando o país necessitava de recursos para seu desenvolvimento, tanto que, na década de 50, a construção de Brasília foi financiada pela previdência social (BRASIL, 2008).

A Constituição de 1934 foi a primeira a utilizar a expressão “previdência”, ainda sem o adjetivo social, e estabeleceu a tríplice fonte de custeio da previdência: Estado, empregador e empregado. Já a Constituição de 1937 não trouxe muitas novidades previdenciárias. Na Constituição de 1946 é que aparece a expressão “Previdência Social” e sob a égide dessa constituição cria-se, em 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). A LOPS (Lei nº 3.807) unificou legislativamente os IAPs, tendo esses que cumprir as mesmas normas. Para Ibrahim (2015), esse foi o primeiro passo para a unificação da gestão que aconteceu em 1966 com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (BRASIL, 2008; IBRAHIM, 2015).

Nesse período, existiam seis institutos que executavam as mesmas atividades, gerando elevados gastos com diversas redundâncias de funcionamento. Além disso, havia alguns percalços quando um trabalhador mudava de categoria profissional. Destarte, a unificação administrativa das IAPs favoreceu a resolução desses problemas. Por outro lado, verificaram-se algumas resistências à unificação devido ao receio da perda de direitos e enfraquecimento da proteção, além do fato de alguns IAPs serem muito organizados e outros não, tendo, inclusive, o superávit e reservas de alguns, coberto o déficit de outros (BRASIL, 2008; IBRAHIM, 2015; LIMA, 2011).

No ano de 1974 foi instituída a Lei nº 6.036 que criou o Ministério da Previdência e Assistência Social e no ano seguinte, 1975, coube ao Poder Executivo reunir todas as leis previdenciárias em um mesmo corpo normativo, elaborando, assim, a primeira Consolidação das Leis da Previdência Social (CLP) no ano de

1976. Posteriormente, foram feitas outras duas CLPS, uma em 1984 e outra em 1991.

Com a Lei nº 6.439 de 1977, visando à reorganização da previdência social, surge o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Esse sistema, submetido ao Ministério da Previdência e Assistência Social, tinha a missão de integrar a concessão e manutenção de benefícios, prestação de serviços, custeio de atividades e programas, gestão administrativa, financeira e patrimonial da Previdência e Assistência Social. O SINPAS era composto pelas seguintes entidades: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS); Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA); Fundação Nacional do Bem-Estar do menor (FUNABEM); Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV); Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS); e a Central de Medicamentos (CEME) (BRASIL, 2008; IBRAHIM, 2015).

Em 1990, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência e Assistência Social foram extintos, surgindo o Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Nesse mesmo ano, o SINPAS também foi extinto e criou-se o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a partir da fusão do INPS com o IAPAS. O INAMPS, a LBA, a FUNABEM e a CEME foram igualmente extintas. Apenas a DATAPREV continua em atividade. A LOPS continuou sendo aplicada até 1991, quando entraram em vigor os diplomas básicos da Seguridade Social: Plano de Custeio e Organização da Seguridade Social (Lei nº 8.212) e o Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213) (JUNIOR, 2003; IBRAHIM, 2015).

Essas mudanças da década de 90 foram decorrentes da Constituição de 1988 que implantou um novo conceito no Brasil, o de Seguridade Social, sendo composta por três segmentos: Saúde, Assistência Social e Previdência Social. A referida Constituição representa a adoção brasileira do ideal do Estado do Bem-Estar Social, claramente evidente no art.193: “A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.”. Destarte, o poder público, no que tange à Seguridade Social, passou a seguir os princípios dispostos no art. 194, a saber: I. Universalidade da cobertura e atendimento; II. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações rurais; III. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV. Irredutibilidade do valor

do benefício; V. Equidade na forma de participação no custeio; VI. Diversidade da base de financiamento; e VII. Caráter democrático e descentralizado da administração.

A Seguridade Social é, então, meio para alcançar o bem-estar e justiça sociais. Contudo, o mercado de trabalho excludente, o nível de pobreza de grande parte da população e a desigualdade na distribuição de renda são fatores que precisam ser driblados pelas políticas da Seguridade Social para se atingir os objetivos esperados. E, ainda que conforme a Constituição de 1988, a proteção social brasileira seja, prioritariamente, obrigação do Estado, não se podem excluir outras ações como as da família, de assistências voluntárias e de sociedades mutualistas que existem até hoje. Como aponta Ibrahim (2015, p.7), “a formatação delineada pela constituinte de 1988 vai além dos antigos sistemas de seguros sociais, ampliados e aprimorados com ideais de justiça, solidariedade e isonomia, em uma ação cooperativa nunca antes atingida pela sociedade humana”, ou seja, o Estado demanda o auxílio da sociedade para garantir a consecução dos objetivos constitucionais.

#### **4.2 A previdência social brasileira**

Usualmente, a evolução da previdência social é dividida em três fases: *fase inicial* (até 1918) com a criação de regimes previdenciários a alguns tipos de eventos, como acidentes de trabalho e invalidez; *fase intermediária* (1919-1945), caracterizada por uma maior intervenção do estado e expansão pelo mundo; e *fase contemporânea* (a partir de 1946), marcada pelo ideal do Welfare State, visando à proteção de todos contra qualquer tipo de risco (IBRAHIM, 2015). Assim, conforme visto na sessão anterior, a previdência social brasileira surge, inicialmente, como um regime de capitalização de vinculação voluntária de determinados trabalhadores até que, gradativamente, o Estado foi ampliando sua intervenção, culminando com a incorporação da ideologia da Constituição Federal de 1988.

Sob o amparo da Constituição de 1988, a previdência social do Brasil tem como princípio norteador a universalização dos direitos sociais, objetivando o alcance do bem-estar e justiça sociais. Desse modo, ganha evidência seu caráter

redistributivo e assistencial, sendo, atualmente, uma das principais políticas públicas na área social. Contudo, o sistema previdenciário brasileiro encontra-se em desequilíbrio em função de regras inadequadas de acesso à aposentadoria e de seus cálculos e ampliação de direitos e sua cobertura sem considerar os recursos necessários para seu financiamento (BRASIL, 2008; FAÇANHA, 2015; REIS et al., 2015). Diante disso, a previdência social passou por algumas modificações importantes que foram chamadas de Reformas Previdenciárias.

A primeira Reforma da Previdência ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 20, de dezembro de 1998, e tratava, principalmente, das condições de acesso à aposentadoria. Até então, o tempo de serviço era o principal critério para concessão da aposentadoria, mas com a referida emenda passou a ser o tempo de contribuição e, para os dois regimes, deixou de existir aposentadoria proporcional. Especificamente para o RGPS, outras modificações foram introduzidas, como a limitação de concessão de aposentadorias especiais; imposição de teto para o valor dos benefícios e alteração da fórmula do cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição que passou a ser baseada na média dos 80% maiores salários-de-contribuição multiplicada pelo fator previdenciário. Para os Regimes Próprios de Previdência de Servidores Públicos e Militares (RPPS), além do tempo de contribuição, estabeleceu-se uma idade mínima e a exigência de um período de carência no serviço público. Essa reforma criou também o regime de previdência complementar.

A segunda reforma ocorreu durante o governo Lula com a EC nº 41, de dezembro de 2003, e teve seu foco no acesso e valores de aposentadorias e pensões para os RPPS. As alterações decorrentes dessa emenda, além de buscar uma maior convergência entre os RPPS e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), eram vistas como necessárias, pois, para o governo, esse regime seria o principal responsável pelo déficit da previdência. Alguns pontos foram: fim da integralidade; fim da paridade dos reajustes dos servidores ativos e inativos; estabeleceu teto para o valor dos benefícios equivalente ao do RGPS; estabeleceu um redutor para o valor das novas pensões; estabeleceu que o regime de previdência complementar dos servidores seria operado por entidades fechadas, públicas, com planos de benefícios na modalidade de contribuição definida; e

introduziu aos servidores inativos e pensionistas a mesma taxaço dos servidores ativos (ARAÚJO, 2009).

Essas reformas tiveram forte apoio da m dia e justificadas por quatro motivos: a) o déficit da previdência, com prognóstico cada vez pior, estando propenso a atingir dimensões estruturais; b) por uma maior convergência entre o regime geral e os dos servidores públicos, como resposta às injustiças do sistema devido aos privilégios do RPPS; c) a mudança da estrutura demográfica brasileira decorrente do envelhecimento populacional; e d) o alto custo do trabalhador brasileiro, sendo um dos obstáculos para competitividade externa do país.

Todavia, as chamadas reformas previdenciárias receberam algumas críticas. Para alguns autores (ARAÚJO, 2009; COSTA, 2009), as modifica es realizadas com as reformas são, na verdade, ajustes de ordem contábil/fiscal para atender às decisões e orienta es neoliberais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial. Essas reformas, para esses autores, fariam parte de um ajuste maior, estrutural, que visa   menor interven o estatal e abertura externa da economia com a desregula o das rela es de trabalho e amplos programas de privatiza o. Esse movimento, desde os anos 90, foi observado não são no Brasil, mas em todos os países latino-americanos.

Quanto   sua estrutura, a Previdência Social Brasileira caracteriza-se por ser um segmento da Seguridade Social, de caráter contributivo e organiza o estatal, que visa assegurar a renda dos trabalhadores e seus familiares em caso de perda de sua capacidade de trabalho.   formada pela previdência social básica, caracterizada por ser de reparti o simples e filia o obrigatória, sendo composta por dois regimes: Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Regimes Próprios de Previdência de Servidores Públicos e Militares (RPPS); e a Previdência Complementar, um regime facultativo e de capitaliza o com base na acumula o de capital, sendo constituído pelas Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) e pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). O Regime Geral e o Regime dos Servidores Públicos são aut nomos, paralelos, com orçamentos separados e legisla o específica para cada um deles. A Previdência Complementar pode atender a qualquer desses Regimes (BRASIL, 2008; FAÇANHA, 2015; REIS et al., 2015).

Em 2014, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 65,31 milhões de pessoas na faixa etária de 16 a 59 anos eram protegidas pela Previdência Social. Considerando que 90 milhões de pessoas entre as referidas idades se declararam ocupadas, esse número representa 72,6% de cobertura total. Desse universo de segurados da Previdência Social, 57,3% eram contribuintes da RGPS, 7,5% eram da RPPS e 6,7% eram segurados especiais (BRASIL, 2015).

O RGPS é um regime abrangente que atende aos trabalhadores da iniciativa privada e dos funcionários públicos celetistas, ou seja, é a previdência dos trabalhadores assalariados urbanos, autônomos, domésticos e rurais, sendo assim responsável pela maioria dos trabalhadores brasileiros. A administração do sistema é pública, sendo o Ministério da Previdência Social responsável por formular a política voltada ao RGPS e o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) pela sua gestão (BRASIL, 2008).

O Regime Geral é nacional e público, caracterizado por ser de repartição simples e contribuição obrigatória. Concede aos seus segurados alguns serviços (Reabilitação profissional, Serviço Social e Perícia Médica) e diversos benefícios (vide quadro 1) que garantem a cobertura em caso de incapacidade para o trabalho, idade avançada, tempo de contribuição e parto/adoção, além de prisão ou morte do segurado. Esses benefícios são classificados em três grandes grupos: aposentadorias, pensões e auxílios, possuindo valores mínimos e máximos definidos. A fim de garantir a lisura e a rapidez do processo, são pagos diretamente aos segurados por meio de transferências bancárias (BRASIL, 2008).

**QUADRO 1 - Benefícios concedidos pela previdência social\***

<b>Aposentadorias</b>	<b>Aposentadoria por idade</b>	Tem direito a esse benefício os segurados que alcançam a idade determinada por lei.
	<b>Aposentadoria por contribuição</b>	Benefício concedido ao segurado que comprovar o tempo de contribuição determinado pela legislação.
	<b>Aposentadoria Especial</b>	Esse benefício é direcionado àqueles que tenham trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, de forma contínua ou ininterrupta.
	<b>Aposentadoria por Invalidez</b>	Tem direito ao benefício os segurados incapacitados permanentemente para exercer suas atividades ou

		outros tipos de serviços que lhes garantam o sustento, seja por doença ou acidente.
<b>Benefícios para Família</b>	<b>Salário-Maternidade</b>	Benefício pago às seguradas ou aos segurados devido ao nascimento ou adoção de uma criança.
	<b>Salário-Família</b>	Benefício mensal concedido a empregados e trabalhadores avulso que tenham filhos, enteados ou tutelados até 14 anos ou de qualquer idade, caso sejam inválidos.
	<b>Auxílio-Reclusão</b>	Benefício concedido aos dependentes do segurado da Previdência Social preso em regime fechado ou semi-aberto, durante o período de reclusão ou detenção.
	<b>Pensão por morte</b>	É o benefício concedido aos dependentes economicamente do segurado falecido.
<b>Benefícios por incapacidade</b>	<b>Auxílio-doença</b>	Benefício recebido mensalmente por todo segurado que estiver temporariamente incapacitado de exercer sua atividade profissional por doença ou acidente.
	<b>Auxílio-acidente</b>	Benefício de caráter indenizatório concedido a trabalhador empregado, trabalhador avulso ou segurado especial que adquira seqüela decorrente de acidente de trabalho que reduza permanentemente sua capacidade de trabalho.

\*Quadro elaborado a partir de informações do Guia da Previdência Social<sup>7</sup>

Têm acesso a tais serviços e benefícios aqueles que são segurados da Previdência Social e os dependentes dos segurados. Através de inscrição no INSS e contribuições mensais, todo cidadão e cidadã brasileiros, a partir de 16 anos, pode tornar-se segurado. Ressalta-se que o trabalhador com carteira assinada torna-se segurado automaticamente. Há diferentes tipos de segurados: a) Empregado: trabalhador com carteira assinada que, mediante recebimento de salário, presta serviço não eventual a empregador; b) Empregado doméstico: trabalhador com carteira assinada que presta serviço em residência de outra pessoa ou família; c)

<sup>7</sup> Documento disponibilizado no site da previdência social: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2012/11/Guia-da-Previdencia-Social.pdf>.

Trabalhador avulso: trabalhador que presta serviço a diversas empresas, sem vínculo empregatício, contratado por sindicatos ou órgãos gestores de mão-de-obra; d) Contribuinte individual: Autônomos ou pessoa que presta serviço eventual a empresas sem vínculo de emprego; e) Segurado especial: agricultor familiar, pescador artesanal ou indígena que exerce atividade individual ou em regime de economia familiar; e f) Segurado facultativo: pessoa maior de 16 anos que não tenha renda própria, mas contribui para a Previdência Social.

O RGPS, sendo ele componente da Seguridade Social, é financiado por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de contribuições sociais do trabalhador e demais segurados da Previdência Social, bem como de empresas e entidades a elas equiparadas sobre: a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados a prestadores de serviço; a receita ou faturamento; o lucro.

Os Regimes Próprios de Previdência de Servidores Públicos são um conjunto heterogêneo de sistemas previdenciários dos militares e dos funcionários públicos estatutários dos níveis federal, estadual e municipal (ZYLBERSTAJN et al., 2006 apud REIS et al., 2015), sendo conseqüentemente, mantidos pela União, pelos Estados e boa parte dos Municípios. Reis et al. (2015) apontam que existem 2.236 RPPS no Brasil. Por não possuir, do ponto de vista atuarial, o contingente de funcionários adequado para o funcionamento de um sistema previdenciário, diversos municípios brasileiros não possuem regime próprio de previdência, e por isso, seus servidores são obrigatoriamente vinculados ao RGPS (IBRAHIM, 2015).

Os RPPS seguem as regras gerais da Lei nº 9.717/98 a qual prevê princípios elementares como a exclusividade da vinculação das contribuições ao pagamento dos benefícios, com exceção das despesas administrativas do RPPS, e a cobertura apenas a servidores titulares de cargo efetivo. A orientação, supervisão controle e auditoria do RPPS ficam a cargo do Ministério da Previdência Social, intermediado pela Secretaria de Políticas e Previdência Social.

O aposentado pelo RPPS continua sendo servidor, migrando da condição de ativo para inativo, recebendo sua aposentadoria diretamente do Estado. Os recursos para o financiamento do RPPS são oriundos das contribuições do órgão estatal; contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas; compensação



previdenciária ou financeira; e o fundo previdenciário. Referente às contribuições, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, essas não podem ser inferiores à Cobrada pela União, ou seja, a alíquota mínima deve ser de 11%.

Deve-se observar que, inicialmente, o RPPS apresentava outro formato. O estado brasileiro, de caráter paternalista, originalmente, concedia a aposentadoria a seus servidores sem qualquer custo para os mesmos. A aposentadoria era entendida não como um direito previdenciário, mas como uma obrigação do estado em amparar seus servidores. Aos servidores públicos só era incumbido a participação no financiamento garantido aos seus dependentes. Assim, as despesas com inativos e pensionistas, no orçamento público, eram apenas um item das despesas de pessoal; por isso, também, os regimes previdenciários dos servidores públicos não possuíam nenhum marco regulador, o que lhes conferiu a heterogeneidade, que ainda hoje se observa. Diante deste panorama, era necessário promover mudanças no RPPS. Assim, com a EC nº 20 de 1998 iniciou-se a separação entre política de pessoal e previdenciária, com a introdução da obrigatoriedade do caráter contributivo e a necessidade do equilíbrio financeiro e atuarial. Destarte, com a EC nº 20 e a Lei nº 9.717, ambas de 1998, os Regimes Próprios foram institucionalizando-se e adquirindo um tratamento previdenciário. Em 2003, os RPPS foram mantidos como unidades administrativas sob responsabilidade governamental, todavia, com legislação convergente em médio prazo com o Regime Geral, prevendo a adoção da mesma fórmula básica e cálculo de aposentadorias e a transição, gradativa, para os mesmos índices de reajuste e a possibilidade de criação de previdência complementar do servidor (BRASIL, 2008; IBRAHIM, 2015).

### **4.3 Aposentadoria no Brasil**

Em virtude do objeto do presente estudo, dar-se-á enfoque às aposentadorias.

Aposentadorias são pagamentos mensais vitalícios, efetuados ao segurado por motivo de idade, tempo de contribuição, incapacidade para o trabalho ou trabalho exercido em atividades sujeitas a agentes nocivos à saúde. Sendo um regime de repartição simples, as aposentadorias dos trabalhadores inativos são

financiadas pelas contribuições dos trabalhadores e empregadores, imprimindo a previdência um caráter solidário e intergeracional, já que a renda dos idosos e deficientes que não dispõem de capacidade para trabalhar é gerada pelos mais jovens (FAÇANHA, 2015).

De modo geral, o RPPS concede as mesmas aposentadorias que as previstas pelo RGPS. Assim, o trabalhador brasileiro pode contar o tempo de contribuição exercido anteriormente em um regime previdenciário para completar os requisitos exigidos pelo regime previdenciário onde se encontra vinculado no momento da aposentadoria. Esse mecanismo é importante, pois garante a mobilidade social entre os trabalhadores brasileiros e um instrumento importante de promoção da justiça social.

Cada tipo de aposentadoria segue determinadas regras que serão apresentadas a seguir, ressaltando as diferenças que haja entre os regimes.

#### *Aposentadoria por idade*

É um dos benefícios mais antigos da Previdência social. Visa garantir o sustento do segurado e de sua família quando a idade avançada não permite a continuidade laborativa. Assim, têm direito ao benefício os trabalhadores urbanos que atingem a idade considerada risco social, no caso do sexo masculino a partir dos 65 anos e do sexo feminino a partir dos 60 anos de idade. Além da idade, o segurado precisa atender ao período de carência, ou seja, comprovar o número mínimo de contribuições mensais, que atualmente é de 180 contribuições.

O valor do benefício equivale a 70% do salário-de-benefício, mais 1% para cada grupo de 12 contribuições, até o máximo de 100%, não podendo ser inferior ao salário mínimo nem superior ao limite máximo do salário-de-contribuição. Portanto, o valor da aposentadoria será maior quanto maior for a contribuição e o período contributivo. Quando o segurado alcança a idade mínima pode escolher utilizar o fator previdenciário no cálculo do salário de benefício, caso esse contribua para aumentar o valor do benefício. No caso do RPPS, com as modificações da Ec nº 41/03, foram extintas a integralidade da remuneração na inatividade e a paridade remuneratória entre ativos e inativos, sendo que o benefício passou a ser calculado por meio da média.

Quanto ao regime previdenciário dos militares, este segue as diretrizes da Lei nº 6.880/80, com as alterações da Lei nº 10.416/02 e MP nº 2.215-10/01. Basicamente, os segurados desse regime são afastados do trabalho sem perder a condição de militares. A questão é que a aposentadoria militar, geralmente, é precoce devido à rigorosa exigência física da atividade militar ou por critérios de hierarquia, sendo que as mesmas são integralmente custeadas pelo Tesouro.

O período de carência pode ser diferente para quem começou a contribuir para o INSS até 24/07/1991, data da promulgação da Lei nº 8.213/91, visto que antes da referida lei o tempo mínimo de contribuição era de 60 meses.

Aposentadoria não pode ser revertida; assim, o segurado só pode cancelar o benefício desde que não tenha ocorrido o recebimento do primeiro pagamento nem o saque do PIS/FGTS por motivo de aposentadoria. O aposentado que retornar ao trabalho terá que contribuir para a Previdência Social, de acordo com a sua categoria de segurado e faixa salarial. Nessa situação, esse trabalhador poderá ter direito ao salário-família, salário-maternidade e reabilitação profissional (caso a perícia médica da Previdência Social recomende).

O segurado que cumpriu o período de carência ao completar 65 anos, se mulher, e 70 anos, se homem, poderá ter sua aposentadoria compulsoriamente requerida pela empresa. (BRASIL, 2008)

Para os trabalhadores rurais (agricultor familiar, pescador artesanal, indígena e outros), a aposentadoria por idade pode ser concedida com cinco anos a menos, portanto, 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. Esses segurados especiais precisam, também, comprovar 180 meses de atividade rural; para os trabalhadores rurais filiados antes da Lei nº 8.213/91 esse tempo mínimo pode ser diferenciado. Outro requisito é que o segurado deve estar exercendo a atividade rural na data de entrada do requerimento ou na data em que implementou todas as condições exigidas para o benefício, ou seja, idade mínima e carência. Caso não comprove o tempo mínimo de trabalho necessário ao segurado especial, o trabalhador poderá pedir o benefício com a mesma idade do trabalhador urbano, somando o tempo de trabalho como segurado especial ao tempo de trabalho urbano. A ausência de documentação em intervalos não superiores a três anos não prejudicará o reconhecimento do direito, independente de apresentação de

declaração do sindicato dos trabalhadores rurais, de sindicato dos pescadores ou colônia de pescadores.

### *Aposentadoria por tempo de contribuição*

Todo cidadão e cidadã que comprovar o tempo de contribuição mínimo, homens 35 anos e mulheres 30 anos, têm direito a esse benefício. Professores e professoras que exercem exclusivamente funções de magistério em estabelecimento de educação básica têm o tempo de contribuição reduzido em cinco anos. É necessário também o cumprimento do período de carência (180 meses de contribuição), que corresponde ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o segurado faça jus ao benefício. Assim como na aposentadoria por idade, os filiados antes de 24 de julho de 1991 têm um tempo de carência diferenciado. A aposentadoria por tempo de contribuição é igualmente irreversível e irrenunciável: depois que receber o primeiro pagamento, sacar o PIS ou o Fundo de Garantia, o segurado não poderá desistir do benefício.

O valor do benefício corresponde a 100% do salário de benefício, podendo sofrer alteração de acordo com o fator previdenciário: se o fator for menor do que 01, haverá redução no valor do benefício. Se o fator for maior que 01, haverá acréscimo no valor e, se o fator for igual a 01, não há alteração. Mas com a aprovação, em novembro de 2015 da Lei nº 13.183, o segurado tem a opção de requerer aposentadoria sem incidência do fator, optando pela regra 85/95 progressiva.

Com a justificativa de acompanhar as mudanças demográficas do país, foi elaborada no governo Dilma a fórmula 85/95 progressiva. Nessa nova regra, até 30 de dezembro de 2018, para se aposentar por tempo de contribuição, sem incidência do fator previdenciário, o segurado terá de somar 85 pontos, se mulher, e 95 pontos, se homem. A partir de 31 de dezembro de 2018, para afastar o uso do fator, a soma da idade e do tempo de contribuição terá de ser 86, se mulher, e 96, se homem. A lei limita esse escalonamento a 2026, quando a soma para as mulheres deverá ser de 90 pontos e para os homens, 100.

Com a reforma de 1998 foi extinta a aposentadoria proporcional por tempo de contribuição. Atualmente, só aqueles que se filiaram à Previdência Social antes de 1998 têm direito a aposentadoria proporcional. Para requerer o benefício faz-se

necessário combinar tempo de contribuição e idade mínima. As mulheres precisam ter no mínimo 48 anos de idade e 25 anos de contribuição, já os homens precisam ter 53 anos de idade e 30 anos de contribuição. Além disso, com a regra transitória, para ambos os sexos deve-se acrescentar ao tempo de contribuição 40% do tempo que faltava para o indivíduo atingir o tempo mínimo da proporcional em 16 de dezembro de 1998. Quanto ao valor do benefício, conseqüentemente, a aposentadoria proporcional tem valor reduzido que varia entre 70 a 90% do salário de benefício.

A aposentadoria por tempo de contribuição surgiu em substituição à aposentadoria por tempo de serviço. Essa alteração imprimiu à aposentadoria o caráter contributivo da previdência social, visto que antes a mesma poderia ser requerida se o indivíduo possuísse o tempo de serviço determinado, mesmo que não tivesse realizado nenhuma contribuição para o sistema.

Esta modalidade de aposentadoria é bem controversa, alguns especialistas, inclusive, defendem sua extinção. O primeiro ponto é que este não seria um benefício de natureza previdenciária já que o trabalhador não apresenta nenhuma incapacidade, não estando, portanto, em risco pelo qual ser protegido. Por outro lado, a aposentadoria por contribuição pode ser vista como um recurso de renovação do mercado de trabalho; contudo, o que se observa é que as pessoas que se aposentam nessa modalidade, em sua maioria, continuam trabalhando. E, por fim, este benefício tem sido mais concedido às classes superiores, uma vez que a população de baixa renda tem dificuldade para comprovar o tempo de contribuição.

#### *Aposentadoria especial por tempo de contribuição*

Os segurados que tenham trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, de forma contínua e ininterrupta, têm direito à aposentadoria especial por tempo de contribuição. O benefício é concedido aos trabalhadores que comprovem terem sido expostos a agentes nocivos químicos, físicos ou biológicos, ou associação desses agentes pelo período de 25, 20 ou 15 anos de contribuição conforme o agente nocivo. Além do tempo de contribuição, é necessário que o cidadão tenha efetivamente trabalhado por, no mínimo, 180 meses desse período. O valor do benefício corresponde a 100% do salário-de-benefício. A aposentadoria

especial requerida e concedida a partir de 29 de abril de 1995 será cancelada pelo INSS caso o beneficiário permaneça ou retorne à atividade que ensejou a concessão desse benefício.

#### *Aposentadoria por invalidez*

Esse benefício é concedido aos segurados incapacitados permanentemente para exercer suas atividades ou outros tipos de serviços que lhe garantam o sustento, seja por doença, seja por acidente. A incapacidade precisa ser confirmada pela Perícia Médica do INSS e o beneficiário precisa passar por perícia médica de dois em dois anos; se não, o benefício é suspenso. Os maiores de 60 anos são isentos dessa obrigação. Caso o segurado recupere a capacidade e volte a trabalhar, a aposentadoria é suspensa. Aqueles que tenham ficado incapacitados por motivo de doença, para receber o benefício, têm que ter contribuído por no mínimo 12 meses. Nos casos de acidente, não há exigência de período de carência, mas é preciso estar inscrito na Previdência Social.

Não tem direito à aposentadoria por invalidez quem, ao se filiar à Previdência Social, já tiver doença ou lesão que geraria o benefício, a não ser quando a incapacidade resultar no agravamento da enfermidade. Tem-se, também, que o aposentado por invalidez que necessitar de assistência permanente de outra pessoa poderá ter direito a um acréscimo de 25% no valor de seu benefício. Nesse caso, o segurado passará por uma nova avaliação médico-pericial do INSS. Caso o benefício seja cessado por óbito, o valor não será incorporado à pensão deixada aos dependentes.

#### **4.4 Panorama da previdência social e aposentadoria no Brasil**

Na América latina e Caribe, entre 1950 e 1955, a expectativa de vida era de 55,7. Entre 2010 e 2015, há pessoas vivendo em média 74,7 anos. No Brasil, a expectativa de vida era de 65 anos, passando para 74, 1 em 2014, tendendo a continuar crescendo e chegar a 80 anos em 2060. Esse aumento da longevidade dos brasileiros se reflete na participação do idoso na população do país: se em

2000, esses representavam 8,2%, em 2014 eram 13,7% e a previsão é que em 2060 alcancem 33,7%. Logicamente, a crescente da população idosa evoca políticas e ações do estado que atendam as demandas dessa população. Na Previdência Social, o impacto tem sido claro, uma vez que esse oferece cobertura a 81,7% da população de 60 anos ou mais. Nota-se que a grande porção da cobertura destina-se a aposentados (57,5%), enquanto 9,5% são pensionistas, 8,2% recebem ambos os benefícios e 6,5% contribuem para algum regime previdenciário, mas ainda não recebem nenhum benefício (BRASIL, 2016).

Em dezembro de 2012, havia 23,7 milhões de beneficiários do RGPS, sendo 68,4% beneficiários com 60 anos ou mais de idade, ou seja, dois em cada três beneficiários são idosos. Ressalta-se que a maior parte dos beneficiários do RGPS (7,8 milhões) concentra-se na faixa etária de 60 a 69 anos, aspecto esse decorrente do fato da aposentadoria por idade ser o benefício mais concedido do RGPS. Já a maior concentração de aposentadorias por contribuição está na faixa etária de 54 a 59 anos. Quanto ao gênero, os homens são os maiores beneficiários das aposentadorias por tempo de contribuição, enquanto as mulheres são as maiores beneficiárias das aposentadorias por idade e das pensões por morte. Esse dado, atrelado ao fato das mulheres viverem mais que os homens, refletem-se no aumento da porção feminina à medida que aumenta a idade. Assim, em dezembro de 2012, 56,2% do total de beneficiários do RGPS eram mulheres. Na faixa etária de 90 anos ou mais, elas chegavam a representar 64,7%. Inversamente, os homens são a maioria entre os contribuintes (SILVA et al., 2014; SANTOS; BARBOSA, 2014).

As já citadas mudanças demográficas impactam não só na ampliação do número de aposentados, mas também no tempo de duração da aposentadoria. Somando homens e mulheres, a média de duração da aposentadoria por idade no RGPS é um pouco mais de 16 anos. Destarte a aposentadoria por idade apresentou um aumento de 13,83% na média de duração, e a aposentadoria por tempo de contribuição 15,82% (SILVA et al., 2014).

## **5 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA: A INTERFACE APOSENTADORIA E FAMÍLIA NA PERSPECTIVA DO CURSO DE VIDA**

### **5.1 A ciência do desenvolvimento e a perspectiva do curso de vida**

A psicologia do desenvolvimento busca explorar, descrever e explicar as mudanças vivenciadas pelo indivíduo no decorrer do seu desenvolvimento. Até meados da segunda metade do século XX, por influência do positivismo e das ciências naturais, as teorias da psicologia do desenvolvimento seguiam basicamente dois modelos, o mecanicista, fortemente embasado na dimensão empírica, e o organicista, que enfatizava os processos tidos como universais no desenvolvimento humano. Por consequência, essas teorias e, seus respectivos estudos, possuíam um caráter normativo, buscando definir padrões e desvios de desenvolvimento (ASPESI; DESSEN; CHAGAS, 2005).

Contudo, na segunda metade do século XX, a emergência de um novo paradigma que valorizava o papel da cultura e os contextos sociais no desenvolvimento humano provocou alguns questionamentos sobre a psicologia do desenvolvimento, passando a analisar o desenvolvimento sob uma perspectiva relativista, integradora e contextual. E, dessa forma, o desenvolvimento passou a ser compreendido como um processo não linear, mas complexo e dinâmico de interação entre fatores biológicos e culturais. Por essas características, o desenvolvimento humano passou a ser estudado através da interdisciplinariedade e multimetodologia, surgindo a ciência do desenvolvimento humano (ASPESI; DESSEN; CHAGAS, 2005).

Dentro desse espectro da complexidade e interdisciplinariedade do desenvolvimento, destaque-se a perspectiva do curso de vida, que tem o sociólogo norte americano Glen Elder como principal criador. Essa perspectiva propõe uma análise micro e macrossocial do desenvolvimento humano, através de uma abordagem contextual, processual e dinâmica sobre as mudanças ao longo da vida. O diferencial da perspectiva do curso de vida para outras “teorias dos sistemas em desenvolvimento” é que o desenvolvimento é entendido como um processo que ocorre não só pelas características e funções biológicas, mas também, e com certa força, por fatores temporais e contextuais (BENGTSON; ALLEN, 1993; ELDER; JOHNSON; CROSNOE, 2003; BLANCO, 2011; DESSEN; BISINOTO, 2014).



A análise do curso de vida orienta-se por três conceitos básicos: trajetória, transição e *turning point*. Trajetória refere-se à sequência de papéis e experiência ao longo do processo de desenvolvimento/envelhecimento, ou seja, o caminho de vida. A trajetória envolve diversas dimensões (trabalho, escola, vida produtiva e outros) interdependentes e não pressupõe uma sequência ou velocidade determinada. O ritmo e sequência dessa trajetória se dão pelas transições, que são períodos de mudança de estado ou situação. Essas transições não são fixas, predeterminadas ou previsíveis. Há transições que têm menor ou maior possibilidade de ocorrerem, algumas podem ocorrer simultaneamente. Com as transições se assume um novo estado ou papel, implicando em novos direitos e obrigações, até mesmo em outra identidade social. Por fim, os *turning points* são eventos que acarretam em mudanças consideráveis na vida do indivíduo, alterando a direção do curso de vida (ELDER; JOHNSON; CROSNOE, 2003; BLANCO, 2011).

Além desses conceitos, o paradigma do curso de vida fundamenta-se em cinco princípios:

- a) O princípio do desenvolvimento ao longo do tempo (*life-span development*): entende-se a partir desse princípio que o desenvolvimento e envelhecimento humanos são processos que ocorrem ao longo da vida. O desenvolvimento não está restrito à criança e ao adolescente, mas até a sua morte o ser humano está sujeito a mudanças biológicas, psicológicas e sociais. Isso implica que, para uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva de longo prazo. O que torna mais evidente a interação entre as mudanças sociais e o desenvolvimento humano (ELDER; JOHNSON; CROSNOE, 2003; BLANCO, 2011).
- b) O princípio da Agentividade/Protagonismo (*Agency*): segundo este princípio o indivíduo não é passivo perante os processos de desenvolvimento e envelhecimento. O ser humano tem participação ativa na construção do próprio curso de vida através de suas escolhas e ações, ainda que este “livre arbítrio”<sup>8</sup> esteja sob a influência e condicionado as estruturas, oportunidades e limites das circunstâncias sócio-históricas. (ELDER; JOHNSON; CROSNOE, 2003; BLANCO, 2011; DESSEN; BISINOTO, 2014).

---

<sup>8</sup> Tradução da expressão “libre albedrío” utilizada por Blanco (2011, p.15).

- c) O princípio de tempo e lugar: aponta-se que o curso de vida esta sob a influência de específicos contextos histórico e espacial. Ou seja, todo indivíduo ou coorte estão impregnados e são moldados pelo tempo e lugar (ELDER; JOHNSON; CROSNOE, 2003; BLANCO, 2011). Entendendo “lugar” com “três características essenciais: localização geográfica, aspectos culturais específicos e investimento de significado e valor (GIERYN, 2000 apud ELDER; JOHNSON; CROSNOE, 2003, p.12).
- d) O princípio do *timing*: este termo se refere ao momento da vida de um indivíduo em que determinado evento ocorre. Segundo esse princípio, o significado e repercussão de um evento ou transição no desenvolvimento de uma pessoa depende do timing, ou seja, da idade e estágio do curso da vida em que o indivíduo se encontra (BLANCO, 2011).
- e) O princípio da interdependência das trajetórias de vida (*linked lives*): entende-se que via as redes de relacionamentos as trajetórias de vida das pessoas estão interligadas. E é nessa rede que se expressam as influências sócio-históricas, pois quando um indivíduo é afetado por um evento ou mudança social, isso pode impactar outras pessoas pertencentes ao seu contexto interpessoal. Na dinâmica familiar, esse princípio é bastante evidente (ELDER; JOHNSON; CROSNOE, 2003; BLANCO, 2011; DESSEN; BISINOTO, 2014).

Esses princípios, segundo Elder, Johnson e Crosnoe (2003), emergiram, ao longo de décadas, através de diferentes estudos. Para esses estudiosos, os cinco princípios fornecem às pesquisas uma visão mais holística, uma vez que possibilitam ir além de “padrões” esperados para as idades, ao reconhecer a liberdade de decisão das pessoas, bem como promover uma consciência mais ampla sobre o contexto sócio-histórico e os significantes que envolvem a vida humana. Bengtson e Allen (1993, p.470) evidenciam tal ideia ao citar Hagestad (1990, p.2): “O curso de vida reflete como a sociedade dá significado social e pessoal à passagem do tempo biológico”.

## 5.2 Família e mudança na perspectiva do curso de vida

Os estudos sobre família originaram-se e têm se desenvolvido, em parte, sobre uma visão desenvolvimentista da família. Seu principal conceito seria o de 'ciclo de vida familiar', que carrega a noção de um desenvolvimento familiar que se desenrola por estágios hierárquicos e universais. Segundo Bengtson e Allen (1993), a partir das mudanças históricas e demográficas ocorridas na família desde a década de 1950, a abordagem do curso de vida sobre os estudos de família parte justamente de uma crítica a essa visão estática do ciclo de vida familiar. Assim, a perspectiva do curso de vida, estaria mais focada nas variações processuais do que nos estágios hierárquicos.

Outra questão apontada pelos referido autores é que, empiricamente, os 'estágios' não atenderam às expectativas. Em resposta a isso, Bengtson e Allen (1993) citam Aldous (1990), o qual considerava que a dificuldade empírica do ciclo de vida familiar estaria no fato de focar na família enquanto unidade. Assim, à luz da perspectiva do curso de vida, Aldous propõe que os estágio de família poderiam ser melhor operacionalizados ao se deslocar o foco da unidade familiar para a percepção individual dos membros da família sobre os eventos familiares.

Dessa forma, a abordagem do curso de vida atrela aos estudos de família à perspectiva ontogênica e sociológica, ou seja, o micro e o macrossocial. Por tanto, na abordagem do curso de vida, a família pode ser compreendida como fruto da interação da personalidade, dinâmica e desenvolvimento dos seus membros ao longo do tempo, cujos respectivos comportamentos, necessidades e trajetórias são contingentes, por vezes de forma conflituosa. Tudo isso está inserido em um cenário instável de mudanças na sociedade e nas instituições sociais (Bengtson e Allen, 1993). Em suma:

“(...) the family is a microsocial group within a macrosocial context, a collection of individuals with a shared history who interact within ever-changing social context across ever-increasing time and space” (Bengtson e Allen, 1993, p.470).

Portanto, Bengtson e Allen (1993) consideram que, para a análise da família dentro do curso de vida, conceitos como transmissão intergeracional, conflitos e continuidades são essenciais, bem como a noção de valores, mitos, crenças,

expectativas, obrigações, direitos, trocas e interação de comportamentos. Eles acreditam que uma base teórica que forneça conceitos, premissas e links entre construtos pode levar a valiosos insights no estudo da família ao longo do tempo. Logo, da análise desses pesquisadores sobre os estudos empíricos em família, emergem quatro premissas relacionadas ao curso de vida.

A primeira premissa refere-se à multiplicidade de 'tempos' que estão envolvidas nas mudanças que ocorrem na família. Tem-se o tempo e eventos ontogênicos, os quais correspondem ao percurso de desenvolvimento do indivíduo, como ele cresce, muda e envelhece do nascimento a morte. Assim o comportamento dos indivíduos na família se dá, em parte, da interação do estágio ontogênico da própria pessoa com o estágio ontogênico dos outros membros familiares. Há também o tempo e eventos geracionais que estão relacionados à posição do indivíduo dentro da cadeia familiar de procriação e sucessão. Esse aspecto não é só biogenético, mas implica, também, em papéis e expectativas. Assim, a atuação do indivíduo, em parte, atende ao esperado da posição (avós, pais, filhos) que o membro ocupa na família. Há ainda o tempo e eventos históricos que se referem a questões geopolíticas ou econômicas, representando a dimensão macrossocial do tempo. Logo as mudanças de comportamento, no contexto familiar, associam-se a esses três tempos a partir do estágio de desenvolvimento ontogênico dos membros, do nascimento de novas gerações e do falecimento de outras, assim como do impacto do desenvolvimento geopolítico e econômico e das mudanças tecnológicas e culturais.

A segunda premissa é a sócio-ecológica, que evidencia a importância do contexto social na trajetória familiar. A posição que a família ocupa na estrutura social mais ampla influencia os eventos que a família vivencia. O meio social, incluindo tanto o macro como o micro, e os valores culturais incidem sobre o significado que é dado a determinado evento ou mudança ontogênica, geracional ou histórica pela qual a família passa.

Segundo a premissa diacrônica, o foco de análise deve ser na dinâmica do processo, não sendo possível entender e explicar o desenvolvimento apenas de um ponto. Nessa premissa, destacam-se os conceitos de homeostase e adaptação, uma vez que no processo de desenvolvimento há aquilo que é estável e permanece (homeostase) e o que muda (adaptação). Então, na resposta da família e seus

membros a um evento ontogênico, geracional ou histórico é preciso identificar o que muda e o que continua, o que é transmissão e inovação. Ressalta-se, também, que o comportamento da família e seus membros é influenciado pela interação dos efeitos do envelhecimento (ontogênico), do período histórico e de coorte (geracional). Logo, uma análise diacrônica implica em atentar-se para cada um desses efeitos e sua interação, entendendo que essa interação e as mudanças dela derivadas não ocorrem de modo linear, mas sim dialético, de reciprocidade.

A quarta premissa apontada por Bengtson e Allen (1993) é relativa à heterogeneidade do processo de desenvolvimento. No contexto do desenvolvimento familiar, portanto, deve-se considerar não só o que é comum, mas também o que é diferente, observar a diversidade do comportamento familiar ao longo do tempo. Com o tempo, à medida que se envelhece, aumenta-se a heterogeneidade nas famílias. Outro fator de diferenciação e diversidade de comportamento da família e seus membros é a localização da mesma na estrutura social, ou seja, o desenvolvimento familiar e comportamentos frente a mudanças variam conforme raça, etnia e nível sócio-econômico.

O que foi descrito até agora permite perceber que a família não é um sistema estático. Estando imersa em diversos fatores, ela passa por muitas mudanças ao longo do tempo; é, sem dúvida, um sistema em constante transformação. Como afirmam Silva et al. (2015, p.4), a noção das pessoas sobre as mudanças “parte da percepção subjetiva que os indivíduos têm desses acontecimentos e como os valoriza”. Para esses pesquisadores, essa percepção é influenciada pela cultura, crenças e estilos de vida, o que evidencia a importante influência da trajetória de vida da pessoa na forma como enxerga as transições no curso de vida individual e familiar.

### **5.3 A interface aposentadoria e família na perspectiva do curso de vida**

Através de um estudo referente às publicações científicas sobre família e aposentadoria, Antunes, Soares e Silva (2013) procuraram analisar os fundamentos teóricos e epistemológicos dessas produções. A partir de buscas na *Scielo.br*, *Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-Psi/Index Psi)*, *Psycnet* e *Portal de Periódicos*

Capex, os referidos autores formaram uma amostra com 22 artigos sendo metade nacional e outra internacional.

Para entender como a relação aposentadoria e família tem sido abordada, Antunes, Soares e Silva (2013) analisaram os objetos de investigação de cada estudo e constataram que, de fato, essa temática insere-se de maneira tangencial na maioria das pesquisas. Desse modo, entre as publicações nacionais, apenas três foram consideradas pelos autores como estudos sobre aposentadoria e contextos familiares. Ainda assim, as questões sobre essa interligação não foram aprofundadas, sendo apenas mais um elemento nas pesquisas realizadas. Já na base internacional, identificaram seis artigos que apresentam interligações entre aposentadoria e família, discutindo a decisão individual e/ou conjugal da aposentadoria e a saúde mental do aposentado. Pelo ponto de vista de Antunes, Soares e Silva (2013), quando se compara as publicações nacionais com as internacionais, essas demonstram mais a interligação entre aposentadoria e família, ao passo que as nacionais praticamente não desenvolvem essa correlação, centrando-se nos dois fenômenos isoladamente ou associados a outros fatores.

Outro aspecto revelado pelos referidos pesquisadores foi a diversidade de áreas do conhecimento nas quais as publicações estão inseridas, são elas: Psicologia, Ciências Sociais, Interdisciplinar, Medicina e Engenharia Industrial. Além disso, verificou-se a prevalência da Perspectiva do Curso de Vida como fundamentação teórica desses estudos, sendo correlacionada com outras abordagens teóricas, como a Teoria do Papéis e a Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano.

À luz da abordagem do curso de vida, a aposentadoria pode ser entendida como um processo complexo que sofre influência e influencia múltiplos fatores e agentes, sendo um processo de transição na trajetória do indivíduo e uma variável na trajetória do desenvolvimento familiar. Ou seja, sob o enfoque do desenvolvimento do indivíduo, a família seria uma variável contextual que, com seus subsistemas, regras, padrões e cultura, impactaria na forma como o indivíduo vivencia e ultrapassa o processo de aposentadoria. Por outro lado, na perspectiva do desenvolvimento familiar, a aposentadoria seria uma transição que incidiria sobre a trajetória da família.

As pesquisas até então encontradas tendem a priorizar o estudo da família como variável de influência sobre a experiência do sujeito com relação à aposentadoria, principalmente as relações conjugais. O presente trabalho pretende investigar a relação inversa, tendo a aposentadoria como processo de transição do curso de vida familiar, a partir dos conceitos e premissas dessa abordagem.

#### 5.4 Implicações metodológicas da perspectiva do curso de vida

A origem da teoria do curso de vida é interdisciplinar, tendo sido desenvolvida a partir do aporte teórico da sociologia, história, psicologia e demografia. Segundo Elder, Johnson e Crosnoe (2003, p.10), o curso de vida pode ser visto como:

[...] a theoretical orientation that guides research on human lives within context. As such, it aids scientists in the formulation of empirical questions, conceptual development, and research design. The life course provides a framework for studying phenomena at the nexus of social pathways, developmental trajectories, and social change.

Analisando os cinco princípios do Curso de vida e os conceitos-chaves de trajetória, transição e *turning point*, evidencia-se a importância da dimensão temporal, mais especificamente, do aspecto diacrônico do curso de vida. Sendo assim, desde sua origem, o curso de vida tem predominantemente estudos longitudinais, sejam retrospectivos ou prospectivos. Os estudos de coorte são proeminentemente adotados nas pesquisas de curso de vida. O termo coorte refere-se ao grupo de pessoas que tenham nascido no mesmo ano, fato que é interessante para os estudos sob abordagem do curso de vida, por situar as pessoas em um mesmo contexto histórico, estando sob a influência das mesmas forças e mudanças ao longo do tempo, ainda que cada indivíduo seja exposto a tais aspectos de maneiras diferentes. Os estudos de coorte podem ser qualitativos ou quantitativos (BENGTSON; ALLEN, 1993; BLANCO; PACHECO, 2003).

Blanco e Pacheco (2003) ressaltam que o enfoque do curso de vida evoca a utilização de uma 'metodologia mista', que favorece o acesso variado a diferentes fontes e níveis de informações, ou seja, relacionadas ao micro e macrosistema, tanto quantitativa como qualitativa, entendendo as autoras que entre esses dois paradigmas há um continuum. Consideram-se quatro possibilidades de combinações: a) *seqüencial*: quando os estudos são feitos como duas etapas

diferentes, ou seja, realiza-se uma etapa qualitativa, em seguida uma quantitativa, ou vice e versa; b) *paralelo ou simultâneo*: as duas modalidades são realizadas ao mesmo tempo; c) *status equivalente*: nesse caso o enfoque qualitativo e quantitativo têm o mesmo peso no andamento da pesquisa; e d) *enfoque predominante*: onde um dos enfoques tem predomínio na realização das pesquisa, sendo o outro enfoque apenas complementar.



## 6 METODOLOGIA

Como visto anteriormente, as pesquisas sob a abordagem do curso de vida têm sido, usualmente, pesquisas de *coorte* e metodologia mista. Contudo, Bengtson e Allen (1993) e Blanco (2011) sinalizam a utilidade e necessidade de se realizarem mais pesquisas qualitativas sob a abordagem do curso de vida. Enquanto os estudos de *coorte* permitem uma análise macrosociológica das mudanças individuais e familiares, o uso de métodos qualitativos com enfoque do curso de vida possibilita acesso a aspectos microestruturais da mudança familiar, favorecendo uma análise não só descritiva, mas também de significado. Dessa forma, observando a pouca exploração e produção sobre o tema aposentadoria e família, a própria complexidade inerente ao sistema “família” e os objetivos traçados para esse estudo, optou-se pelo desenvolvimento de uma pesquisa exploratória sob abordagem qualitativa com delineamento longitudinal retrospectivo.

Os estudos exploratórios, segundo Gil (1999), têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Esses estudos pretendem proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, no presente estudo o fato a ser estudado seria o “retorno” do indivíduo para a casa em virtude da aposentadoria. As pesquisas exploratórias são, geralmente, realizadas pelo pesquisador social preocupado com a atuação prática.

Strauss e Corbin (2008) recomendam a abordagem qualitativa para assuntos sobre os quais pouco se sabe ou quando tratar-se de fenômenos como sentimentos, processos de pensamento, experiências e comportamentos que são difíceis de extrair ou descobrir por meio de métodos de pesquisas mais convencionais. Basicamente, é o tipo de trabalho que produz resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação.

### 6.1 Participantes

O grupo de participantes foi composto por aposentados, com pelo menos um da aquisição do benefício, e cônjuges residentes em Salvador ou região metropolitana, com filhos.

## 6.2 Instrumentos e procedimentos para coleta de dados

Em estudos não demográficos, Bengtson e Allen (1993) sugerem a utilização de métodos qualitativos como a entrevista em profundidade e a história de vida. Esses estudos são, geralmente, retrospectivos e estão inseridos no quadro da abordagem metodológica biográfica-narrativa. Essa metodologia, originalmente utilizada por antropólogos, sociólogos e historiadores, tem sido atualmente reconhecida e utilizada por outras disciplinas. Os métodos biográficos-narrativos permitem ao participante contar sua própria história e, pela narrativa, apresentar a realidade conforme sua perspectiva (SILVA et al., 2007).

A narrativa é um processo reflexivo e inerente ao humano, uma vez que a vida é a matéria prima da narrativa, mas também a própria vida é influenciada pela narrativa, uma vez que, ao narrar sua vida, o indivíduo a revive e ordena. Nesse processo a pessoa apresenta tanto o mundo objetivo quanto o subjetivo, conseguindo integrar a ação com as intenções, valores e propósitos. Em adição, favorece esse indivíduo a desenvolver o significado dos acontecimentos, bem como ordenar e estruturar a própria vida, abrindo possibilidade para adaptações e mudanças necessárias. Portanto, pode-se dizer que há um caráter terapêutico na metodologia narrativa (LALANDA, 1998; SILVA et al., 2007; GOODSON E GILL, 2011).

Apesar dessa dimensão reflexiva e individual dos métodos narrativos, quando se opta por essas técnicas em um estudo, não é unicamente para entender as representações e sentidos de determinadas pessoas, mas sim para compreender “o modo como os indivíduos vivenciam o seu cotidiano, em particular determinados acontecimentos ou mudanças, durante a sua vida” (LALANDA, 1998, p.877), entendendo que essas pessoas e suas narrativas estão inseridas em um contexto mais amplo. Ou seja, como visto na abordagem do curso de vida, a percepção e significados dos acontecimentos são influenciados pela cultura, crenças, estilos de vida das pessoas, conforme o tempo e lugar em que se situam. Assim, a partir da história de vida narrada pelo indivíduo à sua maneira, pode-se identificar os componentes sociais e compreender o universo do qual ele faz parte (LALANDA, 1998; SILVA et al, 2007).

Destarte, para esse estudo, optou-se pela entrevista como método de coleta de dados. Tecnicamente, Lakatos e Marconi (2009) definem a entrevista como uma conversa oral que, pela natureza interativa, permite tratar de temas complexos com profundidade. As autoras classificam a entrevista em *padronizada* ou *estruturada* e em *despadronizada* ou *semi-estruturada*. A semi-estruturada, tipo escolhido para esse estudo, caracteriza-se por permitir ao entrevistador maior liberdade para conduzir a entrevista em conformidade com cada situação, ou seja, de acordo com o encaminhamento do entrevistado. Permite, assim, maior exploração do tema tratado.

Para início da coleta de dados, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador, tendo sido aprovado conforme parecer nº 2.393.672.

O acesso aos entrevistados ocorreu através da indicação de pessoas do próprio convívio da pesquisadora. O primeiro contato era realizado por telefone, no qual era explicada a proposta de estudo e a forma de participação do sujeito. A entrevista era agendada conforme local e horário de melhor comodidade para o participante. Após leitura, esclarecimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (vide anexo), iniciava-se a entrevista, que era gravada e, posteriormente, transcrita.

A entrevista com os participantes ocorreu individualmente, a partir de um roteiro semi-estruturado (vide apêndice), acerca da decisão e expectativas sobre a aposentadoria; das condições econômicas, da dinâmica, papéis e relações familiares antes e na aposentadoria; e da percepção de cada membro do casal sobre a aposentadoria e seus efeitos sobre a família.

### **6.3 Procedimentos para análise de dados**

Por se tratar de uma abordagem qualitativa, os dados coletados devem ser analisados através de um processo não-matemático de interpretação, feito com o objetivo de descobrir conceitos e relações nos dados brutos e de organizar esses conceitos e relações em um esquema explanatório teórico (STRAUSS & CORBIN, 2008).

Para análise dos dados qualitativos foi adotada a técnica de análise temática. Segundo Minayo (1999), esta técnica consiste de três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados obtidos e interpretação. Os eixos temáticos da análise foram definidos na pré-análise a partir da identificação de eventos recorrentes nas falas dos participantes. Na exploração do material foram levantados os dados e informações segundo os eixos temáticos definidos, tendo como base os dois momentos em questão, antes e na aposentadoria. Os dados encontrados foram tratados e interpretados a partir da literatura de referência e, em específico, dos conceitos e premissas da abordagem do curso de vida.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 7.1 Caracterização dos participantes

A amostra foi composta por dez sujeitos, sendo dois aposentados sozinhos, quatro aposentados casados e seus respectivos cônjuges. Buscou-se manter o equilíbrio de gênero, tendo o mesmo número de homens e mulheres em cada grupo. As idades variaram de 50 anos a 63 anos. Quanto a raça/cor a amostra também teve uma distribuição equilibrada, possuindo quatro pardos, três negros e três brancos. Cinco participantes tinham ensino superior com ou sem pós-graduação e os outros cinco tinha ensino médio normal ou técnico. Os participantes aposentados foco da pesquisa tinha de um ano e nove meses a cinco anos aposentados, enquanto que dos quatro cônjuges apenas um era aposentado (cinco anos e cinco meses). Todos residentes em Salvador com exceção de um casal que reside em Camaçari, cidade da região metropolitana de Salvador. Para garantir o sigilo da identidade dos participantes foram utilizados nomes fictícios.

**TABELA 1 - Caracterização dos participantes**

		Sexo	Idade	Raça/Cor	Escolaridade/ Ocupação	Aposentadoria	Atividade Remunerada Atual
Aposentados	<b>Madalena (Solteira)</b>	F	61 anos	Negra	Superior / Enfermeira	3 anos	Enfermeira
	<b>Saulo (Separado)</b>	M	60 anos	Negro	Pós-graduação / Professor	1 ano e 9 meses	Professor
	<b>Maria (casal 1)</b>	F	55 anos	Negra	Pós-graduação / Enfermeira	2 ano e 11 meses	Professora
	<b>Tristão (casal 2)</b>	M	59 anos	Pardo	Médio / Técnico de Operações	5 anos	N.A.
	<b>Julieta (casal 3)</b>	F	58 anos	Parda	Médio / Auxiliar Administrativo	4 anos e 11 meses	N.A.
	<b>Francisco (casal 4)</b>	M	60 anos	Pardo	Técnico / Supervisor de Processo	3 anos e 8 meses	Buffet de Churrasco
Cônjuges	<b>José (casal 1)</b>	M	50 anos	Branco	Pós-graduação / Líder Operacional	N.A.	Líder Operacional
	<b>Isolda (casal 2)</b>	F	55 anos	Parda	Médio / Vendedora Autônoma	N.A.	Vendedora Autônoma
	<b>Romeu (casal 3)</b>	M	63 anos	Branco	Técnico / Gerente de ONG	5 anos e 5 meses	Gerente de ONG
	<b>Clara (casal 4)</b>	F	53 anos	Branca	Pós-graduação / Fisioterapeuta Autônoma	N.A.	Fisioterapeuta Autônoma

### *Aposentada – Madalena*

Madalena é uma enfermeira negra de 61 anos. Ao longo de sua carreira, dividiu seu tempo laboral entre dois hospitais, um de segunda a sexta em escala administrativa e o outro noturno em regime de plantões de doze horas. Aposentou-se há aproximadamente três anos por tempo de contribuição do serviço público e há dois anos aposentou-se pelo INSS, também por tempo de contribuição, mas continua a atuar na instituição. Aposentou-se com 31 anos de serviço. Conviveu com uma pessoa por 20 anos, com o qual teve uma filha, hoje com 30 anos e que ainda mora com a aposentada em um bairro de classe média de Salvador. A filha é médica, trabalha e está se organizando para casar, devendo em breve sair de casa. Como chefe de uma família monoparental, as responsabilidades financeiras são de Madalena. Antes de sua aposentadoria sua renda era de dez salários mínimos, oriundo dos dois vínculos empregatícios. Atualmente sua renda é de aproximadamente 15 salários mínimos, pois além de receber as duas aposentadorias, Madalena conta com salário, uma vez que mesmo aposentada continua trabalhando no hospital privada, mantendo sua rotina laboral de seis horas por dia em horário administrativo.

### *Aposentado – Saulo*

Saulo é negro e tem 60 anos, formou-se em Letras Vernáculas e fez pós-graduação em Administração Pública. É professor, tendo, ao longo da sua carreira, trabalhado os três turnos em diferentes escolas. Há um ano e nove meses adquiriu a aposentadoria pelo INSS por tempo de contribuição tendo alcançado os 95 pontos da nova regra com a soma da sua idade 59 anos e os 36 anos de contribuição. Assim, atualmente, mantém-se apenas como professor da rede estadual, dedicando quatro manhãs e três tardes a esse trabalho. Situação bem diferente da que se encontrava antes da aposentadoria, na qual trabalhava manhã e noite em Salvador e a tarde lecionava em um município da região metropolitana. Ainda que civilmente seja casado, Saulo separou-se da esposa há 12 anos e afirma manter com a mesma um relacionamento melhor e de mais amizade hoje que quando estavam casados, havendo cuidado e ajuda mútua freqüente. Tem um filho de 32 anos, que casou recentemente, e duas filhas uma de 31 anos e outra de 21 anos. A filha mais velha desde a separação ficou morando com a mãe, estando hoje formada e trabalhando,

já a mais nova está terminando a faculdade e mora com o pai em um bairro popular de Salvador. Antes de aposentar-se a renda de Saulo era de aproximadamente 10 salários mínimos, tendo reduzido para quase oito salários mínimos com a aposentadoria. Saulo revela não ser muito educado financeiramente, tendo que contar com a ajuda dos filhos. Porém com a redução da renda, afirma ter se conscientizado e tem buscado orientação financeira dos filhos para evitar novos problemas econômicos.

#### *Casal 1 – Maria e José*

Maria é a participante foco do casal. Tem 55 anos, é negra, enfermeira pós-graduada e está cursando o mestrado. Atuou por 32 anos em rotina assistencial, administrativa e coordenação na área de saúde. Em paralelo, lecionou em uma instituição de ensino superior, atividade que exerce até hoje. Na ocasião da entrevista, tinha 2 anos e 11 meses aposentada por tempo de contribuição. É casada há 25 anos com José, com quem possui dois filhos, 23 e 18 anos, ambos moram com o casal em uma casa num bairro de classe média de Salvador. O filho mais velho terminou a graduação e está iniciando a vida profissional, já o mais novo concluiu o ensino médio e iniciará a graduação. José é branco, tem 50 anos e possui um filho de relacionamento anterior. Atua no pólo industrial da região metropolitana de Salvador em escala de revezamento de turno, na área operacional. A renda do casal, atualmente, é de aproximadamente 22 salários mínimos, não muito diferente da renda familiar antes da aposentaria de Maria, uma vez que José obteve alguns aumentos que compensaram a perda salarial de Maria. José sempre cuidou das finanças da família e sua contribuição financeira é muito maior que a de Maria. Com a aposentadoria de Maria, sua participação diminuiu ainda mais.

#### *Casal 2 – Tristão e Isolda*

Tristão é o participante foco do casal. Tem 59 anos, é pardo e estudou até o ensino médio. Iniciou no mercado de trabalho aos 14 anos, tendo alcançado 44 anos de trabalho, tendo 33 desses anos atuado em uma refinaria, conquistando uma posição de liderança operacional. Adquiriu a aposentadoria especial por tempo de contribuição há cinco anos, mas permaneceu trabalhando na instituição, afastando-

se por definitivo do mundo laboral em março de 2016, estando, na ocasião da entrevista, há um ano e dez meses sem trabalhar. Sua esposa, Isolda, tem 55 anos, é parda e possui ensino médio completo. Ocupou e ocupa boa parte da sua vida com as atividades domésticas e de cuidados dos filhos e parentes, mas afirma ter seu trabalho e fonte de renda como autônoma. Relata trabalhar desde os doze anos. Quando casou, passou um ano como bancaria, depois entrou no ramo de beleza e estética, passando a ser representante de produtos de beleza, atuando como autônoma ou pessoa jurídica. Participou de congressos e ainda hoje dá palestras de estética e vende produtos de beleza. Como não assinou carteira, nem se preparou, não tem direito a aposentadoria. Casados há 33 anos, moram em uma casa em um bairro de classe média de Salvador. Possuem três filhos, todos formados, casados e trabalhando. O mais velho tem 33 anos e saiu de casa há dois anos, o do meio tem 32 anos tendo saído de casa há três anos e a mais nova tem 29 anos, na ocasião da entrevista, era recém-casada tendo saído de casa há dois meses e tido a primeira filha, e primeira neta do casal, há um mês. Tristão é o responsável pelas finanças da família, como também, o único provedor da família. Os rendimentos obtidos por Isolda são para gastos pessoais e pequenas necessidades de emergência da família. Assim a renda familiar chegava a aproximadamente 20 salários mínimos, com a aposentadoria de Tristão houve uma redução de quase 50%, segundo relato do casal.

### *Casal 3 – Julieta e Romeu*

Julieta é a participante foco do casal. Tem 58 anos, autodeclarada parda e possui o ensino médio completo. Atuou por 32 anos como auxiliar administrativo de uma escola pública, de segunda a sexta em escala administrativa, tendo se aposentado em fevereiro de 2013 por tempo de contribuição. Em paralelo, para complementar sua renda, atuava como vendedora autônoma. Atualmente não exerce nenhuma atividade remunerada, ocupando-se mais das atividades domésticas. É casada com Romeu com quem tem dois filhos, um homem de 34 anos e uma mulher de 29 anos, ambos não moram mais na residência do casal, estando já morando com seus respectivos cônjuges. Do filho mais velho eles ganharam um neto, atualmente com um ano e sete meses. Romeu tem 63 anos, se considera branco e é técnico em contabilidade. Adquiriu a aposentadoria por tempo



de contribuição há aproximadamente cinco anos, contudo permanece trabalhando na mesma empresa com uma carga horária menor, passando a trabalhar três dias da semana, oito horas por dia. Em adição, ele continua prestando serviço de assessoria e consultoria contábil para outras empresas como autônomo. Possuem 45 anos de convivência, sendo 36 anos de casado, há dois anos mudaram para um apartamento em um bairro de classe média de Salvador. Romeu sempre foi responsável pelas finanças da família. Antes da aposentadoria de Julieta a renda da família era de aproximadamente 12 salários mínimos, passando para algo em torno de 15 salários mínimos, pois além da aposentadoria do casal, eles contam com o dinheiro do trabalho de Romeu.

#### *Casal 4 – Francisco e Clara*

Francisco é o participante foco do casal. Considera-se pardo, tem 60 anos e possui curso médio-técnico em mecânica. Aposentou-se há quase quatro anos por tempo de contribuição, 42 anos. Por aproximadamente 35 anos atuou em uma empresa federal, onde alcançou o cargo de supervisão e era referência no seu campo de trabalho. Atualmente ocupa seu tempo dando suporte a família e tem um Buffet de churrasco, mas afirma ter um volume muito baixo de serviço. Mora em uma localidade de classe média alta no município de Camaçari com suas duas filhas e sua esposa, Clara, com quem convive há 30 anos. Clara é branca, tem 53 anos, é fisioterapeuta, pós-graduada e trabalha como autônoma. As filhas de Francisco têm 25 e 24 anos, tendo uma, recentemente, concluído a graduação e a outra encontra-se no último ano do curso. Francisco tem dois filhos do primeiro casamento, de 37 e 36 anos, e duas netas, ambas filhas do mais velho. O casal tem uma renda familiar de aproximadamente 33 salários mínimos. Antes da aposentadoria de Francisco a renda familiar estava em torno de 40 salários mínimos. O casal divide os gastos familiares entre si, Francisco é quem toma conta das finanças e quem contribuiu com a maior parte.

## 7.2 Decisão e expectativas quanto à aposentadoria

**TABELA 2 – Motivos para aposentar-se**

<b>Madalena (Solteira)</b>	<i>"Primeiro pelo tempo de serviço, segundo é muito cansativo. À noite realmente você trabalha porque não tem jeito. Eu não suportava trabalhar de noite. (...) Extremamente desgastante e você tem a questão do sono, né. Você tem o sono, no outro dia para você enfrentar um trabalho durante o dia, né. Era terrível."</i>
<b>Saulo (Separado)</b>	<i>"Porque eu já tinha tempo de serviço cumprido e a minha idade também e já tava muito cansativo esses três turnos de trabalho. Inclusive, eu fui até chamado pra voltar a trabalhar na prefeitura, na mesma função, mas eu não aceitei, não aceitei que a minha saúde em primeiro lugar."</i>
<b>Maria (Casal 1)</b>	<i>"Mas aí chegou o meu tempo e eu disse, bom, agora chega (risos)." "Eu queria ir embora (risos), eu queria ir embora, entendeu. (...) foi um sentimento assim de liberdade. Chega!! Vou me embora! Tava muito chateada com a situação de cargos políticos sem competência, coisas que você vê que não é, que não vai dar certo e você não pode fazer nada."</i>
<b>Tristão (Casal 2)</b>	<i>"Trabalho de turno ele é... tem a compensação de você ter umas folgas relativamente boas, mas ele tem o trabalho noturno. O trabalho noturno, a partir de determinada idade, ele é muito desgastante. Então a coisa que mais me levou a pensar, porque eu achava que uma idade como 55 anos era bastante adequada para uma pessoa que já trabalhou 33, 37 anos perdendo noite."</i>
<b>Julieta (Casal 3)</b>	<i>"A aposentadoria dele (Romeu) influenciou a sua decisão em se aposentar? Não. Eu aproveitei o ensejo porque eu acreditei que ele também fosse ficar comigo. E como eu estava insatisfeita, né, preferi, meu bem-estar do que tá lá me aborrecendo todas as vezes. Eu já estava saindo de casa com aquela ansiedade, com aquela coisa abafada, sabe. Então não tava me fazendo tão bem, não tava. Aí eu decidi sair."</i>
<b>Francisco (Casal 4)</b>	<i>"Eu já vinha pensando em me aposentar, mas não dá pra aposentar com duas filhas sem se formar, e uma na universidade privada, custo alto. Cheguei até a pensar em embarcar pra ganhar mais pra acelerar logo isso. Já tinha passado um ano do tempo de me aposentar e aí veio o PDV (plano de demissão voluntária) com incentivo bom e não pensei duas vezes e pulei fora. Já tinha alcançado o tempo." "Eu já sabia que nada é para sempre, que um dia o sistema de governo ia mudar e a tendência era voltar a privatização. Eu já vinha pensando nisso, já vinha sentindo isso. (...). Mas depois de Lula, já na era Dilma já começou a decair os investimentos, aí eu vi que eu tinha que me aposentar porque as ações, os conhecimentos, a tecnologia, o knowhow adquirido durante esse tempo todo, a gente brigava pra poder implantar."</i>

Conforme a tabela acima, para maioria dos aposentados foco do estudo, alcançar o tempo e idade para aquisição do benefício é a primeira motivação para a tomada de decisão. Dado semelhante ao encontrado por Cabral (2013) em uma pesquisa sobre envelhecimento em Portugal, na qual 58,1% dos participantes alegaram ter se aposentado por ter atingido a idade para se aposentar.

Corroborando o estudo de Antunes (2014), nota-se, também, que os participantes do presente estudo apontaram cansaço ou insatisfação com o trabalho como motivo para a aposentadoria. Madalena, Tristão e Saulo apontaram como principal razão para solicitação da aposentadoria o desgaste em virtude da escala de trabalho. Já Maria, Julieta e Francisco apontaram a insatisfação com o ambiente de trabalho.

Antunes (2014) e Szinovacz, DeViney e Davey (2001), apresentam em seus estudos a influência das obrigações financeiras na decisão pelo aposentar-se ou não. Na presente pesquisa, apenas Francisco aborda essa questão ao falar do processo decisório quanto à aposentadoria, revelando certo receio em se aposentar devido aos gastos que ainda tem com as filhas. Preocupação essa que também é externada por sua esposa, Clara, ao falar do desejo de gradativamente aposentar-se, conforme trecho abaixo.

*“Então assim eu estou me organizando pra deixar de trabalhar dia de sexta, sabe. **Até a filha J. se formar, esse ano ainda não dá**, mas eu quero me organizar pra que eu deixe de trabalhar dia de sexta, depois eu vou deixando, saindo um pouco mais cedo, porque eu não gosto de sair do trabalho seis horas da tarde, porque eu gosto de ver a luz do sol e eu não vejo a luz do sol. Então, eu tô organizando dessa forma, pra ir desmamando devagarzinho, mas eu tenho que recolher, né.” (Clara – casal 4)*

**TABELA 3 – Participação da família na decisão quanto à aposentadoria**

<p><b>Saulo (Separado)</b></p>	<p><i>“Justamente a minha família até influenciou nessa não volta às minhas atividades nesse lugar, nesse município, nesse local onde eu me aposentei por conta da minha saúde e da questão da violência que é o município. Aí a minha família me ajudou muito que, para eu tomar essa decisão me deu vontade de continuar, Mas aí eu consultei a esposa, consultei meus filhos, consultei alguns irmãos e eles disseram não, não vai voltar, você não está passando fome, então continue aonde você está, mas não volte mais pra lá.”</i></p>
<p><b>José (Casal 1)</b></p>	<p><i>“É....porque depois de muitos anos trabalhando, você tem que priorizar um pouco a qualidade de vida, né?...você se dedicar um pouco mais a você, a família, né? Porque quer queira, quer não, o trabalho acaba levando um pouco desse tempo seu. (...) Então, eu apoiei muito nesse sentido porque eu acho que seria um descanso também pra ela, diminuir um pouco o ritmo de vida e poder aproveitar os momentos, né e fazer outras coisas.”</i>  <i>“Eu acho que uma coisa que foi interessante nesse processo foi...mesmo antes dela se aposentar, ela sempre comentava da vontade de querer se aposentar e, quando ela se aposentou, aí ela tinha duas opções por um regime ou por outro. Aí a gente conversava um pouco, né...houve muita orientação, muita conversa, muita orientação das pessoas e isso foi bom, né”</i></p>

<b>Isolda (Casal 2)</b>	<i>“Quando eu soube que ele ia se aposentar foi bom porque ele já trabalha no turno há 35 anos e foi bom pra ver a mudança e até um tratamento melhor no relacionamento, né. Porque fica mais tempo em casa. Gostei porque ele se aposentou tá descansando, menos estressado. (...) tem mais ou menos uns três anos que ele vem falando que ia se aposentar, que tá cansado, que tinha vontade de voltar para casa, saber o que é dormir todo dia em casa, deixar de fazer as dobras.”</i>
<b>Romeu (Casal 3)</b>	<i><u>E quando ela decidiu aposentar, foi conversado contigo? Cê apoiou ou não?</u> Foi. Sim. Porque ela trabalhava numa escola já há muito tempo. Esse ambiente escolar é complicado, confusão, muita fofoca, muito desgaste. Por mim, ela continuaria trabalhando em outro canto, mas ela optou por se afastar de vez.</i>
<b>Francisco (Casal 4)</b>	<i>“Todo mundo foi contra”</i>
<b>Clara (Casal 4)</b>	<i>“(...) a minha preocupação é porque eu não concordava com a aposentadoria dele porque eu achava que ele era novo, né. E que ele tinha muito potencial pra continuar trabalhando, pra continuar exercendo a profissão. E a minha preocupação é que ele entrasse em depressão, mas eu vinha percebendo que ele estava deprimindo trabalhando, por algumas questões que estavam acontecendo no momento no trabalho dele, né. E ele ficou feliz com a aposentadoria.”</i>

Com exceção do casal 1 e Saulo, que claramente expõem a consulta e participação direta de alguns familiares no processo de decisão quanto a aposentadoria, os relatos dos participantes não evidenciam a participação efetiva do cônjuge e/ou familiares no processo de decisão quanto ao aposentar-se ou não. Mas apresentam o apoio desses na escolha pela aposentadoria. Apenas Francisco, inicialmente, não teve o apoio da família.

Antunes aponta também a influência da experiência de parentes e amigos na decisão em aposentar-se ou não. Esse aspecto transparece nas falas de José e Tristão, os quais parecem observar a aposentadoria do outro para fazer e vivenciar uma aposentadoria diferente, com maior preparação e planejamento; e no relato de Julieta que demonstra ter se motivado a aposentar após aposentadoria do marido

*“(...) e tem uma coisa também importante porque, quer queira ou não, eh... esse processo por que ela passou, de aposentadoria, acaba me ajudando também a poder projetar a minha aposentadoria, né. (...) e assim como eu pude apoiar, ela também já me dá esse apoio também. Eu acho que nesse sentido também vai ajudar, né, enquanto núcleo familiar, as experiências, né...essa troca de experiência...poder ajudar um ao outro.” (José – casal 1)*

*“A aposentadoria dele (Romeu) influenciou a sua decisão em se aposentar? Não. Eu aproveitei o ensejo porque eu acreditei que ele também fosse ficar comigo.” (Julieta – casal 3)*

*“(...) eu fiz a reforma foi logo em seguida da aposentadoria para não ficar, porque lá tem uns colega que se aposentava e todo dia tava ligando pro trabalho pra saber como é tá isso aí e vou fazer dois anos e não liguei nenhuma vez. Então é sinal que as coisas estão bem, né.” (Tristão – casal 2)*

*“(...) eu sabia de experiências de colegas, experiências até negativas, né, que tiveram problemas e tal. Então tenho que ir já pensando, me organizando para evitar algum tipo de problema. Porque tem até um exemplo bem, bem trágico, né. Eu saí em março teve um colega nosso que saiu seis ou sete meses depois, ele morava em Feira de Santana, ele se matou. Entrou na depressão e se matou.” (Tristão - casal 2)*

**TABELA 4 – Expectativas quanto à aposentadoria**

**Madalena (Solteira)**

*“Minhas expectativas de quando ficasse livre, era poder, durante a noite, poder manter minha rotina de dormir à noite, começar a aproveitar meu final de semana, aproveitamento de lazer final de semana. E eu acho que minha expectativa era diversão, aproveitar um pouco, né. Assim, hoje eu faço o curso de, eu parei, mas hoje eu faço curso à noite de design de interiores que eu gosto muito, né. Não pra trabalhar, mas pra manter a cabeça ativa. Que um dia eu vou parar dos dois, eu tenho que ter uma atividade. Não em compensação financeira, mas ocupação. Se eu tiver que fazer um trabalho, eu quero ser um trabalho pra ONG, sempre para esse tipo de pessoas, que tenha poder aquisitivo pouco, né.”*

**Saulo (Separado)**

*“Olhe bem, tá melhor que eu to me descansando um pouquinho, mas ainda não está 100% de descanso como eu queria, pretendia.”*

*“Quando o senhor decidiu aposentar, desde o início, a sua decisão era se aposentar apenas de um vínculo ou você queria parar de vez? Eu só queria do vínculo de lá porque ainda é o velho ditado parado, mente parada, corpo parado chama doença. Eu mesmo, falta poucos anos até para me aposentar pelo Estado, mas eu não pretendo, claro não é com aquele fervor de ter que cumprir um horário, enfrentar esse trânsito doido da cidade, mas eu não pretendo parar, não quero estudar, não quero, nada ligado a estudo eu quero mais. Quero continuar trabalhando mesmo com meus 60,61 anos, 62 anos.”*

**Maria (Casal 1)**

*“Tava me sentindo mais feliz ensinando do que lá. Então, não foi o meu tempo para eu parar de fazer qualquer coisa, é pra me dedicar à docência.”*

*“Oh! Realmente eu pensei em diminuir mais o ritmo, né. Pensei em diminuir, ficar mais dias em casa, mas vieram outras demandas, né.”*

*“(...) Eu queria voltar a fazer exercício, né. E queria fazer alguma coisa que me desse mais prazer, que não fosse trabalho e não tô tendo essa oportunidade.”*

*“Todo mundo recebeu muito bem. Meu filho disse assim: “agora eu vou comer comida gostosa”. (risos). Eles já esperavam muito. Eles já tão esperando que acabe esse outro, segundo momento também. (risos). Querem que eu seja ‘já que’ em tempo real, em tempo real integral.”*

**José (Casal 1)**

*“Assim...é....a expectativa que eu tinha é que eu digo agora ela vai ficar mais em casa...cuidando mais das coisas em casa...gerenciando as coisas em casa...também fazendo as coisas que ela gostaria de fazer na igreja e tudo. Essa era a expectativa. (...) e a expectativa é que ela pudesse efetivamente aproveitar...agora pra cuidar mais de si e das coisas que ela gostaria de fazer.”*

**Tristão (Casal 2)**

"Então, eu tinha as melhores expectativas: não vou trabalhar, eu vou passear, fazer isso, fazer aquilo. Você imagina só coisas boas, mas não são só coisas boas. Você não sabe exatamente o que é que vai acontecer."

"(...) E mais você ficar recolhido, viver pra você, pensando em você e tentar viver uma vida mais tranquila. É mais ou menos isso, resumidamente."

"(...) Eh eu vou estudar, que é uma das coisas que eu não cumpri no meu objetivo de vida foi fazer a faculdade. Aí eu disse vou fazer quando me aposentar, que eu não tô fazendo nada, eu vou ter tempo à vontade."

**Julietta (Casal 3)**

"Aí meu chefe ali (risos), meu marido, ele achou de sair, me iludiu, porque eu pensava que ele ia sair, ficar comigo em minha casa a gente procurar ir pra uma praia pra se divertir."

"Eu esperava que fôssemos descansar, já tínhamos trabalhado muito. (...) Esperava a gente ta andando, numa academia, não precisava academia, andar, qualquer lugar que fosse. Curtir mais a velhice, porque a doença é bem mais do que a gente imagina."

"Nem sei, acho que eles (esposo e filhos) gostaram que eu tenha me aposentado. Mas eles esperavam de mim mais movimentação assim. Procurar uma atividade física, procurar me divertir mais. O que não aconteceu, me acomodei."

**Francisco (Casal 4)**

"(...) primeiro a vida pessoal, pegar o dinheiro quitar casa, quitar tudo, fiz uma dieta que perdi mais de 50 kg pra ficar saudável e manter. Aí vieram alguns descontroles, ta certo. Terminei não concluindo nada disso, voltei a engordar e me frustrou por isso."

"Eu gostaria que eu tivesse com tudo pago, com as filhas formadas e se mantendo, tá certo. E eu conseguir dizer a mulher: larga o trabalho que eu vou lhe sustentar, nós vamos viajar e morar no paraíso (terra natal). Tenho vontade de ir pra roça, mesmo. Não ficar lá na roça, ficar na cidade, mas indo todo dia e voltando. Eu tô estudando algumas culturas aí, tem muita terra lá pra plantar. Aí eu preciso fazer isso urgente."

**Isolda (Casal 2)**

"A minha expectativa é ver o que é que vai, menos exigência da parte dele, menos observação, menos cobrança, mais compreensão e solidariedade, companheirismo, união."

**Romeu (Casal 3)**

"(...) Por mim ela continuaria trabalhando em outro canto, mas ela optou por se afastar de vez."

**Clara (Casal 4)**

"(...) Mas assim, eu gostaria que o Francisco tivesse, organizasse uma atividade, que lógico desse o retorno financeiro, mas que ele também pudesse se realizar, né. (...) Então, nós queríamos que ele fizesse alguma coisa assim, queria que ele fizesse um curso, uma graduação de administração, sei lá. Mas isso é uma coisa que é minha. Então, as minhas filhas também têm essa visão. Elas não se conformam do pai ter se aposentado cedo e não ter nenhuma outra atividade, (...)."

"Ele tem amigos que fizeram graduação, já fizeram mestrado, tão fazendo doutorado. Então, alguns amigos dele que se aposentaram, eles tão, sabe, continuando a vida em outros caminhos, eles estão buscando, almejando outras coisas, né. Então no caso dele, poxa, se gosta disso, tem habilidade na cozinha, você gosta de cozinhar, cê se realiza, se desestressa,

---

*então porque não faz um curso, nem que seja um curso técnico no Senac.”*

---

De modo geral, para os aposentados foco, a aposentadoria seria um tempo de descanso, uma oportunidade para olhar e cuidar mais de si e ter mais momentos de prazer, fazendo o que gosta. Maria e Francisco revelaram a vontade de manter uma ocupação, não com o mesmo compromisso e estresse do trabalho, mas algo com que possam sentir satisfação e ocupar o tempo. Madalena, Saulo e Tristão também manifestaram o plano de manter-se ocupados, não só pelas razões apresentadas por Maria e Francisco, mas também por uma preocupação com a saúde, principalmente, a mental. Maria, Julieta e Francisco, também, apresentam expectativa quanto à família. Maria esperava com a aposentadoria ficar mais em casa, Julieta queria desfrutar mais tempo com o marido e Francisco contava com a independência das filhas para esse período.

Os cônjuges evidenciaram expectativas muito específicas quanto à aposentadoria de seus parceiros. José, esposo de Maria, relatou expectativas semelhantes à aposentada, de ficar em casa, enfatizando a administração da rotina doméstica, cuidar de si e fazer o que gosta. Isolda esperava que com a aposentadoria de Tristão houvesse uma melhoria na relação conjugal. Já Romeu e Clara externaram um desejo de que seus companheiros mantivessem uma ocupação.

Em adição, alguns participantes relataram a expectativa de outros membros familiares. Maria, por exemplo, aponta que os filhos esperavam tê-la mais em casa, mais presente. Julieta reforça o desejo do marido e dos filhos de que ela tivesse uma postura mais ativa na aposentadoria e Clara sinaliza que as filhas concordam com ela no fato de Francisco aproveitar a aposentadoria para estudar e buscar outra ocupação.

Pelos motivos que levaram os participantes a aposentar-se e os cônjuges a apoiarem tal decisão, bem como as expectativas de ambos quanto a aposentadoria, nota-se que para os indivíduos aqui entrevistados, assim como para os participantes da pesquisa de Cabral (2013), a aposentadoria é vista como um tempo de descanso e lazer, em compensação pelo longo e estressante período de trabalho. Essa percepção pode ser associada à representação que se tem sobre a aposentadoria.

Segundo Carlos et al. (1998 apud GRAEFF, 2002) a palavra aposentadoria estaria vinculada a duas idéias centrais: a de retirar-se aos aposentos, de recolher ao espaço de não trabalho e a de jubilação. Antunes (2014) reforça essa perspectiva ao buscar o termo aposentadoria em outros idiomas. Conforme identificado pelo autor, o uso corrente em francês é *la retraite* e em inglês seria *retirement*, nota-se que, assim como em português, essas duas palavras referem-se a retirar-se, afastar-se da cena pública, ou seja, recolher-se aos aposentos. Já em espanhol, o vernáculo utilizado é *jubilación*, remetendo-se ao mérito e ao sentimento de alegria.

Logo, os entrevistados desse estudo esperam que a aposentadoria seja um momento para que o aposentado possa retirar-se do emprego, afastando-se do estresse e pressão do ambiente laboral, tendo mais tempo para descansar e cuidar de si, bem como para aproveitar mais momentos de lazer e estar mais próximo a família, por merecimento pelos anos de trabalho e contribuição. Oliveira e Santos (2002), acrescentam que o 'retirar-se' tem, também, uma conotação negativa de improdutividade e inutilidade. Contudo essa representação não é evidenciada nas falas dos indivíduos do presente estudo, pelo contrário, os aposentados e cônjuges demonstraram interesse em vivenciar uma aposentadoria ativa, mantendo-se ocupados com o trabalho ou uma nova atividade. Para Cabral (2013) essa nova inclinação estaria associada ao aumento da longevidade e aos ideais do envelhecimento ativo.

### **7.3 Relações familiares na aposentadoria**

A análise das narrativas dos entrevistados revela ganhos e perdas, ou melhor, gostos e conflitos na relação familiar com a aposentadoria de um dos seus membros.

Corroborando a literatura (ANTUNES, 2014; LOUREIRO et al., 2015), segundo os entrevistados dessa pesquisa, uma das vantagens da aposentadoria para a família é poder desfrutar da presença e disponibilidade do membro aposentado.

“A aposentadoria trouxe alguma vantagem e/ou desvantagens para a relação de vocês? Não, eu acho que trouxe mais vantagens, porque ... vantagem que eu tô



*mais descansada, eu tô a noite em casa. Eu posso acordar, quando ela (a filha) sai eu já arrumo as coisas dela, ajudo. Porque é o que gostaria de que fizessem comigo. Às vezes tinha vontade de uma pessoa acordar, de arrumar minha sacola para poder sair e eu não tive isso. Minha mãe sempre morou no interior. E hoje eu faço o que eu gostaria que fizessem comigo, fazer um mimo, né. Que é bom!” (Madalena – solteira)*

*“Houve sim, o contato, a presença, a gente tá mais próximo. Tenho mais tempo pra sair, até no meio da semana, ir bater perna em shopping, sair pra almoçar na rua, né. Com minhas irmãs e com as meninas por aí afora.” (Saulo – separado)*

*“Eu acho que foi bom também que eles ganharam, mas a minha presença, né. Pra eles também foi bom, que eles também gostaram muito. Até porque quando dizia assim: ‘minha mãe você pode me levar ali?’ ‘Não porque eu vou trabalhar’; ‘Minha mãe você pode fazer isso para mim?’ ‘Não porque eu vou trabalhar’. Agora eu posso fazer, né. (risos). Agora é diferente.” (Maria – casal 1)*

*“Para mim, como eu digo, ele ta aposentado aí ele vai, o filho casou, o filho pede uma coisa ele vai lá atende. Outro vai lá, ele vai lá e faz. A filha, principalmente, que é muito sabe filha é muito apegada com o pai, né. E tudo que a filha pede ele vai lá e faz. Então ele ocupa o tempo todo. E pra mim foi bom porque muitas coisas que nós mulheres não podemos fazer e a gente tem um companheiro que faz determinadas coisas pros filhos que a mulher não pode fazer.” (Isolda – casal 2)*

*“Você consegue identificar que vantagens foram essas? Olha a questão da disponibilidade, né. A gente sempre teve uma relação muito boa com os filhos. Isso eu acho legal. Eles sempre puderam contar com a gente e eles em relação à gente nunca nos decepcionaram. Então essa relação é boa e melhorou um pouquinho. (Tristão – casal 2)*

*“Então, eu acho que a vantagem foi esse suporte que ele dá assim, por exemplo, café da manhã, ele acorda cedo e ele que organiza o café da manhã. Então a gente acorda e o café ta pronto, né. Quando, qualquer emergência que a gente precisa. Não é no sentido assim, o Francisco ele deixa bem, ele sabe dá o limite. Não é porque ele é aposentado que ele é o ‘Já que’, já que você não tá trabalhando, já que ...não, ele não é esse ‘já que’. Ele faz de acordo com o prazer dele, também. (...) Nós temos um problema com a logística do carro e o Francisco não gosta de ficar aqui sem carro, então ele fica, às vezes, como nosso Uber, né. Então às vezes ele tem que me levar de manhã e tem que me buscar à tarde. E, assim, é bom porque é uma forma da gente tá junto. São momentos que a gente tem que valorizar, né. Esses momentos que são mínimos, mas é que a gente fica juntos. Que aí a gente fica o dia todo distante.” (Clara - casal 4)*

Um dos ganhos da aposentadoria apresentado no estudo de Loureiro et al. (2015) com famílias portuguesas, foi o fato dos membros familiares conviverem com uma pessoa mais relaxada, uma vez que o aposentado manter-se-ia longe dos conflitos laborais, além de ter mais tempo para cuidar de si e fazer o que gosta. Os trechos abaixo das falas de Clara e Isolda exemplificam tal ganho.

*"Então quando ele chegava, ele voltava estressado e ele chegava tipo assim eu estou chegando do trabalho estressado então todo mundo tem que parar pra dar atenção a ele. E ele precisava de uns dois dias pra poder se desestressar do trabalho e isso interferia muito na dinâmica, que interferia na própria rotina, né, da casa. (...) Quando começava regularizar, já era segunda-feira e ele voltava de novo. Então, eu acho que com a aposentadoria melhorou." (Clara – casal 4)*

*"(...) No tempo que ele trabalhava ficava mais nervoso, cobrava mais, chegava de manhã já estressado, já tomou café, se eu falasse de novo se irritava. Eu achando que a aposentadoria poderia ser melhor, menos nervoso, menos confusão, menos briga, menos cobrança. E isso aconteceu? Hoje ele tá menos nervoso? Olha!" (Isolda – casal 2)*

*"Pra os meus filhos, a aposentadoria dele tá ótima, porque cada um tá casado, vive a sua vida, se custeiam sozinhos, se viram sozinhos. Precisar, qualquer filho pode, pode precisar da gente. A gente tá junto, somos uma família pra o quê der e vier em qualquer situação, são nosso filhos. Mas aposentadoria foi bom, porque parou mais o nervoso, o estresse dele." (Isolda – casal 2)*

A maior presença do aposentado na dinâmica familiar dos participantes parece representar, portanto, disponibilidade, dedicação, maior proximidade e carinho, beneficiando as relações familiares. Todavia, como também aponta a literatura (ANTUNES, 2014; LOUREIRO et al., 2015), essa mesma presença e proximidade pode ser vivenciada com certa ambivalência, evocando alguns conflitos e chateações, como evidenciam os trechos abaixo.

*"Era... Oh! Realmente eu pensei em diminuir mais o ritmo, né. Pensei em diminuir ficar mais dias em casa, mas vieram outras demandas, né. Eu costumo dizer que agora eu sou 'já que'. Já que você tá aposentada, então vá pagar essa conta; já que você está aposentada, vai levar sua mãe no médico; já que você... aí uma coisa vai tomando conta de outra. Parece que a gente é mais cobrado, é incrível isso." (Maria – casal 1)*

*"Ah que eu passei a cobrar mais coisas deles também, né, que antes eu não tava em casa e não tinha como cobrar aí... "ah minha mãe". Ehh... agora eu tô em casa, tô vendo, né, as coisas. Então passei a exigir porque senão eu ia ter que fazer as coisas por eles, então passei a cobrar. Então facilitou nesse ponto; de poder estar observando mais de perto e pra eles dificultou porque eu tô ali pegando no pé." (Maria – casal 1)*

*"Ter minha disponibilidade pra levar uma ali, buscar outra ali. Inclusive quando vai pra festa beber. (...). Então eu acho que melhorou pra elas, tá certo. Pra mim, melhorou porque eu tenho mais disponibilidade. (...) Pra família foi isso a minha disponibilidade, o "Já que", já que você tá aposentado faz isso, faz aquilo. Eu fico puto com isso." (Francisco – casal 4)*

*“E você reconhece alguma desvantagem que a sua aposentadoria trouxe pra você e pra sua família? (...) Pra minha família, acho que a presença mais constante da minha chatisse, quando eu sou chato.” (Francisco – casal 4)*

A relação de ganhos e perdas aqui relatada explicita o princípio da interdependência das trajetórias de vida. O ‘algo’ novo é a aposentadoria de um membro familiar, ou seja, um processo de transição da trajetória de vida desse referido sujeito, especificamente, uma transição da sua dimensão social, laboral. Mas que acaba impactando na vida daqueles que compõem a sua rede de relacionamento, nesse caso seus familiares.

Como encontrado no estudo de Antunes (2014), observou-se na presente pesquisa, que a nova condição e presença do membro aposentado desencadearam mudanças na rotina doméstica ou mesmo coincidiram com alterações na constituição familiar dos casais 2 e 4, o que parece ter gerado estresse e crise no sistema familiar. Para Antunes, esse estresse ou crise estão relacionados ao processo de adaptação às mudanças e a vivência desse ajustamento vai depender da qualidade dos vínculos e da capacidade de diálogo entre os membros da família.

*“Ele agora vai que a gente tá construindo uma casa em Monte Gordo, ele vai para lá para ocupar o tempo. Aí é bom que ele vai se distrair um pouco e deixa eu ficar um pouco a vontade, ter um pouco de privacidade. (...) Quando trabalhava eu sentia muita falta, aposentado eu achava que ia viver melhor, mas aí, as vezes, o aposentado, ele se liga no vazio que tá acontecendo, antigamente trabalhava o tempo todo e a mente não tinha tempo. O aposentado fica mais vazio e cobra mais e dá menos assistência e fica mais perfeccionista e observa mais por não ter uma ocupação na mente para fazer.”* (Isolda – casal 2)

*“Desvantagens, o senhor consegue enxergar alguma? Essa questão que eu tô tentando me adaptar mais. É um convívio, talvez essa constituição nós dois (ele e a esposa) tenha complicado um pouquinho, é só essa questão que não ficou redonda, né a gente vai tentando ajeitar. Eu estou tentando ajeitar.” (Tristão – Casal 2)*

*“Precisava desestressar, eu fui 35 anos estressado na empresa. Eu não sei como eu conseguia me controlar em certas coisas. Eu queria sempre que tudo desse certo, eu fazia trabalho dos outros para que o meu desse certo. (...) Depois que eu me aposentei o que bom foi o desestresse, que eu era estressado lá e em casa, agora só sou estressado em casa.”* (Francisco - casal 4)

*“Três mulheres estressam demais, sério mesmo. Em quê que elas estressam? Porque que gera esse estresse? Não seguir procedimentos. Eu fui um cara muito disciplinado na empresa, na minha vida de filho e segui procedimento. Quando não se segue um procedimento ‘cê’ tem prejuízo. Não se tem disciplina você gasta*

*demais, aí isso causa estresse. (...) Isso gera estresse pra mim, essa desobediência, o consumo excessivo e no fim quem sobra sou eu pra cobrir.” (Francisco – casal 4)*

*“Me fale um pouquinho da sua família antes da sua aposentadoria e agora com a sua aposentadoria. Antes eu sofria menos porque ficava menos em casa, certo. As queixas eram só nas minhas folgas. Hoje como tô presente 100% do tempo e faço mais coisas, termina viciando, me cobrando mais.” (Francisco – casal 4)*

*“Como eu sou chato, eu sou chato, não deixo nada passar. Qualquer coisa eu reclamo, chio. Vem com essa não, que eu vou deixar pra depois, reclamo na hora. Por isso sou chato, então acho que elas não gostam disso. Aí qualquer coisa pegam no meu pé.” (Francisco – casal 4)*

*"Então, veja só... eu acho que o fato dele estar mais presente, elas contam com o apoio dele tanto a nível de logística de deslocamento, porque a gente mora mais longe, (...). E também pelo fato de ter mais tempo pra conversar trocar ideias. Sendo que, esse trocar ideias, também gera polêmica (risos), quando se troca ideias, também gera discussões. (...) então assim, não tem a ver com a aposentadoria e sim com a forma dele lidar com as coisas, que muitas vezes durante uma conversa ele não gosta muito de ser contrariado." (Clara – casal 4)*

Esses relatos explicitam que o desenvolvimento não decorre apenas de questões biológicas, ontogênicas como se enfatizava nos primórdios da ciência do desenvolvimento mais positivista. As chateações, crises e adaptações que aqui expressam o desenvolvimento dessas famílias, decorrem, não exclusivamente, mas também da aposentadoria de um de seus membros, um evento social.

### **7.3.1 O casal**

A literatura aponta a relação conjugal como um fator chave na aposentadoria, uma vez que o cônjuge, geralmente, é o membro mais próximo do aposentado que irá vivenciar e compartilhar as mudanças acarretadas pela aposentadoria e podendo favorecer ou não no processo de adaptação. Em seu estudo, Antunes (2014) identificou que a maioria dos participantes relatou ter havido uma melhora no relacionamento conjugal. Esta melhora estaria vinculada à possibilidade do casal interagir mais e realizar mais atividades juntos. O presente estudo também identificou pontos de melhoria na relação conjugal, mas também situações de conflito. Além disso, apresenta uma ponderação quando a interação do casal e quanto ao realizar atividades juntos.

Assim, segundo relato de alguns participantes, uma vantagem da aposentadoria é o casal poder desfrutar mais da presença e companhia um do outro, passando a conversar mais e realizar mais coisas juntos.

*“E a relação de vocês dois enquanto casal mudou pra antes e depois da aposentadoria? Eu acho que mudou um pouco porque pelo menos agora a gente tem um tempinho maior pra sentar, conversar, né... acho que isso também ajudou mesmo durante o dia, né.” (José – casal 1)*

*“A gente tá mais próximo, né. Tem outras atividades que nós fazemos juntos, porque aquilo que eu não estava durante o dia, eu estou. Acho que não mudou muita coisa não mas também não piorou. Acho que o fato que é mais saudável é que estamos mais juntos e um tomando conta do outro. Até porque nós estamos sem outra companhia, companhia dos filhos. Nós estamos hoje mais sozinhos, só. Aqui somos nós dois só.” (Romeu – casal 3).*

*“Eu sempre quero meus filhos comigo, em baixo do braço (...). Eu gosto que eles venham, mas também eu gosto quando eles saem. Eu gosto do nosso momento aqui eu e ela. Porque ela já tem a rotina dela, eu também tenho a minha rotina.” (Romeu - casal 3)*

*“Nós temos um problema com a logística do carro, então, e o Francisco não gosta de ficar aqui sem carro, então ele fica, às vezes, como nosso Uber, né. Então às vezes ele tem que me levar de manhã e tem que me buscar à tarde. E, assim, é bom porque é uma forma da gente tá junto. São momentos que a gente tem que valorizar, né, esses momentos que são mínimos, mas é que a gente fica juntos. Que aí a gente fica o dia todo distante.” (Clara – casal 4)*

Por outro lado, como aponta Antunes (2014), casais que já apresentam relações conflituosas, podem vivenciar esse período com mais dificuldade. Assim, os relatos de alguns membros dos casais revelaram que a presença e companhia do cônjuge aposentado pode evidenciar, também, alguns conflitos e crises.

*“Mais cobrança, depois da aposentadoria cobra mais, né. Porque fica em casa e fica aquela coisa e fica vendo tudo que você faz. Fala sempre que tá faltando alguma coisa para você fazer. Pra mim a aposentadoria é, as vezes, um segundo relacionamento que você tem que aprender a se adaptar.” (Isolda – casal 2)*

*“É uma relação que veio se desgastando ao longo do tempo como acontece com a maioria dos casais, quando veio a aposentadoria houve uma piora neste relacionamento em função do convívio que passou a ser diário. Quando ficou difícil procurei um psicólogo para obter orientação, o psicólogo logo disse que eu deveria me separar, eu respondi que estava ali justamente para não chegar a esse ponto.” (Tristão – Casal 2)*

*“Com relação à aposentadoria é a mesma coisa. A gente passou a se ver mais e a gente vê mais os defeitos uns dos outros, uns do outro. Agora tem um ponto*

positivo, na parte financeira eu passei a vigiar mais, a controlar mais, a marcar mais os gastos dela. Assim mesmo ela burla e faz. (...) 90% da minhas irritações com Clara é a parte financeira.” (Francisco – casal 4)

“Ela chega do trabalho, né, e às vezes a gente briga. Eu detesto que deite na cama sujo, sem tomar banho. Então, às vezes ela chega e deita aí, fica aí (apontou para o celular). Eu digo 'Que isso? Vamoconversar.', 'Ah eu não pude o dia todo olhar meu whatsapp'. 'Cê veio de lá pra cá, eu dirigindo e você no whatsapp.'. Agora, é eu sentar do lado dela e começar a olhar, 'Ah que diálogo a gente tá, né!?!'. O que mudou foi isso a gente ficar mais tempo olhando o whatsapp.” (Francisco – casal 4)

Outro ponto observado nessa pesquisa, é que para alguns casais o fato do aposentado estar mais presente e disponível não significa realizar mais atividades juntos ou ter mais tempo de lazer conjugal. Primeiro devido à disponibilidade do cônjuge, como no caso de José, Clara e Romeu que ainda estão trabalhando e segundo pelo fato de realizar atividades juntos não ser um valor ou um hábito para o casal ou pra um de seus membros.

“E a relação de vocês dois enquanto casal, mudou pra antes e depois da aposentadoria? Eu acho que mudou um pouco porque pelo menos agora a gente tem um tempinho maior pra sentar, conversar, né...acho que isso também ajudou mesmo durante o dia, né....eu como tenho **os horários um pouco diferente...**às vezes trabalho à noite, às vezes trabalho durante o dia. Então **sempre que estou em casa**, a gente às vezes para pra conversar um pouco...então nisso também eu já notei que houve uma melhora nesse sentido.”(José – casal 1)

“Por que a senhora acha que diminuiu, o que contribuiu para que diminuísse? Eu não sei nem explicar sabe, porque ele **continuou trabalhando, de quarta a quinta. Ele faz extra também**, né, trabalhos extras, **oportunidade que tem a gente ainda sai.**” (Julieta – casal 3)

“O que acontece é que, como **o Francisco se aposentou e eu não, a dinâmica continua a mesma**. Na época que ele trabalhava a gente costumava, a gente se via só a noite, quando ele estava aqui. E atualmente continua da mesma forma porque eu continuo trabalhando e se a gente sai, por exemplo diversão, é final de semana, porque durante a semana eu chego super cansada e antes também, não mudou muito nesse aspecto como eu continuei trabalhando, na realidade a situação continuou a mesma.” (Clara – casal 4)

“Vocês antes dela se aposentar, vocês costumavam fazer programação vocês dois? Casal? **Não, era muito difícil assim...é...esporadicamente**, às vezes tinha um show ou alguma coisa assim e a gente ia...um show interessante a gente ia o casal.....mas geralmente era esporádico. E depois da aposentadoria dela? Não, não. Até ultimamente não. **Não tem nada assim. A gente não tem feito nenhuma programação só o casal assim não.**” (José – casal 1)

*“(...) só não está melhor porque o Francisco não gosta de atividade física, né. E eu acho que seria uma coisa muito importante na vida dele, na qualidade de vida dele e na nossa, na realidade, porque é uma coisa que eu gosto, gostaria muito de aproveitar e caminhar. Por exemplo, **eu chego à noite, eu preciso fazer atividade aeróbica, mas eu não gosto de fazer sozinha e não gosto de caminhar sozinha, principalmente, a noite e ele não vai.** E aí, assim, ele não vai, aí muitas vezes eu deixo de ir porque a única hora que eu tenho pra ficar com ele é a noite ou final de semana, só que final de semana eu tenho que insistir muito pra ele ir, que ele não quer. **Então aí ele não vai, aí eu vou.**” (Clara – casal 4)*

Interessante observar que a percepção e atitude dos cônjuges frente às mudanças geradas pela aposentadoria de um dos indivíduos são correlatas à trajetória de vida pessoal e do casal. Ou seja, esses relatos expressam como os cônjuges interpretam e lidam, por exemplo, com a presença e disponibilidade do parceiro a partir de crenças, expectativas, obrigações, direitos e outros conceitos concebidos ao longo das suas trajetórias pessoais e conjugais.

Autores como Arriagada (2000) e Singly (2000) apontam a década de 60 como momento de início das mudanças nas relações conjugais e familiares, em virtude de algumas transformações sociais, como a ênfase no processo de individualização e emancipação da mulher. Segundo esses autores, esse processo de mudança tem conduzido, entre outros aspectos, a uma dinâmica familiar mais voltada para o indivíduo que para o grupo familiar. Retornando à situação de alguns casais não realizarem atividades exclusivas de casal, nota-se que os discursos dos casais Maria e José e Tristão e Isolda apontam uma tentativa de atender a essas duas dimensões, às necessidades individuais e as da família, mas não da relação conjugal em si. Mesmo quando falavam de seus parceiros eram destacadas características como pai ou mãe, provedor e dona de casa, mesmo os momentos de lazer são citados mais os com a família, não dando ênfase aos momentos de casal.

*“Então **eu sentia mais necessidade de estar mais em casa.** E isso melhorou. Tomar pé das coisas dentro de casa. **Assumir a minha função! De dona da casa.**” (Maria – casal 1)*

*“Assim...é....a expectativa que eu tinha é que eu digo **agora ela vai ficar mais em casa...cuidando mais das coisas em casa...gerenciando as coisas em casa...também fazendo as coisas que ela gostaria de fazer na igreja e tudo.**” (José - casal 1)*

*“(...) acho que é muito boa porque eu acho que os meninos já têm essa percepção da necessidade de que ela tinha de poder também aproveitar um pouco para descansar, **fazer algumas coisas mais pessoais, cuidar de si um pouco mais,***

então, eu acho que essa é uma percepção que os meninos também têm, né da **importância dela dedicar realmente um tempo agora mais pra ela, pra família e tudo.**" (José – casal 1)

"E no cuidado com as crianças? **Ele sempre foi bom pai, nunca faltou nada, excelente pai.** O homem, geralmente, tem aquela coisa machista : já acabou, já calçou a meia, bora logo, já tá no carro, né assim? **Então eu cuidava dos meus filhos, ele até elogia e diz ele que eu fui uma boa mãe.**" (Isolda – casal 2)

"como era a convivência pensando por exemplo dois anos antes dele se aposentar Como era a rotina de vocês, família, dentro de casa? normal, os meninos já estudavam a **gente só pensava em estudo e cursos deles. A gente só vivia pra eles,normal.**" (Isolda – casal 2)

"Vocês dois, antes dele se aposentar, costumavam fazer alguma programação os dois juntos? **Sempre com os filhos juntos, ia pro cinema com os filhos juntos, ia na praia com todo mundo junto.**" (Isolda – casal 2)

Especificamente sobre o casal 2 e 4, Isolda e Julieta relatam, em graus, diferentes, sentirem falta de um maior companheirismo do marido e de realizarem mais atividades juntos. Nota-se que ambas esperavam que esse aspecto melhorasse com a aposentadoria, mas isso não ocorreu trazendo um sentimento de frustração e certa insatisfação com a aposentadoria.

"A minha expectativa é ver o que é que vai, menos exigência da parte dele, menos observação, menos cobrança, mais compreensão e solidariedade, companheirismo, união." (Isolda – casal 2)

Imaginei que ia me dar mais atenção. (...) Achava que ia ser viajar um pouco, sair, vai na praia. Deixar eu tomar minhas decisões, então eu passei a ser mais vigiada, passei a ser mais monitorada. (Isolda – casal 2)

"Como é que a senhora avalia a sua relação com seu esposo antes da aposentadoria dele e depois da aposentadoria dele? A aposentadoria dele, eu quero dizer, que pra mim é como se fosse um segundo casamento. Como se eu tivesse conhecido uma pessoa novamente." (Isolda – casal 2)

"Ele não tem iniciativa, ele é individualista se for pra fazer qualquer coisa pra ele, tudo que interessa pra ele tá bom. Tudo que for comigo, que interessar, não interessa. Só interessa o que ele pensa pra ele." (Isolda – casal 2)

"Eu esperava que fôssemos descansar, já tínhamos trabalhado muito. (...) Esperava a gente ta andando, numa academia, não precisava academia, andar, qualquer lugar que fosse." (Julieta – casal 3)

"Aí meu chefe ali (risos), meu marido, ele achou de sair, me iludiu, porque eu pensava que ele ia sair ficar comigo em minha casa a gente procurar ir pra uma



*praia pra se divertir. Não. Ele ficou trabalhando e eu fiquei em casa.” (Julieta – casal 3)*

Na pesquisa de Cabral (2013), foi detectado que mesmo os idosos que vivem com outras pessoas, podem sentir solidão. Em sua amostra o pesquisador conclui que “a conjugalidade atenua fortemente o sentimento de solidão” (p.38), ao comparar casais de idosos que vivem juntos com idosos que vivem com outros familiares. Segundo esse autor a relação conjugal dá o sentido de proximidade ou intimidade, afastando o sentimento de solidão. Conforme relato acima, no momento, a situação de Isolda e Julieta se mostrou contrária a isso, sentindo-se ambas sozinhas ou pouco amparadas, mesmo tendo a presença dos cônjuges.

Os relatos ainda que voltados para a situação nova decorrente da aposentadoria do cônjuge, evidenciam expectativas, percepções e valores de cada membro sobre a relação conjugal. E nota-se que entre um casal essas construções podem ser divergentes. Os relatos de Isolda e Julieta refletem essa divergência, parece que a atitude e posicionamento dos seus cônjuges frente à aposentadoria não têm atendido a expectativa de ambas sobre a relação conjugal para esse momento. Esse fato exemplifica quando Bengtson e Allen (1993) consideram que, empiricamente, os estágios do ciclo de vida não deram certo por focar a família como unidade e não os membros. Se nem mesmo no casal, um núcleo menor, não há essa unicidade, quanto menos uma família como todo. A unidade familiar irá existir da forma como as convergências e divergências de seus membros se relacionam e isso nem sempre será de forma harmônica.

Em paralelo, tem-se o caso de Madalena que deseja permanecer sozinha. Os estudos de Motta (1998) e Cabral (2013) revelam que na terceira idade é maior a propensão conjugal masculina que feminina. Isso quer dizer que após separação, divórcio ou viuvez a mulher tende a escolher viver sozinha, por visualizar a possibilidade de exercer sua independência e liberdade, dedicando esse tempo para si. Retomando as ideias de Cigoli e Scabini (2007a, 2007b) há aí uma coerência, uma vez que o plano ético do pacto conjugal implica em obrigações, fidelidade e compromisso com o cônjuge e com um projeto comum que pode, em certa medida, cercear a liberdade e individualidade da pessoa. A fala de Madalena pode exemplificar essa realidade.

*“Não, eu convivi com a pessoa tive uma filha, né, hoje já independente, já tem a formação dela. Não deu certo, né. Eu vivo sozinha, assim, não quero mais ninguém na minha casa. Se eu tiver algum tipo de relacionamento, mas assim para sair, passear, viajar, ir pro cinema, essas coisas. Eu só quero a parte boa. Parte de negócio de dividir, nem divisão de dinheiro, nada disso, quero mais saber não.” (Madalena - solteira)*

### **7.3.2 Pais e filhos**

Da relação dos entrevistados com seus filhos, nota-se que a aposentadoria do pai ou da mãe foi concomitante a passagem da dependência dos filhos para a independência, conforme relata Moragas (2010), de forma que as atividades parentais relacionadas ao cuidar vão decaindo e os pais passam a oferecer ajuda e suporte.

*“Tranquilo, porque eu acho que, hoje eu vejo que ela (a filha) é um pouco mais de tranquilidade. De eu não trabalhar à noite, ela fica mais tranquila, mas hoje ela é muito independente da vida dela, então acho que hoje ela tá focando mais no caminhar dela. (Madalena - solteira)*

*“Aí eles já estão mais independentes, a gente só acompanha, né. Só observa, dá os conselhos que precisa dar, mas aí já não tem mais aquele cuidado de olhar roupa, de olhar o banho, de ver a comida, eles mesmos já se ajeitam.” (Maria – casal 1)*

*“A gente já sabia que os filhos iam casar, né. Mas praticamente a casa ficou vazia. Tinham, foi um, quando aposentei ainda estavam os dois. Depois foi o outro, aí foi a menina, aí ficou realmente um certo vazio.” (Tristão – casal 2)*

A relação entre a aposentadoria dos pais e o processo de independência inerente à trajetória do curso de vida dos filhos, também se evidencia na questão da disponibilidade para ‘estar junto’. Enquanto os aposentados encontram-se mais disponíveis, os filhos se mostram cada vez mais ocupados. É interessante observar que para alguns a falta de tempo dos filhos é um processo ‘natural’ decorrente das obrigações e dimensões da vida adulta, como aponta Maria, ou um afastamento conseqüente das insatisfações e conflitos da relação, como relata Francisco.

*Mudou alguma coisa nessa relação? Não, não. Mudou pelo trabalho dela, né. E que ela hoje já é independente, aí trabalha. Hoje mesmo ela tá de 24hs, que ela fez medicina e hoje tá de plantão 24h; O tempo dela ta como se fosse o meu antigamente, né. Agora que você tem mais tempo, ela que tem menos tempo. Agora ela que entrou no ritmo. (Madalena – solteira)*

*“E com relação ao tempo com os meninos? Você já me disse que agora vocês têm mais tempo. E tá invertendo porque eles estão entrando nesse mundo agora, né. (risos) Eles estão ficando sem tempo. E isso tem sido, é um ponto de impacto para você? Não. É o processo natural da vida. A gente, aí eu preciso também desse tempo para me cuidar mais, né.” (Maria – casal 1)*

*“A gente foi pra Curitiba, a gente foi pra São Paulo. Agora a gente tem essa, eu posso viajar qualquer tempo que a gente quiser, qualquer período. A gente já fez viagem, fazia ou com um ou com outro (filho) porque dependia do horário de trabalho deles, (...).” (Tristão – casal 2)*

*“Olhe, pode ter mudado por conta de ter um tempo maior, né, pra ficar com eles (filhos), quando eles podem.” (Romeu – casal 3)*

*“Antes como tinha menos tempo, agora era diferente também, porque elas tinham menos compromisso, então ficavam mais comigo e eu com elas. A família que eu falo é as filha, né, que a mulher continua a mesma coisa. (...) E hoje, além de ter mais tempo pra ficar com elas, mas elas não ficam comigo. Elas arranjam compromisso, acho que eu sou muito chato, aí elas inventam coisas.” (Francisco – casal 4)*

E, novamente, tem-se o reflexo do aspecto diacrônico do desenvolvimento. Os relatos evidenciam o encontro e incidência da aposentadoria dos pais (transição de dimensão social da trajetória de vida desses pais) e da independência dos filhos (transição de dimensão social e ontogênica desses filhos) sobre o desenvolvimento familiar.

Retomando os fatores que, segundo Moragas (2010), vão influir na relação entre pais e filhos na aposentadoria, tem-se primeiro a atitude que pais e filhos mantinham frente a essa relação antes mesmo da aposentadoria. Assim, em concordância com a ideia do autor, os trechos abaixo revelam que a atitude de um para com o outro se mantém a mesma na aposentadoria, só que, provavelmente, expressa em comportamentos diferentes, mais condizentes com o momento da trajetória em que os pais e os filhos se encontram. Já a influência dos fatores gênero, cultura e classe social não ficou evidente na narrativa dos participantes.

*“Ela é parecida comigo muito tranquila. É uma pessoa que não me deu trabalho, seguiu a vida dela, na formação dela, né, e o trabalhar também. A gente se encontra, conversa, até hoje conversamos. Mas...veja nunca tive problema nenhum, não.” (Madalena – solteira)*

*“A gente foi bastante companheira. Desde pequena M. foi criada mais com adulto do que com...os meus amigos e aí foi uma pessoa bastante companheira. Que eu vou ter até dificuldade quando ela sair realmente. Eu sabia que isso ia acontecer, mas, o*

*que eu posso dizer, foi minha companheira, a vida toda é assim.” (Madalena – solteira)*

*“Olha a questão da disponibilidade, né. A gente sempre teve uma relação muito boa com os filhos. Isso eu acho legal. Eles sempre puderam contar com a gente e eles em relação à gente nunca nos decepcionaram. Então essa relação é boa e melhorou um pouquinho.” (Tristão – casal 2)*

*“Como era a sua relação com eles antes da aposentadoria e agora na aposentadoria? não mudou nada, mesma coisa, tá certo. O mais novo sempre foi mais chegado a mim, mais responsável, se formou, casado, mas não tem filho. Vem aqui com mais frequência, me liga com mais frequência e o outro só liga quando quer dinheiro, quando ta com bronca, com não sei o quê, e sempre foi assim.” (Francisco – casal 4)*

*“Toda! Que eu sempre brinco até com eles, o mais velho não aceita. Você tem 32 anos, mas você ainda é meu bebê, você tem que me obedecer. Ainda sou assim aquele, eu acredito que eu sou um pai muito presente, muito perto deles, muito. Que às vezes até me preocupo demais dessa super proteção que eu tenho mesmo eles já adultos, já vivendo, os dois maiores já vivendo a vida deles próprio, trabalhando, independente, mas eu quero sempre tá ciente do que eles estão fazendo, a onde eles estão. Que muitas vezes até eles se irritam com essas super proteção minha.” (Saulo – separado)*

A narrativa dos participantes também evidencia o acirramento de alguns conflitos após a aposentadoria devido à maior convivência entre pais e filhos, à demarcação de espaço e autonomia dos filhos, alguns já assumindo o papel de pais, ou mesmo por razões financeiras. Como encontrado por Antunes (2014), a relação de pais que ainda sustentam ou apóiam financeiramente seus filhos tende a ser mais permeada por obrigações, conflitos e insatisfações que os casos em que os filhos são economicamente independentes e as relações são mais evidenciadas pelos momentos de cuidado e convivência.

*“Antes tinha mais carinho, porque tinha menos contato, sentia mais saudade. Agora eu vejo mais os defeitos delas (as filhas) e elas vêm mais o meu também. Ai isso causa uma certa repulsa, elas são chatas igual a mim. Tanto eu falo dos defeitos delas, como elas falam dos meus.” (Francisco – casal 4)*

*“Sempre criei minhas filhas para serem grandes e isso é difícil. É difícil, porque você tem que suportar algumas coisas, né. Tem que deixar a autoestima sem freios, (...). Nunca quis frear esse tipo de coisa, né. Sempre deixei que elas dessem o pulo dela e sempre dei o apoio. Sempre segurei o trampolim pra que elas pulassem. (...) Então com as filhas, elas ficaram muito atrevidas, mas pra ser grande tem que ser atrevida, tem que se atrever, né. (...) O relacionamento com as filhas, após aposentadoria é meio brabo, tem tido umas brigas aí.” (Francisco – casal 4)*

*“Tem algumas opiniões que são divergentes, né. Não fica mais a mesma, principalmente, quando tem filho que você quer orientar e eles acham que sabem mais ou que a gente sabe menos do que eles e aí geram algumas coisinhas assim, algumas magoazinhas, não chega a ficar também, prejudicar em nada, não.” (Julieta – casal 3)*

### **7.3.3 Avós e netos**

Dos participantes desse estudo, apenas Madalena e o casal 1 não têm neto. Aqueles que têm netos demonstraram interesse em participar ativamente da vida dos netos, acompanhando seu desenvolvimento e atividades.

*“E como é que é sua relação com a sua neta? Olhe bem...não é, é muito boa, mas eu queria mais apego com ela e realmente não sinto isso. Não sinto por minha parte, mas por questão de falta de um relacionamento maior, mas eu queria mais ela próxima a mim, mas infelizmente não.” (Saulo – separado)*

*“A gente vai à praia, vai para shopping. Ela vem constantemente aqui com o pai, fica aqui em casa, muitas vezes eu tomo mais conta dela aqui do que o próprio pai, porque ele geralmente vai trabalhar, vai dar aula dia de sábado, pronto aí eu fico com ela. Eu gosto, é uma pessoa amável a menina.” (Saulo – separado)*

*“Eu brinco muito, brinco muito, abuso muito. Dou comida, dou banho, brinco demais que sou muito brincalhona, pra ele se divertir. Acho que comigo ele dá muita risada. Acho que ele gosta de estar comigo e eu com ele.” (Julieta – casal 3)*

*“Sou participante, sou atuante, vou, brinco, quando ele não vem aqui, eu busco. Faço visita na casa dele. Às vezes, às vezes não, quase sempre ele está na casa do outro avô. Mas aí eu tô lá, antes mesmo eu já dizia: ‘não, eu vou ter que tá presente’, porque ele tá mais com o avô de lá, eu vou, eu quero tá conhecido, né. E a gente sempre vai mesmo e as oportunidades que tem pra ele trazer aqui ele traz.” (Romeu – casal 3)*

Francisco e Saulo foram avós antes de se aposentar e relatam não perceber a influência da aposentadoria na relação com as netas. Já os casais 2 e 3 têm netos bebês, tendo sido avós na aposentadoria. Tristão é o único que faz uma correlação mais direta da aposentadoria com a convivência com o neto, como se observa no trecho abaixo.

*“O fato do senhor estar aposentado o senhor considera que teve alguma influência ou não, está tendo, né. nessa relação agora com sua neta? Vai ser melhor, porque a disponibilidade de tempo. Então se a qualquer momento que eu quiser, como a filha”*

*tá naquele período de licença, quem quiser, ainda mais que é dez minutos daqui. Facilita essa interação.”(Tristão – casal 2)*

Conforme aponta a literatura, fatores como a frequência de contato, vínculo cultivado desde a infância do neto e ausência de conflitos entre familiares podem facilitar o relacionamento entre avós e netos. Assim os participantes que têm neto demonstraram preocupação em manter o contato com seus netos. Como se pode verificar nos relatos abaixo, os pais dos netos aparecem como figuras importantes nessa intermediação, podendo contribuir ou não para o vínculo avós e netos.

*“O senhor consegue identificar o quê que dificulta ela ser mais próxima do senhor? A falta de aproximação da família do lado dela. Você diz a família da mãe dela? Da mãe dela.” (Saulo – Separado)*

*“A melhor possível, a melhor possível, eu dou todo carinho que ele necessitar. Independente de tratamento de pai, que é o meu filho, né, ou de nora. Eu excluo, excluo esse problema todo. Dou o quê eu posso, dou amor, dou o que eu puder que tiver dentro das minhas possibilidades eu dou. Eu amo meu neto (risos).” (Julieta – casal 3)*

*“Não, porque ele vive mais com a família dela (da nora) do que com a gente. É como meu esposo disse, antes ficava muito lá. Nós que resolvemos, não, não vai ficar só lá, a gente vai também lá. (...) Então, mas mesmo assim a gente ia dava uma horinha, ficava uma tardezinha com o menino. Pra não ficar só com aquela aproximação com os outros parentes, que seriam os parentes da mãe, né. Aí sempre foi, sempre deu assistência a ele.” (Julieta – casal 3)*

*“Minhas netas, raramente vão lá em casa tal, porque meu filho é separado, raramente leva. Mas a relação com elas é muito boa, bem melhor de que a minha com meu filho, que não quer zorra nenhuma da vida.” (Francisco – casal 4)*

### **7.3.4 Irmãos**

Por uma razão instrumental e pela própria narrativa dos entrevistados, os resultados e discussões até aqui apresentados centraram-se em torno da família nuclear. Mas em alguns momentos a família extensa foi apresentada no relato dos participantes. E uma relação que apareceu com certa relevância foi a fraterna.

Saulo e Madalena sinalizam que com a aposentadoria têm mais disponibilidade para passar alguns momentos de lazer com os irmãos, bem como pra ajudá-los.

*“Tenho tempo de ir para igreja, eu tenho tempo de tá descansando um pouquinho mais em casa, tô muito caseiro, né. E mais próximo pra visitar um irmão, levar uma irmã minha que tem problema de saúde no médico, tudo isso eu faço.” (Saulo – separado)*

*“A sua convivência, a relação com essas pessoas (irmãos) modificou de antes da aposentadoria pra agora aposentada? Alguma coisa assim? Modificou, porque agora que eu tenho tempo mais livre, né, bastante. Antigamente em festa, encontro, natal, essas festas que são de família às vezes eu não estava presente, quase nunca, né. Agora tem possibilidade maior de estar, né? É.” (Madalena – solteira)*

*“(...) E depois eu tinha outra coisa, eu tenho até hoje, eu ajudo ainda minha irmã. Então, ela é uma pessoa que necessita, aí eu ajudo. Então, às vezes ficava no limite hoje eu tô mais tranquila porque não tenho mais... minha filha é independente, eu ainda ajudo ela, mas com mais tranquilidade.” (Madalena – solteira)*

Julieta reforça a ajuda que oferece aos irmãos e sua preocupação com os mesmo, que parece atingir sua qualidade de vida.

*“Eu sou muito família, sempre fui. Talvez diferente de alguns irmãos, eu não tenho reciprocidade, como ele acha. Mas isso é de mim, cada qual é o cada qual, eu não posso mudar minha pessoa. E com a idade que eu tenho como é que eu vou mudar. Tanto eles me procuram, como eu. Mas eu procuro porque, para ver em que eles precisam de mim, agora eles me procuram mais.” (Julieta – casal 3)*

*“Depois que a senhora se aposentou, cê acha que o fato de não está mais trabalhando, de ta aposentada, impactou também nessa relação? Aproximou? Afastou? Aproximou, porque devido à situação. Eu tô com quatro irmãos com câncer. Então, três dependendo de ajuda, ou financeiramente ou para olhar, cuidar. E eu não posso abandoná-los.” (Julieta – casal 3)*

*“A ansiedade é mais pelo lado familiar, dos meus irmãos. Preocupação também. Porque esses que têm o câncer são justamente os que não trabalham.” (Julieta – casal 3)*

Com o casal Francisco e Clara ocorreu o inverso, com a aposentadoria dele, devido ao menor rendimento financeiro, as ocasiões com os irmãos do aposentado parecem ter reduzido.

*“Então, praticamente, quase todo final de semana ele quer fazer churrasco e na época que ele tava trabalhando, sempre, sábado e domingo tinha gente aqui, principalmente da família dele. E isso foi uma coisa que eu comecei a cortar porque na segunda eu tinha que trabalhar e eles não tinham muito limite de ir embora, só iam embora quando a cerveja acabava. Então, isso mudou um pouco, né, depois que o Francisco se aposentou, não só pela aposentadoria, mas também porque veio a crise e uma série de outras coisas e acabou interferindo na situação e também porque a gente foi dando um pouco de limite, porque todo final de semana casa cheia e a gente queria variar, fazer coisas diferentes.” (Clara – casal 4)*

*“Antes não, quando a gente veio logo pra cá, todo fim de semana era cheia a casa tal. Ah... você traz seus amigos, mas cada um traz uma coisa, que eu não posso tá dando festa. Cheguei a fazer isso pra meus irmãos, pra meus amigos, tive que barrar porque diminuiu o rendimento.” (Francisco – casal 4)*

*“Antes da sua aposentadoria, como era a relação com essa parte da sua família? Olha, não vou dizer antes da minha aposentadoria, quando eu tinha mais dinheiro, eu chamava mais e vinham todos pra cá. Inclusive o que não bebe, não come carne, mas vinha a mulher dele, os filhos beber e comer aqui. Depois que diminuiu o rendimento eu parei de chamar, né. E eles pararam também de querer vir. Que eles poderiam continuar vindo, contanto que dessem a colaboração deles. Aí diminuiu bastante, também.” (Francisco – casal 4)*

### **7.3.5. Relações de poder na família e a divisão do trabalho doméstico segundo a perspectiva de gênero**

Mesmo inseridas na sociedade contemporânea que questiona o modelo patriarcal de autoridade masculina, as famílias do estudo parecem se organizar, também, a partir das relações de poder e divisão do trabalho doméstico das famílias modernas. Todas as mulheres do estudo, tanto a solteira quanto as casadas, exerceram ou ainda exercem um trabalho remunerado. Todos os homens, separado e casados, são os responsáveis pelas finanças da família. Das seis famílias, quatro têm empregada doméstica, com exceção do casal 3 e de Saulo, cabendo às mulheres responder pelas questões domésticas, variando o grau de atuação no lar entre orientar a funcionária doméstica e realizar atividades domésticas complementares ou esporadicamente.

Ao analisar a rotina do casal 1 e 2, como encontrado no estudo de Araújo e Veiga (2015), percebe-se uma divisão bem clara das atividades por gênero. Assim, as mulheres, Maria e Isolda, ocupam-se das atividades relacionadas ao cuidado e a limpeza e organização da casa, enquanto os homens são responsáveis pelo provimento material e atividades de conserto.

*“Alguma coisa assim que é de homem fazer, por exemplo, eu não sei trocar resistência de chuveiro. É ele quem faz. Essas coisas, assim, mais de homem: lavar o carro, trocar a lâmpada, consertar alguma coisa, ver a geladeira, ver a máquina de lavar, se deu defeito ele quem providencia. Mais de comida, de roupa, de botar um móvel em outra posição, isso aí é comigo.” (Maria – casal 1)*



*“E os cuidados com os meninos, de quem é a responsabilidade? ‘Olha...assim....eu...ela (esposa) acaba tendo mais essa parte mais de contato mais com os meninos...eu um pouco mais no dia-a-dia de coisas práticas...ela é mais essa parte de roupa, alguma coisa mais assim, então, isso fica mais com ela assim. Eu sou mais a parte prática...nisso naquilo...tem que fazer isso...tem que fazer aquilo.” (José – casal 1)*

*“E no Cuidado com os filhos de quem era essa responsabilidade antes da aposentadoria, quem ficava com essa parte? ‘Não aí continua compartilhada. Antes quando eu não tava, a maior parte era ela. A educação tradicional, antigamente o pai está trabalhando e a mãe que está com as responsabilidades domésticas e o maior contato com os filhos. Hoje talvez esteja mais dividido, mas a maior parte foi com ela.” (Tristão – casal 2)*

Como resultado, as falas das participantes refletem o que Araújo e Veiga (2015) apontaram em seu estudo quanto à sobrecarga da mulher em ter que conciliar o serviço doméstico com o trabalho externo. Porém as participantes parecem perceber essa situação de formas diferentes.

*“(...) Porque antes era tudo muito corrido. Porque eu tinha que voltar correndo, administrar pelo telefone. A minha colaboradora é que... eu tive muitos problemas com colaboradoras, muitas saíram e entraram. Porque eu morando longe, trabalhando lá do outro lado, eu trabalhava no bairro de Nazaré, morando em Stella Maris. Eu saía muito cedo, chegava muito tarde. Elas ficavam muito sozinhas, eu tive umas oito funcionárias (risos) ou nove. Inclusive algumas que me roubaram. Tive um problema sério, uma que bateu no meu filho pequeno, arrumou o chuveirinho na cabeça dele, entendeu? Então eu sentia mais necessidade de estar mais em casa. E isso melhorou. Tomar pé das coisas dentro de casa. Assumir a minha função! De dona da casa!” (Maria – casal 1)*

*“Ele sempre dava a ordem, ele sempre queria como queria. Ele nunca gostou da área de doméstica, nunca gostou, principalmente, área de cozinha, sempre me virei sozinha, sempre servir sozinha. Os filhos, também, não me incomodava, minha filha também, sempre me virei só, servia só e dava conta. Ficava cansada com estafa, mas eu dava conta e cobrava que não aguentava que uma corda só quebra que tinha que ser com mais companheirismo para ajudar para que eu pudesse...isso fez com que eu continuasse mais ter liberdade e fosse para rua.” (Isolda – casal 2)*

*“Pra não ter confusão e briga, eu me calo e deixo ele fazer o que ele quer. Porque sei que vai ter grito, porque essa coisa é genética da família dele, de responder, de dizer não, de ser individualista e determinar as coisas. Não dá a chance de você ser gente. Então... a única coisa que eu não gosto é de ser parede, nem retrato, nem televisão. Bom... tapada eu não sou. Trabalho com publicidade, trabalho no CAB, dou palestra de estética, pra suplemento pra fisioterapia em faculdade e hospital, lido com publicidade. Então não há motivo porque sou repreendida em casa pelo esposo, por não poder ter decisão e falar nada. Então a escolha, nós mulheres é que nós escolhemos nosso futuro. Então a decisão da felicidade está nas nossas mãos ou na mão dele ou na nossa mão, né.” (Isolda – casal 2)*

Analisando o casal 1, percebe-se cumprir a tendência apontada pela literatura (MORAGAS, 2010; ANTUNES, 2014) da mulher se aposentar primeiro que o homem, ficando evidenciado na narrativa do casal o peso das responsabilidades domésticas na escolha de Maria pela aposentadoria. Segundo o trecho abaixo, o papel de Maria na vida doméstica também interferiu em outras escolhas ao longo da sua carreira, algo que é sinalizado por Neta (2016), ao constatar que a responsabilidade com o lar e a família impacta na própria participação da mulher na população ativa de modo que sua inserção no mercado de trabalho ainda é menor e menos estável que a masculina.

*“Como eu era a chefe geral, todos os setores eu tinha que participar, né, tinha que tá envolvida. Então quando você assume um cargo desse, foi um período um pouco complicado porque o meu filho mais novo era bem menor. Tinha vezes que eu saia ele tava dormindo, quando eu voltava ele tava dormindo também, né. Pronto, aí um dia eu tava muito angustiada, tava assim deixando a desejar em casa, já não tava feliz. Aí eu entrei na sala do diretor e pedi para sair do cargo. Pra voltar a ser, simplesmente, enfermeira.”(Maria – casal 1)*

Já na relação do casal 2, pelo relato de Isolda, há uma maior autoridade do esposo e, conseqüentemente, uma maior submissão sua que parece gerar incomodo e insatisfações, tendo ela tentado buscar estratégias para lidar com isso. E nesse caso, como apontado anteriormente na sessão sobre conjugalidade, a aposentadoria do esposo parece ter acentuado tal controle e dificultado as estratégias de fuga, devido à maior presença dele em casa.

Nota-se, também, ainda que de formas diferentes, uma maior autoridade masculina na relação do casal 3. Conforme trecho abaixo, tal autoridade reflete na forma como Julieta tem vivido a própria aposentadoria.

*“Aí meu chefe ali (risos), meu marido, ele achou de sair, me iludiu, porque eu pensava que ele ia sair ficar comigo em minha casa a gente procurar ir pra praia pra se divertir. Não. ele ficou trabalhando e eu fiquei em casa. Aí não me sinto tão ansiosa por que tem os afazeres que eu sempre fiz na minha casa nunca fiquei parada mesmo, mas não gostei porque ele deveria ter dito, se faz falta para ele trabalhar faz falta pra mim também.” (Julieta – casal 3)*

*“Menina, tinha muita coisa para fazer não, porque eu sempre fiz as coisas com meu marido, junto com ele. Então o tempo livre que eu tenho é o que ele já disse a você. A gente passeava, jantava fora, ia pro cinema, uma praia ou então ia visitar os filhos, né ou amigos também. (...) Por que a senhora acha que diminuiu o que contribuiu para que diminuísse? Eu não sei nem explicar sabe, porque ele continuou*

*trabalhando, de quarta a quinta. Ele faz extra também, né, trabalhos extras, oportunidade que tem a gente ainda sai.” (Julieta – casal 3)*

Os relatos de Maria, Isolda e Julieta explicitam como questões sociais e culturais, no caso referente à gênero, incidem sobre a trajetória de vida das mesmas, desde a dimensão laboral quanto familiar. Nota-se, também, que a percepção e a forma de lidar de cada uma dessas mulheres são diferentes, o que caracteriza o princípio da agentividade na perspectiva do curso de vida. Ou seja, diante das oportunidades, dos valores e conhecimentos adquiridos em sua trajetória, das estruturas as quais estão condicionadas, cada uma compreende, escolhe e age conforme suas possibilidades.

Contudo, comparando os casais desse estudo, os homens dos casais 3 e 4 têm uma maior participação e responsabilidade nas tarefas domésticas, mais ainda assim envolvendo-se menos que suas esposas e, geralmente, assumem atividades que gostam e consideram pertinente. O relato de Romeu e Francisco, bem como de suas respectivas esposas evidenciam maior atuação deles nessas atividades após a aposentadoria.

*“Não, não mudou, não. Continua sendo minha responsabilidade a doméstica, eu lavo, passo, cozinho, tudo que pertence a casa sou eu, com muita ajuda do meu esposo também, graças a Deus me ajuda bastante.” (Julieta – casal 3)*

*“O conceito que eu me dou é de participante também, Julieta cuida de tudo, mas assim comida é com ela, roupa é com ela e a limpeza é com ela. Mas aí eu cuido também da limpeza, varro, passo pano. Naquilo que eu posso ta participando, eu não digo assim ta ajudando não que eu acho que é obrigação de todos os dois, e sei que esse trabalho de casa é complicado e é desgastante, mas eu sempre tentei participar no mais pesado limpeza que é pesado. (...) Depois que o senhor se aposentou mudou alguma coisa nessa participação? Não, eu acho que aumentou um pouco, que eu to fazendo mais, né. Porque aqui tem um problema de salitre, né. E aí o chão fica meio úmido aí a gente tem que atuar mais, então tô varrendo mais, tô limpando mais, né. Roupa pra lavar a gente bota, estender roupa, tira roupa. Agora eu to com atividade nova que eu to passando roupa também, porque ela teve um problema de coluna recente, (...) ela já sabia que tinha hérnia de disco e bico de papagaio (...) Então por conta disso, algumas atividade, ela continua fazendo porque ela é teimosa, mas algumas atividades eu prefiro que ela não faça para não agravar o quadro dela. Sei que não faço da maneira que ela faz, mas não vou pelo menos sair vestindo roupa amassada. Que é o cuidado que ela tem comigo, com minhas roupas.” (Romeu – casal 3)*

*“Com relação a rotina de casa, os afazeres domésticos, por exemplo, antes e agora na aposentadoria, mudou alguma coisa? Cozinho mais, a tarefa doméstica que eu gosto de fazer é cozinhar, comprar mantimentos e cozinhar. Empregada falta, faço*

*comida pra uma semana inteira e congelo tudo. Antes eu fazia menos isso. O restante das atividades de casa quem é que é responsável? A empregada que faz, as filhas e a mulher não dobram nem lençol da cama. Ninguém dobra, eu também não dobro.” (Francisco – casal 4)*

*“É o Francisco sempre quis assim dá palpite com a empregada. Por exemplo, mesmo antes dele se aposentar, as compras da casa, o supermercado sempre foi com ele. Sempre foi com ele porque sempre ele gostou, né. Embora, o quê que mudou, na época em que ele trabalhava ele ia pra cozinha fazer algumas coisas mais final de semana, quando ele queria fazer churrasco, só ia nessa situação. Hoje em dia não, né. Hoje em dia, às vezes, ele prepara o almoço, ele prepara as refeições em algumas situações. Ele deixa as refeições prontas pra outros dias, algumas variedades, até pra, porque a casa é grande, até pra facilitar o serviço dela, né, em algumas situações faz isso. E em relação a empregada às vezes eu dava uma ordem saia, fazia tal coisa de almoço, e às vezes ele ligava e dizia pra ela fazer outra coisa, né. Assim, não perguntava, também, se tinha sido feito ela não dizia. Então esse choque acontecia, às vezes acontecia antes mesmo dele se aposentar, também.” (Clara – casal 4)*

*“A minha participação. Bom... é mais em relação a questão da limpeza, da organização da casa, né, geral. As faxinas, arrumação dos armários, o operacional de uma forma geral, o cardápio, as saladas, as arrumações de geladeira, enfim troca de roupa de cama, mesa, banho, mais isso. Agora se você me perguntar o quê que tem na geladeira eu não sei, no freezer eu não sei. Pelo jeito com a aposentadoria dele isso não mudou muito. Não, não mudou. Como eu te falei, como eu sempre trabalhei e ele gostava dessa questão de supermercado, então as coisas sempre foi de ficar com ele.” (Clara – casal 4)*

Observa-se, portanto, uma manutenção de comportamento. Como eles já faziam antes da aposentadoria, permanecem fazendo e dispostos a ampliar sua atuação quando se aposentam, se necessário. Esses dois casos exemplificam a mudança apontada por Gonçalves *et al* (2011) e Arriagada (2000) quanto ao início da participação masculina nas atividades domésticas e de cuidado, porém, essa presença não tem sido tão intensa e nem na velocidade esperada.

#### **7.4 Família e envelhecimento na aposentadoria**

Como apontado na literatura (ANTUNES, 2014; LOUREIRO *et al.*, 2015), a aposentadoria desperta o indivíduo para o processo de envelhecimento. Nota-se na fala dos participantes justamente um interesse em diminuir o ritmo, envolver-se com atividades físicas e prazerosas, com menor compromisso e estresse, em busca de melhor qualidade de vida na velhice. Há um reconhecimento e espera pelas

limitações físicas, mas também a necessidade de manter-se ativo, uma vez que para alguns entrevistados a ociosidade pode piorar sua condição de saúde. Retornando ao processo de decisão quanto à aposentadoria, nota-se que o próprio motivo da aposentadoria, já expressava essa preocupação com o envelhecimento e a necessidade do auto cuidado.

*“(...) primeiro que eu sou uma pessoa ainda muito dinâmica e pra eu ficar parada não dá. Meu cérebro não dá. E eu tenho a preocupação de envelhecer e ter o cérebro em atividade. Pra gente não ficar em casa, acho que a gente morre mais rápido. (...) Mas hoje eu tô querendo aproveitar o que eu resto, porque eu, eu pensando, eu acho que eu tenho pouco tempo ainda. Eu já vivi mais do que o que tenho para viver. Então agora eu acho que eu tenho, tô querendo fazer o que eu nunca fiz, né, aproveitar.” (Madalena - solteira)*

*“Já que você esperava ter mais tempo (na aposentadoria), você tinha projetos ou planos de como você pretendia usar esse suposto tempo? Ah! Pretendia! Voltar pra academia, que eu sempre frequentei academia. Depois que entrei nesse ritmo doido eu abandonei. Aí fiquei doente, aí engordei. Eu queria voltar a fazer exercício, né. E queria fazer alguma coisa que me desse mais prazer, que não fosse trabalho e não tô tendo essa oportunidade.” (Maria – casal 1)*

*“Você fazia algum projeto ou plano específico para esse período de aposentadoria? Assim, por exemplo, quando eu já estava trabalhando, eu digo para não ficar na ociosidade, eu iniciei uma atividade física já trabalhando e quando eu me aposentar eu vou manter. E isso eu consegui fazer, eu já estava e continuei. Tenho uma atividade física regular que consigo manter.” (Tristão – casal 2)*

*“(...) logo que eu aposentei eu tinha comprado um apartamento aqui na Orlando Gomes, aí eu criei algumas rotinas para não ficar na ociosidade. Aí eu fiz a reforma foi logo em seguida da aposentadoria, eu digo vou fazer logo em seguida pra não ficar, porque lá tem uns colega que se aposentava e todo dia tava ligando pro trabalho pra saber como é tá isso aí e vou fazer dois anos e não liguei nenhuma vez. Então é sinal que as coisas estão bem, né.” (Tristão – casal 2)*

*“(...) porque ainda é o velho ditado: parado, mente parada, corpo parado chama doença. Eu mesmo, falta poucos anos até para me aposentar pelo Estado, mas eu não pretendo, claro não é com aquele fervor de ter que cumprir um horário, enfrentar esse trânsito doido da cidade, mas eu não pretendo parar, não quero estudar, não quero, nada ligado a estudo eu quero mais. Quero continuar trabalhando mesmo com meus 60,61 anos, 62 anos.” (Saulo – separado)*

Por outro lado, a narrativa de Romeu e Julieta, casal 3, evidencia as limitações e sofrimentos do envelhecer incidindo sobre a qualidade da experiência da aposentadoria.

*“(...) Então eu fico aqui preocupada com ele. Esperava a gente ta andando, numa academia, não precisava academia, andar, qualquer lugar que fosse. Curtir mais a*

*velhice, porque a doença é bem mais do que a gente imagina. Porque cada hora é uma doença, cada hora é um sentir, não tem nada de melhor idade, é pior idade, isso é ilusão. Os ossos doem a gente vai ficando velho sem guentar mais nada. Então, curtir mais a aposentadoria, procurar ser um pouco, amenizar mais um pouco o sofrimento, de qualquer forma física ou mental que fosse.” (Julieta – casal 3)*

*“Hoje nós tamo mais tempo junto, porque de sexta a segunda, como eu não trabalho, aí já tivemos uma outra ocupação para inserir nesses dias de que nós não temos nenhuma atividade laboral que é o quê: médico. Então, normalmente, em função da idade, a gente vai precisando mais e como nós damos realmente muito valor a essa questão, muita atenção, eu e ela. Nós preferimos marcar os médicos, sexta, sábado às vezes domingo e segunda-feira.” (Romeu- casal 3)*

A aposentadoria coincide não só com o processo de reconhecimento do próprio envelhecimento, mas também das necessidades de suporte dos mais velhos da família. As narrativas de Maria, Madalena e Isolda trazem a tona a inversão da direção do cuidado e da ajuda, passando os filhos a cuidar dos pais. Suas falas expressam os laços de solidariedade intergeracional que aparecem como um dever por gratidão, com satisfação, mas também com certa exigência de tempo e paciência.

*“Apesar que eu acho que a gente vai envelhecendo mesmo aposentada aí tem a questão de família né, a família. Por exemplo, eu já não tenho nem pai nem mãe, mas tem gente que tem pais envelhecendo, aí já tem que dar um... desprender um pouco desse tempo pra seus pais, né. Entendi. Isso interfere assim... uma coisa que eu venho pensando muito é nisso; o quanto as pessoas, quando envelhecem os pais, e nós temos... quando a gente pensa que a gente vai dá uma respirada, a gente não tem esse tempo. Que a gente tem que desprender um tempo bastante razoável para os pais, as pessoas que estão envelhecendo. Que é uma coisa muito importante pra eles, porque a vida toda ele... foi o cuidar dos filhos. Quem tem um pouco de, quem tem carinho, quem tem, sabe o que é família e realmente é uma coisa extremamente difícil cuidar de idosos, desprende muito tempo e a gente precisa ter bastante paciência.” (Madalena - solteira)*

*“Se eu calculei certo quando sua mãe veio você ainda estava trabalhando? E como é que foi essa rotina? Foi difícil. Ter que sair correndo, era o tempo todo correndo, correndo, correndo. E tinha que passar aqui pra fazer as coisas e dar banho, que ela começou a querer a fazer as coisas tudo comigo aí foi difícil.” (Madalena)*

*“Não tanto. Porque foi uma coisa que aconteceu meio que paralelamente, né. Ela (mãe) ficar mais dependente fisicamente e a perda de meu pai, né, que era o grande companheiro dela. Então um levava o outro, agora ela não tem mais ele. E aí como eu tenho mais tempo do que minha irmã, eu hoje mesmo passei o dia todo com ela. Foi pra costureira, fui pra supermercado, eu fui no banco, entendeu (risos). Então eu me divido nos cuidados a ela, dentro do meu possível.” (Maria)*

*“O agravamento da saúde de meu pai e que assim foi... Deus faz tudo no tempo certo, que tive a possibilidade de ficar com ele, né. De cuidar dele até o último momento. Quem esteve com ele pela última, pelo último momento de vida dele fui eu. Então foi um ano inteiro que eu pude estar o dia inteiro no hospital com ele, se eu tivesse trabalhando eu não poderia, entendeu.” (Maria)*

*“(sogra) ficou doente com câncer na próstata, eu cuidava dos meus filhos, só tinha três dias de parida. Aí eu cuidei do meu sogro, do meu pai, da minha mãe.” (Isolda)*

Vale ressaltar que só as mulheres trouxeram essa questão, não foi algo apresentado por nenhum dos homens. Esse fato ilustra a tendência apontada por Reis (2013) e Gonçalves et al. (2011), que em suas respectivas pesquisas encontraram também maioria feminina como cuidadoras. Contudo, Gonçalves et al. (idem) sinaliza uma mudança com um maior número de cuidadores idosos(as) cônjuges, inclusive com um aumento de cuidadores homens. No presente estudo, apenas Romeu demonstrou uma atitude de cuidado relacionada à condição da saúde física da sua esposa.

*“Agora eu to com atividade nova que eu to passando roupa também, porque ela teve um problema de coluna recente, (...) ela já sabia que tinha hérnia de disco e bico de papagaio (...) Então por conta disso, algumas atividades, ela continua fazendo porque ela é teimosa, mas algumas atividades eu prefiro que ela não faça para não agravar o quadro dela. Sei que não faço da maneira que ela faz, mas não vou pelo menos sair vestindo roupa amassada. Que é o cuidado que ela tem comigo, com minhas roupas.” (Romeu – casal 3)*

## **7.5 Questões materiais da família na aposentadoria e velhice**

### **7.5.1 Renda**

De modo geral, os participantes da pesquisa apresentaram favorável condição financeira tanto antes quanto na aposentadoria. Antes da aposentadoria dos indivíduos foco do estudo a renda familiar dos participantes variou de 10 a 40 salários mínimos. Já na aposentadoria nota-se uma variação de valores menores de 8 a 33 salários mínimos. Essa redução é condizente com o fato do valor do benefício ser menor que o salário anterior de cada aposentado, por isso os participantes sinalizaram a insatisfação com os valores da aposentadoria e com a atual situação política e econômica do país. Contudo, isso não representou automaticamente uma queda da renda familiar, nem mesmo uma inadequação financeira, para todas as

famílias desse estudo. Como aponta Moragas (2009), prevendo possíveis dificuldades financeiras na aposentadoria, algumas pessoas buscam formas complementares de renda ou permanecem trabalhando. Assim, José, Tristão e Francisco fizeram a previdência complementar das empresas em que trabalhavam. E Romeu continuou trabalhando na aposentadoria, mas afirmou que está se preparando para quando se afastar definitivamente do trabalho complementar os rendimentos familiares com locação de imóveis. Nenhuma das mulheres relatou alguma ação nesse sentido. Nota-se que, entre os participantes dessa pesquisa, esse foi um comportamento exclusivamente masculino, talvez por serem os responsáveis financeiros da casa.

É interessante observar que todos os aposentados da amostra, adquiriram o benefício por tempo de contribuição. Como apresentado pela literatura, os beneficiários dessa modalidade são, geralmente, de classes superiores e permanecem trabalhando. Nota-se que tais tendências foram verificadas na amostra.

Os dados obtidos sobre a renda familiar dos participantes encontra corroboração, também, com o estudo de Reis et al. (2015), no qual foi constatado que nas faixas de renda mais elevada (C, B e A) os recursos provenientes da previdência social, em média, possuem baixa representatividade na renda total domiciliar. Assim, na pesquisa aqui apresentada, nenhum dos participantes informou ter na composição de sua renda antes da aposentadoria algum benefício ou pensão, sendo essa composta, como visto, pelos rendimentos dos trabalhos do casal.

Sobre as responsabilidades econômicas da família, tem-se que: Madalena é responsável e contribuinte única da sua renda familiar; Saulo é o responsável pelas finanças da casa, mas recebe apoio financeiro dos filhos quando necessário, pois o próprio aposentado afirma ser mal educado financeiramente; por fim, excetuando o casal 2 em que o esposo é o responsável financeiro e contribuinte único da renda familiar, observa-se que, no caso dos outros três casais, os homens gerenciam as finanças familiares, mas dividem os gastos da família com as esposas, ainda que em todos os casos seja o marido o maior contribuinte financeiro, o que expressa uma das características da relação de poder do modelo patriarcal de família.

Dois outros aspectos ficaram evidentes na análise financeira dos participantes: outras fontes de renda e os gastos da família. Dessa forma, o casal 1



manteve a renda na aposentadoria próxima a renda anterior, devido a um aumento nos rendimentos de José que compensou a redução da renda de Maria. Para eles, tanto antes da aposentadoria, quanto na aposentadoria a condição financeira é adequada. Maria percebeu que o fato de não ir trabalhar diminuiu alguns gastos com deslocamento e roupa, por exemplo. E acredita que se não fosse a situação econômica e política atual do país, teria uma melhor condição financeira. José também reconhece a redução de alguns gastos, mas prevê outros com o ingresso do filho mais novo na faculdade e reconhece ter um rendimento financeiro familiar adequado, mas que poderia ser otimizado através de um melhor controle dos gastos.

A Madalena e o casal 3, Romeu e Julieta, apresentaram aumento na renda familiar, pois Madalena e Romeu permaneceram trabalhando mesmo na aposentadoria, tendo, assim, mais uma fonte de renda. Logo, para esses participantes a renda estava adequada para o momento. Madalena aponta que houve uma redução de gastos e que o dinheiro do trabalho que ainda exerce seria um extra. Já para Romeu, os rendimentos do trabalho representam mais da metade da sua renda, com isso o participante expressa preocupação com sua situação econômica quando realmente parar de trabalhar.

Por outro lado, Saulo, o casal 2 e o casal 4 demonstram ter tido uma redução da renda familiar. Mesmo com essa redução, Saulo e o casal 2 consideram suas respectivas condições financeiras atual adequadas às necessidades da vida familiar. Tristão e Isolda apontam como justificativa a redução dos gastos familiares com saída dos filhos. O casal 4, no entanto, considera sua condição financeira inadequada, uma vez que têm elevados custos, principalmente, em decorrência dos gastos com a casa em que residem e com as filhas.

### **7.5.2 Moradia**

A narrativa dos participantes não evidenciou nenhuma relação direta da aposentadoria com questões referentes à moradia. Provavelmente, devido às condições econômicas dos participantes da amostra, não se verificou as dificuldades habitacionais mencionadas por Avelar (2010) quanto à aquisição de imóvel próprio e

espaço reduzido. Nota-se, também, que a maioria dos participantes está entrando na velhice, não tendo sido apontada ainda necessidade de adaptações no espaço físico doméstico para suplantiar incapacidades e debilidades físicas dos participantes. Os fatos e sentimentos relacionados à questão moradia que foram apresentados são concernentes ao próprio timing da trajetória de cada família, que estão vivendo a aposentadoria em si, o processo de envelhecimento, a saída dos filhos, chegada de netos e outras transições. Dessa forma, alguns pontuaram a ausência dos filhos e o pouco aproveitamento da moradia.

*“Já morava aqui. Até brinco com os filhos, né. Que a gente levou um tempo pra poder terminar a reforma, que só falta mobiliar aqui a sala. Aí quando a gente aprontou a casa todo mundo foi embora. Que a gente levou um tempinho, porque não é fácil, essa casa é muito grande, acabou ficando, ficou maior agora que tá vazia. Então quando a gente concluiu tudo aí todo mundo foi embora.” (Tristão – casal 2)*

*“(A casa) É superior as minhas necessidades, é muito além das minhas necessidades de aposentados. Esse ditado é velho: ‘piscina, só liga o primeiro mês, o resto...’. Às vezes ficam seis meses sem ninguém entrar na piscina. É uma casa que às vezes não serve, a gente não utiliza, principalmente, as meninas, saem mais do que ficam em casa. Antes não, quando a gente veio logo pra cá todo fim de semana era cheia a casa.” (Francisco – casal 4)*

*“Já. É porque o Francisco sempre sonhou em morar em casa. (...) E aí eu comecei a sentir falta de pisar na grama, senti necessidade de morar num espaço aberto, aí eu fui procurar a casa. Foi aí que a gente veio pra cá. E ele ficou super feliz e tal. Ele dizia que quando ele se aposentasse ele queria ter uma piscina que ele ia nadar todos os dias, que ele ia fazer isso, ia fazer aquilo, ia acontecer e ele não faz nada. Em termos de atividade física não saiu do lugar. É isso.” (Clara – casal 4)*

Entre os participantes destacou-se a fala do casal 3. Moragas (2010) sinaliza que na velhice a distância da família é um fator importante, sendo necessário para o idoso manter certa proximidade física de seus filhos para facilitar o acesso e a conservação do contato. E, assim, Romeu e Julieta mudaram-se, dentre outros motivos, pelo fato de ficarem mais próximos dos filhos e neto. Contudo, ainda revelam forte ligação afetiva com a morada anterior, demonstrando a constatação de Avelar (2010) de que, principalmente na velhice, a moradia não está apenas relacionada ao espaço físico, mas também, ao significado que tem para seus moradores, às recordações e sentimentos a ela associadas.

*“(…), apesar que quando eu vou pra lá (casa anterior a atual), eu sinto que meu lar é lá, porque é uma casa assim mais espaçosa. Isso foi um dificultador também, um*

*agravante. Nós passamos 30 anos morando lá, então muitas lembranças, muitas recordações, ela continua mobiliada pra que no momento que a gente deseje ir a gente tenha o espaço lá também. Às vezes mesmo sem ter o motivo específico a gente vai lá, dá uma olhada na casa, às vezes bate uma saudade, dormir um dia ou dois lá. Ou simplesmente a gente vai e volta no mesmo dia. Se o senhor não tivesse aposentado, o senhor teria feito essa mudança de endereço? Sim, teria. A minha vontade de mudar era até maior que a vontade de Julieta. Ela não quis mudar de imediato. Primeiro por conta eu, eu acho que o novo afetou mais ela do que a mim, essa mudança do endereço. E também por esse vínculo forte que ela tem com os irmão dela. Para mim, o que contribuía bastante para que eu mudasse de lá era a vizinhança. Porque ter vizinho ruim, ninguém merece.” (Romeu – casal 3)*

*“Pra mim, eu gosto mais do subúrbio. Eu acho que a pessoa que vive no subúrbio ela tem mais uma atenção. Porque o povo aqui tem uma empáfia, que até um bom dia que dá não lhe responde aqui nesse bairro assim. No subúrbio, você fala com todo mundo, se você precisar de uma ajuda você tem. Sendo até um mau vizinho ou não, mas na hora da necessidade você sempre acha um socorro, aqui é difícil. Você fica mais distante do povo, você passa dá um bom dia dificilmente te responde. Aqui eu me sinto mais só, é muito deserto, bem mais só.” (Julieta – casal 3)*

Pela observação e análise da pesquisadora, todas as casas são condizentes com a realidade financeira dos participantes e parecem oferecer uma estrutura pelo menos adequada às necessidades de seus moradores. Com ressalva às casas de Tristão e Francisco, que na opinião dos mesmos, estão acima do necessário, seja pela quantidade de pessoas residindo ou pela rotina da família. Também, o Saulo demonstra desejo de melhorias na casa, mas não consegue ser claro em seu discurso quanto a essa necessidade de melhora.

*“Você acha que a sua casa atende as suas necessidades? Ainda não, eu preciso ter alguma coisa melhor, ainda não é minha praia ainda não tá, não é a praia que eu quero mergulhar. E qual é a praia que você quer mergulhar? Fazer uma grande reforma no caso aqui ou mudar para outro lugar melhor que aqui O que que é que falta, porque o senhor não acha que aqui não é um lugar melhor? Porque não acho... é um lugar... eu gosto daqui porque é um lugar calmo tranquilo aonde eu queria mesmo é um lugar tranquilo mas precisa melhorar o aspecto de uma residência para ser chamado residência um lugar mais seguro apesar de ser calmo tranquilo mas ainda falta muita coisa para dizer tou morando no lugar 100%.” (Saulo – separado)*

### **7.5.3 Tempo Livre**

Geralmente, uma das expectativas com a aposentadoria, como visto no levantamento de motivos e expectativas dos entrevistados, é obter mais tempo livre

para descansar, curtir, estar mais com familiares e amigos ou ocupar-se com outras atividades mais prazerosas que o trabalho. De modo geral, para os participantes deste estudo, em maior ou menor quantidade, houve um ganho de tempo livre com a aposentadoria. Dos seis aposentados foco do estudo, no momento da entrevista, a metade, Tristão, Julieta e Francisco haviam se afastado totalmente do emprego, os outros aposentados continuavam a exercer uma atividade remunerada mas, segundo eles, em menor ritmo, tendo mais disponibilidade e flexibilidade de tempo que no período anterior a aposentadoria.

**QUADRO 2 – Classificação e frequência das atividades em tempo livre**

Descanso/Lazer	Atividade	Relações Sociais
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Cinema (7)</li> <li>•Praia (7)</li> <li>•Shopping (4)</li> <li>•Descanso em casa (4)</li> <li>•Viajar (4)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Igreja (5)</li> <li>•Mercado (3)</li> <li>•Obra (1)</li> <li>•Médico (1)</li> <li>•Estudar (3)</li> <li>•Exercício Físico (4)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Visitar parente (4)</li> <li>•Eventos Sociais (5)</li> <li>•Refeições fora de casa (6)</li> <li>•Social em casa (3)</li> <li>• Conversar (7)</li> </ul>

Para melhor análise, foi construído esse quadro de classificação e frequência. A frequência refere-se ao número de pessoas que disseram realizar essas atividades em seu tempo livre antes e/ou na aposentadoria. Essa classificação foi baseada em informações dos estudos de Moragas (2009; 2010), Silva (2011) e Antunes (2014). O grupo ‘descanso/lazer’ refere-se às atividades destinadas ao relaxamento e diversão, foram consideradas ‘descanso em casa’ atividades como ver televisão, jogar no computador e sentar na varanda. O grupo ‘atividades’ são as ações que o praticante acredita servir para ocupar seu tempo, sentir-se útil e contribuir para preservar sua saúde. Já o grupo ‘relações sociais’ é relativo às atividades que permitem a socialização do seu praticante, ‘eventos sociais’ engloba convite de amigos e parentes a reuniões sociais e comemorações. ‘Social em casa’ refere a realizar reuniões ou comemorações na própria casa. Como os afazeres domésticos foram discutidos em sessão anterior, não foi feita sua inclusão no quadro.

Analisando o quadro acima, conforme a concentração de frequência, as atividades relacionadas ao ‘descanso/lazer’ e às ‘relações sociais’ são as mais

escolhidas pela maior parte dos aposentados e cônjuges. Dessas, ir ao cinema ou a praia, bem como fazer refeições fora de casa e conversar parecem ser a forma escolhida pela maioria dos entrevistados para desfrutar do tempo livre. Pela narrativa dos participantes essas atividades são, geralmente, realizadas com os filhos, com exceção das conversas que podem ser realizadas com o cônjuge, filhos ou amigos. Em seguida destacam-se 'igreja' e 'eventos sociais', atividades, geralmente, realizadas pelo(a) aposentado(a) sozinho(a) ou com cônjuge, mas que permite a interação desses com amigos e/ou familiares.

No grupo 'atividades' há um predomínio dos aposentados, assim 'mercado', 'obra', 'médico' e 'estudar' foram atividades citadas só pelos participantes aposentados. Essa predominância pode estar relacionada ao fato desse grupo incorporar às questões de saúde e ocupação, algo que pareceu importante para os aposentados por acreditarem que a ociosidade, juntamente com o processo natural de envelhecimento, poderia comprometer sua saúde. A atividade 'obra' foi citada por Tristão, que relatou ocupar seu tempo na aposentadoria fazendo reformas em imóveis próprios. Madalena, Maria e Francisco, afirmam ocupar parte do seu tempo livre na aposentadoria com estudo. E ir ao médico no tempo livre foi citado por Romeu, atividade que ele realiza, juntamente com a esposa, que não citou essa atividade em seu tempo livre.

O relato dos participantes revela que não houve muita mudança entre as atividades realizadas antes e na aposentadoria, nem com quem essas atividades acontecem, ou seja, de modo geral, os entrevistados relataram que na aposentadoria continuaram a ocupar seu tempo livre fazendo as mesmas coisas com as mesmas pessoas, mudando apenas a frequência e flexibilidade de tempo com que elas passaram a ser feitas. Madalena, Maria e Francisco revelaram ter mais disponibilidade e flexibilidade na aposentadoria, contudo os filhos e cônjuges, devido aos seus compromissos, não estariam tão disponíveis. O casal 4, Francisco e Clara, sinaliza a redução da frequência de churrascos em casa (social em casa) devido a questão financeira. Madalena aponta a dificuldade em reunir os amigos devido às obrigações desses com trabalho e suas respectivas famílias. A narrativa de Saulo revela que suas atividades em tempo livre ficaram mais frequentes e mais diversificadas na aposentadoria. Isolda e Julieta sinalizam a redução de atividades de lazer e social, no caso da primeira por uma falta de iniciativa e interesse do

cônjuge e no caso da segunda pela menor disponibilidade do marido, que apesar de aposentado, continua trabalhando. Não foram muito citadas atividades realizadas em casal na aposentadoria. José afirmou freqüentar a igreja e eventos sociais de amigos e parentes com Maria e muito raramente ir a show e a um encontro de igreja apenas com ela. Romeu afirmou viajar e ir ao médico com a esposa. E Francisco e Clara afirmaram ir juntos a igreja, em alguns eventos sociais de amigos e, esporadicamente, caminharem na praia.

Os achados desse estudo vão ao encontro da afirmativa de Azevedo e Carvalho (2006) e Moragas (2010) de uma maior centralidade do lazer na família e com velhas amizades nesse momento da trajetória do indivíduo. Corroborando os dados de Cabral (2013), os homens demonstraram mais satisfação que as mulheres quanto às atividades do tempo livre.

## **7.6 Família e aposentadoria na abordagem do curso de vida**

A análise da interface aposentadoria e família evidencia um dos princípios fundamentais da abordagem do curso de vida: o desenvolvimento como um processo contínuo que ocorre ao longo do tempo (ELDER; JOHNSON; CROSNOE, 2003; BLANCO, 2011). E recorrendo à primeira premissa de Bengtson e Allen (1993) sobre o desenvolvimento familiar, o presente estudo revelou que as mudanças ocorridas na família dentro dessa relação com a aposentadoria estão envolvidas em uma multiplicidade de 'tempos'.

Entendendo a aposentadoria como uma instituição da sociedade industrial moderna, que surgiu como resultado de um longo período de lutas da classe trabalhadora (ALBUQUERQUE, LOBO & RAYMUNDO, 1999; RODRIGUES 2000 *apud* GRAEFF, 2002), se evidencia o tempo histórico e o contexto social na interface aposentadoria e família. Isto porque a aposentadoria está sob normas e determinações sociais que irão incidir na vida do indivíduo, por exemplo, as regras que determinam o tempo de contribuição e idade para se obter o benefício, bem como o valor do mesmo. Portanto, não sem razão, a recente tentativa de reforma previdenciária no Brasil gerou grandes discussões em todos os níveis sociais. No próprio estudo, um dos primeiros motivos apresentados pelos entrevistados foi

justamente o fato de terem alcançado o tempo de contribuição e a idade necessários para a aposentadoria. O próprio relato dos aposentados sobre o processo de aquisição do benefício demonstra que um dos primeiros passos é justamente fazer o levantamento desses dados.

*“Mas aí chegou o meu tempo e eu disse, bom, agora chega (risos). Eu completei meu tempo em 2014, aí eu passei mais um ano, aí eu disse não, não dá mais não. Por causa da idade, que ainda tinha que completar a idade. Aí eu pedi, dei entrada, né, na aposentadoria.” (Maria – casal 1)*

*“Primeiro eu queria me certificar do meu tempo, então a uns cinco anos atrás, eu agendei uma visita ao INSS, digo: ‘tira aí minha, como nego diz, meus tempos’. Então, é uns relatórios chamado CNIS, que diz ali as suas contribuições. Então eu levei a carteira profissional pra checar (...). Eu aí fiz a minha tabela, botei na minha frente e mês a mês eu ia riscando (...). Eu não criei ansiedade, eu só criei artifícios pra eu me certificar do período exato onde eu teria que dar entrada.” (Romeu – casal 3)*

Remetendo-se às outras razões (cansaço e insatisfação) que segundo os participantes motivaram a solicitação da aposentadoria e as expectativas sobre a aposentadoria (descanso, cuidar de si e fazer o que gosta), nota-se um outro ‘tempo’; o tempo ontogênico. As narrativas dos aposentados sobre ‘diminuir o ritmo’, ‘atentar-se mais para a saúde’, ‘ter mais tempo para aproveitar’ evidenciam a entrada em uma outra idade, em um novo evento ontogênico, em um outro momento da trajetória de desenvolvimento do indivíduo. Assim, na interseção do tempo e eventos sócio-históricos com o tempo ontogênico, a aposentadoria torna-se um dos marcadores do processo de envelhecimento.

Retomando algumas falas dos participantes sobre as relações familiares (vide abaixo), verifica-se que a trajetória do indivíduo nesse processo de envelhecimento e aposentadoria influencia e é influenciada pela trajetória dos outros membros do grupo familiar.

*“A aposentadoria trouxe alguma vantagem e/ou desvantagens para a relação de vocês? Não, eu acho que trouxe mais vantagens, porque ... vantagem que eu tô mais descansada, eu tô a noite em casa. Eu posso acordar, quando ela (a filha) sai eu já arrumo as coisas dela, ajudo. Porque é o que gostaria de que fizessem comigo. Às vezes tinha vontade de uma pessoa acordar, de arrumar minha sacola para poder sair e eu não tive isso. Minha mãe sempre morou no interior. E hoje eu faço o que eu gostaria que fizessem comigo, fazer um mimo, né. Que é bom!”(Madalena – solteira)*

*“Pra os meus filhos, a aposentadoria dele tá ótima, porque cada um tá casado, vive a sua vida, se custeiam sozinhos, se viram sozinhos. Precisar, qualquer filho pode, pode precisar da gente. A gente tá junto, somos uma família pra o quê der e vier em qualquer situação, são nosso filhos. Mas aposentadoria foi bom, porque parou mais o nervoso, o estresse dele.” (Isolda – casal 2)*

*“Ah que eu passei a cobrar mais coisas deles também, né, que antes eu não tava em casa e não tinha como cobrar aí... “ah minha mãe”. Ehh... agora eu tô em casa, tô vendo, né, as coisas. Então passei a exigir porque senão eu ia ter que fazer as coisas por eles, então passei a cobrar. Então facilitou nesse ponto; de poder estar observando mais de perto e pra eles dificultou porque eu tô ali pegando no pé.” (Maria – casal 1)*

*“Aí meu chefe ali (risos), meu marido, ele achou de sair, me iludiu, porque eu pensava que ele ia sair ficar comigo em minha casa a gente procurar ir pra uma praia pra se divertir. Não. Ele ficou trabalhando e eu fiquei em casa. Aí não me sinto tão ansiosa por que tem os afazeres que eu sempre fiz na minha casa nunca fiquei parada mesmo, mas não gostei porque ele deveria ter dito, se faz falta para ele trabalhar faz falta pra mim também.” (Julieta – casal 3)*

*“O fato do senhor estar aposentado o senhor considera que teve alguma influência ou não, esta tendo, né, nessa relação agora com sua neta? Vai ser melhor, porque a disponibilidade de tempo. Então se a qualquer momento que eu quiser, como a filha tá naquele período de licença, quem quiser, ainda mais que é dez minutos daqui. Facilita essa interação.” (Tristão – casal 2)*

Destarte, nessa pesquisa, nota-se que a aposentadoria, como uma transição na trajetória de vida dos aposentados foco, coincidiu com as trajetórias de vida de outros membros da família. Madalena, agora aposentada, pode ajudar/mimar a filha adulta que está se preparando para casar, assim como Saulo em sua aposentadoria pôde vivenciar o casamento do filho mais velho; Maria (casal1) e Francisco (casal 4) relataram viver os encontros e desencontros de se estar aposentado e ter filhos iniciando a vida laboral; Tristão (casal 2) e Julieta e Romeu (casal 3) puderam em sua aposentadoria ver seus filhos tornarem-se pais, enquanto Maria, em sua aposentadoria vivenciou o falecimento do pai e as necessidade de cuidado da mãe.

Essas interligações são a expressão de outro princípio da abordagem do curso de vida: a interdependência das trajetórias de vida. O que se observa é que, por meio das redes de relacionamento, as trajetórias de vida das pessoas se interligam (ELDER; JOHNSON; CROSNOE, 2003; BLANCO, 2011; DESSEN; BISINOTO, 2014). E dessa interligação tem-se outro ‘tempo’; o tempo geracional. Logo, na aposentadoria, Tristão (casal 2) e Julieta e Romeu (casal 3) não só presenciaram seus filhos serem pais como tornaram-se avós e Maria deixou de ser a



filha que é cuidada para ser a filha cuidadora. Ou seja, a interdependência das trajetórias de vida desencadeia, também, mudanças de papéis.

Essa multiplicidade de tempos imprime à interface aposentadoria e família o caráter diacrônico. Enquanto a agentividade, ou protagonismo do indivíduo, confere a heterogeneidade ao processo de desenvolvimento familiar. Por isso, nessa pesquisa, ainda que se tenha percebido alguns pontos comuns nos relatos dos participantes, nota-se que diante de situações e contextos semelhantes os sujeitos tiveram percepções e comportamentos diferentes. A título de exemplo, nota-se que, para Maria, a falta de tempo dos filhos é um processo ‘natural’ decorrente das obrigações e dimensões da vida adulta em que estão se inserindo, enquanto que para Francisco a pouca disponibilidade das filhas seria um afastamento conseqüente das insatisfações e conflitos da relação.

*“E com relação ao tempo com os meninos? Você já me disse que agora vocês têm mais tempo. E tá invertendo porque eles estão entrando nesse mundo agora, né. (risos) Eles estão ficando sem tempo. E isso tem sido, é um ponto de impacto para você? Não. É o processo natural da vida. A gente, aí eu preciso também desse tempo para me cuidar mais, né.”* (Maria – casal 1)

*“Antes como tinha menos tempo, agora era diferente também, porque elas tinham menos compromisso, então ficavam mais comigo e eu com elas. A família que eu falo é as filha, né, que a mulher continua a mesma coisa. (...) E hoje, além de ter mais tempo pra ficar com elas, mas elas não ficam comigo. Elas arranjam compromisso, acho que eu sou muito chato, aí elas inventam coisas.”* (Francisco – casal 4)

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado nesse estudo, os motivos que levaram os participantes a aposentar-se e os cônjuges a apoiarem tal decisão, bem como as expectativas de ambos quanto a aposentadoria, remeteram-se às ideias de descanso, cuidar de si e fazer o que gosta. Tal tendência reforça o que a literatura (Oliveira e Santos, 2002; GRAEFF, 2002; Antunes, 2014) aponta quanto à representação da aposentadoria em duas ideias centrais a de 'retira-se' e a de 'jubilamento'. Ressalva-se que os autores quando se referem à representação da aposentadoria de 'retirar-se', ou seja, de afastar-se do mundo de trabalho, associam a duas conotações a de descanso, mas também a uma conotação negativa de não produtividade e inutilidade. Contudo, nesse estudo, só foi evidenciado a descanso e distanciamento do estresse laboral, a idéia de inutilidade não apareceu no relato dos entrevistados. Nota-se, tanto por parte dos aposentados quanto por parte dos cônjuges, a expectativa de se vivenciar uma aposentadoria ativa mantendo-se ocupados (estudando, envolvendo-se no mesmo ou outro tipo de trabalho, realizando atividades voluntárias ou de lazer) e em atividades junto à família.

A narrativa dos participantes revelou que na aposentadoria a família pode vivenciar algumas mudanças, mas que estas mudanças não seriam em decorrência exclusiva da aposentadoria, mas estariam associadas à interdependência das trajetórias de vida dos membros familiares. Ou seja, a aposentadoria do pai e/ou da mãe, no presente estudo, coincidiu com o ingresso de filhos no mundo do trabalho, filhos que estão inaugurando a vida conjugal e a parentalidade, bem como o processo de envelhecimento e maior debilidade ou mesmo morte dos mais velhos da família. Essas transições da trajetória dos referidos membros se interligam, gerando movimento e mudanças na família quanto à disponibilidade e flexibilidade de tempo para convivência uns com os outros e para assumir novos papéis, como os filhos que viraram pais, os pais que viraram avós e filhos que se tornaram cuidadores dos pais.

Destaca-se que as falas dos aposentados e cônjuges revelam um gradual afastamento dos filhos e uma tendência a maior aproximação conjugal. Tem-se, assim, o relato de pais que sentem uma redução do tempo de estar com os filhos, pois estes se mostram cada vez mais ocupados com o trabalho ou pelo fato de

estarem para sair de casa ou mesmo que já saíram e formaram suas próprias famílias. Nota-se que esse processo de independência e autonomia dos filhos pode gerar conflitos e chateações, mas também satisfações. E, conseqüente ao afastamento dos filhos, se verifica uma aproximação do casal que pode trazer ganhos, como o de conversar mais e cuidar mais um do outro, mas também pode ser vivenciado com alguns conflitos ou mesmo desencadear uma crise no casal. Essa dinâmica é concernente a tendência sinalizada por Cabral (2013) de que ao longo do curso de vida “passa-se de uma vida familiar para uma vida a dois e, após a viuvez, a uma vida a sós” (p.25). A análise do tempo livre ajudou muito a perceber essa dinâmica. De modo geral, a apreciação dos relatos referentes às experiências da vida conjugal, ou seja, sobre o ‘estar junto’ antes e na aposentadoria, sinalizam em caráter retrospectivo o que é a conjugalidade.

Os participantes do estudo não apontaram grandes mudanças na rotina de afazeres domésticos e cuidado. Verificou-se uma propensão a se manter o comportamento anterior a aposentadoria. Logo, as mulheres antes e na aposentadoria são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e os homens que demonstraram fazer mais algumas atividades em casa, já o faziam antes de aposentar, aumentando a disponibilidade e freqüência na aposentadoria.

Quanto à questão da moradia, não foram pontuadas mudanças ou questões diretamente relacionadas à aposentadoria. No que se refere à renda, a análise realizada nesse estudo reforça os achados das pesquisas de Kim e Moen (2002) quanto à relação entre adequação financeira e satisfação na aposentadoria. Os participantes, ainda que tenham sinalizado o baixo valor da aposentadoria e a má situação econômica do país, por estratégias particulares, conseguiram manter uma condição financeira considerada por eles adequada, incidindo positivamente na satisfação com a aposentadoria. Apenas um casal relatou inadequação financeira e isso parece trazer grande incômodo para o marido, refletindo na sua relação com a esposa.

O presente estudo, ainda que por sua limitada amostragem não possa ser generalizado, demonstrou que a família que vivencia o processo de aposentadoria de um ou mais membros pode passar por dificuldades e acirramento de conflitos e chateações, mas também desfrutar de satisfações que apontam justamente para o desenvolvimento humano, para o correr da trajetória de vida das pessoas que fazem

parte do grupo familiar e, conseqüentemente, evidencia a própria trajetória e desenvolvimento da família. A aposentadoria para o indivíduo e para a família parece ser entendida pelos participantes desse estudo como evento inerente ao curso de vida e percebida com naturalidade, não mais com o dramatismo evidenciado em pesquisas anteriores, como sinaliza Cabral (2013), ainda que sejam reconhecidas as dificuldades e conflitos que ocorrem na aposentadoria.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, F. J. B.; LOBO, A. L.; RAYMUNDO, J. S. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.12, n.2, p. 503-519, 1999.
- ALCÂNTARA, M.A.R.; CERQUEIRA, A.L.C.; SILVA, M.P.da. Casamento na família contemporânea. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. *Relações familiares*. Curitiba: CRV, 2016, p. 111-126.
- ANTUNES, M. H. *Entre o “mito do pijama” e “o projeto de ser feliz”: as repercussões da aposentadoria na dinâmica relacional familiar na perspectiva do casal*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2014.
- ANTUNES, M. H.; MORÉ, C. L. O. O. Família, trabalho e aposentadoria: uma revisão da produção científica no cenário brasileiro. *Contextos Clínicos*, v. 7, n. 2, p. 145-154, jul./dez. 2014.
- ANTUNES, Marcos Henrique; SOARES, Dulce Helena Penna; SILVA, Narbal. Aposentadoria e contexto familiar: um estudo sobre as orientações teóricas da produção científica. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 3, Número Especial, p. 45-56, out. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>.
- ARAÚJO, Clara; VEIGA, Alinne. Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.18, p.179-209, set/dez. 2015.
- ARAÚJO, Elizeu Serra de. As reformas da previdência de FHC e Lula e o sistema brasileiro de proteção social. *Rev. Pol. Públ.* São Luis, v.13, n.1, p.31-41, jan/jun 2009.
- ARRIAGADA, Irma. ¿Nuevas familias para un nuevo siglo?. *Paidéia*, FFCLRP-USP, Rib. Preto, jan/julho 2000.
- ASPESI, C.C.; DESSEN, M.A.; CHAGAS, J.F.. A ciência do desenvolvimento humano: uma perspectiva interdisciplinar. In: DESSEN, M.A.; JÚNIOR, A. L. C. (Orgs). *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.19-36.
- AVELAR, MARIA CRISTINA DE MELLO. O Envelhecimento e a Moradia: Análise empírica em uma instituição de longa permanência e a perspectiva do residente. *Caderno Temático Kairós Gerontologia*, 8, São Paulo, novembro 2010: 61-77.
- AZEVEDO, R. P. C.; CARVALHO, A. M. A. O lugar da família na rede social do lazer após a aposentadoria. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 16, n. 3, p. 76-82, 2006.

BEAUJOUAN, Cécile. Tempo familiar e tempo individual entre desempregados. In: PEIXOTO, C.E.; SINGLY, F.de; CICHELLI, V. *Família e individualização*. Trad. Angela Xavier de Brito. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 49-60.

BENGTSON, V.L.; ALLEN, K.R.. The life course perspective applied to families over time. In: BOSS, P.G.; DOHERTY, W.J.; LAROSSA, R.; SCHUMM, W.R.;STEINMETZ, S.K. (eds.). *Sourcebook of family theories and methods: a contextual approach*. New York: Plenum Press, 1993, p.469-504.

BLANCO, Mercedes. El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. *Revista latinoamericana de población*, v.5, n.8, enero-junio, 2011, p.5-31.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 14/01/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência Social (MPS). *Panorama da previdência social brasileira*. 3. ed. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência Social (MPS). *Informe de previdência social*, v.27, n.11, p.3-12, nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda (MF). Envelhecimento populacional no Brasil. *Informe de previdência social*, v.28, n. 10, p. 3-9, out. 2016.

CABRAL, M.V. (Coord.). *Processos de Envelhecimento em Portugal. Usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Lisboa (Portugal): Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013, p. 25-90, 187-238.

CIGOLI, V.; SCABINI, E. *La mediación familiar: El horizonte relacional-simbólico*. 2007a, p. 43-57.

CIGOLI, V.;SCABINI, E. Relación familiar: la perspectiva psicológica. In: GONZÁLEZ, Maria Isabel. *El cuidado de los vínculos: mediación familiar y comunitaria*. Bogotá: Editorial Universidade del Rosario, 2007b, p. 88-101.

COSTA, José Ricardo Caetano. As reformas da previdência social brasileira: entre o individualismo e o solidarismo social. *Juris*. Rio Grande, 14, p.55-68, 2009.

COSTA, Livia Alessandra Fialho; SILVA, Ester Nunes Praça da. Compreendendo a conjugalidade no mundo contemporâneo. In: BASTOS, A.C.S. et al.. *Família no Brasil: recurso para a pessoa e sociedade*. Curitiba: Juruá, 2015, p.357-374.

DESSEN, M.A.; BISINOTO, C..Avanços conceituais e teóricos em desenvolvimento humano: as bases para o diálogo multidisciplinar. In: DESSEN, M.A.; MACIEL, D.A. (Orgs). *A ciência do desenvolvimento humano: desafios para a psicologia e a educação*. Curitiba: Juruá, 2014. p. 27-107.

DIAS, C.M.S.B.. A literatura brasileira sobre avós na atualidade: as diversas facetas do cuidar. In: BASTOS, A.C.S. et al. *Família no Brasil: recurso para a pessoa e sociedade*. Curitiba: Juruá, 2015, p.465-482.

DIAS, C.M.S.B.. Avós e bisavós: percepções e vivências desses papéis. In: MOREIRA, L.V.C et al.. *Paternidade na sociedade contemporânea: o envolvimento paterno e as mudanças na família*. Curitiba: Juruá, 2016, p.287-301.

DORIA, P. *Aposentadoria: fontes de estresse e estratégias de enfrentamento*. TCC (Graduação em Psicologia) – Faculdade Ruy Barbosa, Salvador. 2004.

ELDER, G.H.; JOHNSON, M.K.; CROSNOW, R.. The emergence and development of life course theory. In: MORTIMER, J.T.; SHANAHAN, M.J. (eds.). *Handbook of the life course*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publisher, 2003. p.3-19.

FAÇANHA, J.C.R.F.. A Previdência Social Brasileira: da origem histórica ao panorama atual. *Revista Humanas Et Al.*, Paço do Lumiar, MA, v.2, n.3, p.33-45, jul.2015.

FORNASIER, Rafael Cerqueira. Amor e vínculo conjugal. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. *Relações familiares*. Curitiba: CRV, 2016, p. 89-109.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, C. *Aposentadoria: um estudo das representações sociais entre professores*. TCC (Graduação em Psicologia) – Faculdade Ruy Barbosa, Salvador. 2004.

GONÇALVES, LHT; COSTA, MAM; MARTINS, MM; NASSAR, SM; ZUNINO, R.. A dinâmica da família de idosos mais idosos no contexto de Porto, Portugal. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [Internet]. maio-jun 2011 [acesso em: 22/jun./2017];19(3):[09 telas]. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n3/pt\\_03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n3/pt_03.pdf)

GOODSON, I. F.; GILL, S. R. The concept of narrative. *Counterpoints*, vol. 386, p. 3–16, 2011. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42981361>

GRAEFF, Lucas. Representações Sociais da Aposentadoria. *Textos Envelhecimento*. v.4 n.7 Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: [http://www.unati.uerj.br/tse/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S15175928200200010003&lng=pt&nrm=iso](http://www.unati.uerj.br/tse/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15175928200200010003&lng=pt&nrm=iso)

GUILLÉN, Nancy Piedra. El poder y los afectos em el análisis de las relaciones y las transformaciones em las familias. *Revista Reflexiones*, v.95, n.2, p.9-21, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: resultados preliminares da amostra*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_Preliminares\\_Amostra/tabelas\\_de\\_resultados.zip](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Preliminares_Amostra/tabelas_de_resultados.zip)

IBRAHIM, F. Z.. A seguridade social: conceito, origem e histórico. In: IBRAHIM, F. Z.. *Curso de Direito Previdenciário*. 12. ed., revisada e atualizada. Niterói: Impetus, 2015. p. 1-82, 591-640.

JUNIOR, H.B.. Os Direitos Humanos e a Seguridade Social. *Síntese Trabalhista*, nº 171, set. 2003.

KIM, J. E. K.; MOEN, P. Is retirement good or bad for subjective well-being? *Current Directions in Psychological Science*, v. 10, n. 3, p. 83-86, 2001.

\_\_\_\_\_. Retirement Transitions, Gender, and Psychological Well-Being: A Life-Course, Ecological Model. *Journal of Gerontology: Psychological Sciences*, v. 57, n. 3, p. 212-222, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia Científica*. 5ªed. São Paulo: Atlas, 1999

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise Social*, v. XXXIII (4º), 1998 (n.148º), pp. 871-883.

LIMA, J.R.V.. Impacto da demografia e da informalidade sobre a relação entre contribuinte e beneficiários do Regime Geral de Previdência Social. *Tópicos Especiais de Finanças Públicas*. XVI Prêmio Tesouro Nacional, 2011.

LOUREIRO, H.; ÂNGELO, M.; SILVA, M. da; PEDREIRO, A.T.. Como as famílias portuguesas percebem a transição para a aposentação. *Revista de Enfermagem Referência*, v.IV, n.6, p.45-54, 2015.

MARANGONI, J. F. da C.. *Meu tempo, seu tempo: possibilidades de coeducação no relacionamento entre avós e netos*. 1ed. Curitiba: CRV, 2011.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6ªed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MORAGAS, R. M.. *Aposentadoria: uma oportunidade de vida*. Tradução de Joice Peters Schiavinato. São Paulo: Paulinas, 2009.

\_\_\_\_\_. *Gerontologia Social: envelhecimento e qualidade de vida*. 3ed. São Paulo: Paulinas, 2010

MOREIRA, L.V.C.; RABINOVICH, E.P.; SILVA, C.N.. Olhares de crianças baianas sobre família. *Paidéia*, v.19, n.42, p.77-85, jan/abr 2009.

MOTTA, Alda Brito da. Reinventando fase: a família do idoso. *Caderno CRH*, Salvador, n. 29, p. 69-87, jul/dez. 1998.

NETA, Avelina Alves Lima. Trabalho, família e desigualdade de gênero. *Informe de previdência social*, v.28, n. 2, p. 3-20, fev. 2016.



NICOLAZI, M.; SILVA, J.; COELHO, L.; CASCAES, A.; BUCHELE, F. Qualidade de vida na terceira idade: um estudo na atenção primária em saúde. *Cogitare Enfermagem*, v. 14, n. 3, p.428-34, 2009.

OLIVEIRA, A. M.; SANTOS, M.F.S. O envelhecer: teorias científicas x teorias populares. *Psico*, Porto Alegre: PUCRS, v. 33, n. 2, p. 311-326, Jul./Dez. 2002.

PETRINI, Giancarlo. DIAS, Marcelo Couto. Relações conjugais e familiares na sociedade contemporânea. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. *Relações familiares*. Curitiba: CRV, 2016, p. 19-31.

RABINOVICH, E. P.; AZEVEDO, T.. Participação dos avós no cuidado cotidiano dos netos pequenos. In: CASTRO, M. G.; CARVALHO, A. M. A.; MOREIRA, L. V. C. (Orgs.). *Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento do pais na atenção aos filhos*. Salvador: Edufba, 2012, p. 205-238.

RABINOVICH, E.P.; FRANCO, A.L.S.; MOREIRA, L.V.C.. Compreensão do significado de família por estudantes universitários baianos. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.260-273, 2012.

RABINOVICH, E.P.; MOREIRA, L.V.C.. Significados de família para crianças paulistas. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.13, n.3, p.447-455, jul/set 2008.

REIS, Luana Araujo dos. *Dinâmica familiar de idosos com comprometimento da capacidade funcional*. Dissertação (Mestrado), UFBA, Salvador, 2013.

REIS, P. R. C. *et al.* Impactos das Aposentadorias e Pensões no Nível de Bem-Estar Social dos Domicílios de Minas Gerais. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 26, n. 67, p. 106–118, abr. 2015.

ROMANINI, D.; XAVIER,A.; KOVALESKI, J. Aposentadoria: período de transformações e preparação. In: *Encontro nacional de engenharia de produção*, 24.,Florianópolis, 2004.

SALGUEIRO, C.D.B.L.; DIAS, C.M.S.B.; COELHO, L.S.. A importância da pessoa idosa/avós na educação infantil: estratégias e vivência exitosa de inclusão. *Nuances: estudos sobre educação*, Presidente Prudente-SP, v.26, n.3, p.174-189, set/dez. 2015.

SCHULER, E.; DIAS, M. de S. B.. Avós que criam seus netos: uma proposta de intervenção psicoeducativa. *Investigação Qualitativa em Saúde*, v.2, p. 134-139, 2014.

SANTOS, Carolina Fernandes dos; BARBOSA, Edvaldo Duarte. RGPS: breve perfil dos contribuintes entre 16 e 29 anos e de 60 ou mais anos – de 1996 a 2012. *Informe de previdência social*, v.26, n. 06, p. 3-8, jun. 2014.

SILVA, Eduardo Pereira da; PEIXOTO, Filipe Leite; COUTINHO, Pedro Mader; COSTANZI, Rogério Nagamine. O perfil dos beneficiários do regime geral da

previdência social (RGPS). *Informe de previdência social*, v.26, n. 02, p. 3-12, fev. 2014.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. de. "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de história de vida. *Mosaico: estudos em psicologia*, v.1, nº1, p.25-35, 2007.

SILVA, D.M.; VILELA, A.B.A.; NERY, A.A.; DUARTE, A.C.S.; ALVES, M.R.; MEIRA, S.S.. Dinâmica das relações familiares intergeracionais na ótica de idosos residentes no município de Jequié. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.20, n.7, p.2183-2191, 2015.

SINGLY, François de. O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C.E.; SINGLY, F.de; CICCHELLI, V. *Família e individualização*. Trad. Angela Xavier de Brito. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 13-19.

SINGLY, F. *Sociologia da Família contemporânea*. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 29-40.

SOARES,D.; COSTA, A.; ROSA, A.; OLIVEIRA,M. Aposenta-ção: programa de preparação para aposentadoria. *Estudos interdisciplinares sobre envelhecimento*, Porto Alegre, v. 12, p. 143-167, 2007.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Tradução de Luciane de Oliveira da Rocha. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SZINOVACZ, Maximiliane E.; DEVINEY, Stanley; DAVEY, Adam. Influences of family obligations and relationships on retirement: variations by gender, race and marital status. *The journals of gerontology*, v.56b, n.1, p. S20-S27, Jan. 2001.

TORRES, C.V.; DESSEN, M.A.. The brazilian jeitinho: Brazil's sub-cultures, its diversity of social contexts, and its family structures. In: GEORGAS, James et al. *Families across cultures: a 30-nation psychological study*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 259-266.

## APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

### 1/ Dados Pessoais e Sócio-Demográficos

Nome do entrevistado(a):

Aposentado/a       Cônjuge

Idade do(a) entrevistado(a) e d(a) cônjuge

Sexo: F/M

Raça/Cor:

Estado Civil: Casado(a)/Solteiro(a)/Divorciado(a)/União estável/Outro \_\_\_\_\_

Escolaridade:

Quando se aposentou? Qual tipo de aposentadoria?

### Me fale sobre sua rotina de trabalho antes de se aposentar?

Quantas horas de trabalho por dia? Quantos dias por semana?

Breve histórico da vida profissional

Contexto laboral, colegas, satisfação

### Me conte como está sendo a sua aposentadoria? / Me conte como está sendo a aposentadoria do seu/sua cônjuge?

Processo de decisão para aposentadoria/motivo/participação família

Quais eram suas expectativas quanto à aposentadoria? Você fazia projetos para esse período? Quais?

Passou por algum processo/programa de preparação para a aposentadoria? Caso positivo, como foi?

Como você avalia a sua aposentadoria?

Como gostaria que fosse?

### E sua família? Me fale sobre sua família antes e agora na aposentadoria?

Possui filhos? Netos?

Quem mora com você?

Como era a organização cotidiana da sua família antes da aposentadoria?

Quem era responsável pelos afazeres domésticos? O que cada um executava?

Quem cuidava dos filhos e/ou netos e/ou bisnetos?

O que costumava fazer no tempo livre?

Quanto tempo passava com a família? O que costumavam fazer juntos?

Houve mudanças na rotina, nos hábitos e na forma como a família se organizava e se relacionava antes da aposentadoria e como o fazem atualmente? Caso sim, quais?

Como é a organização cotidiana da sua família atualmente?

Quem é responsável pelos afazeres domésticos? O que cada um executa?

Quem cuida dos filhos e/ou netos e/ou bisnetos?

O que costuma fazer no tempo livre?

Quanto tempo passa com a família? O que costumam fazer juntos?

E amigos? Quem eram seus amigos? Quanto tempo passava com os amigos? O que costumavam fazer juntos?

E amigos? Quem são seus amigos? Quanto tempo passa com os amigos? O que costumam fazer juntos?

### Está exercendo alguma atividade remunerada atualmente? Qual? Frequência?

De quanto é a renda familiar **atual** (por mês)?

1 a 3 S.M.     acima 3 a 6 S.M.     acima 6 a 9 S.M.     acima 9 a 12 S.M.     acima 12 a 15 S.M.  
 acima 15 S.M.

9/ Quem toma conta das finanças da família?

10/ Quem contribui e qual a porcentagem da participação de cada um?

Especificamente sobre você:

11/ De quanto é a sua renda?

1 a 3 S.M.  acima 3 a 6 S.M.  acima 6 a 9 S.M.  acima 9a 12 S.M.  acima 12 a 15 S.M.  acima 15 S.M.

12/ Quais são suas fontes de renda? Qual a porcentagem de cada uma na composição da sua renda total?

Quanto era a renda familiar **há pelo menos um ano antes da aposentadoria** (por mês)?

1 a 3 S.M.  acima 3 a 6 S.M.  acima 6 a 9 S.M.  acima 9a 12 S.M.  acima 12 a 15 S.M.  acima 15 S.M.

14/ Quem tomava conta das finanças da família?

15/ Quem contribuía e qual a porcentagem da participação de cada um?

Especificamente sobre você:

16/ De quanto era a sua renda?

1 a 3 S.M.  acima 3 a 6 S.M.  acima 6 a 9 S.M.  acima 9a 12 S.M.  acima 12 a 15 S.M.  acima 15 S.M.

17/ Quais eram suas fontes de renda? Qual era a porcentagem de cada uma na composição da sua renda total?

- A sua moradia é a mesma de antes e após a aposentadoria? Em caso negativo, qual o motivo da mudança?
- Pensando no período de até um ano antes da aposentadoria, como era a condição financeira da família? Você a considerava adequada às necessidades da época? Por que?
- E hoje, como está a condição financeira da família? Você a considera adequada às necessidades atuais? Por que?
- Pensando nessa relação entre condição financeira e necessidades, antes e agora na aposentadoria, você considera ter havido alguma mudança? Caso sim, quais? Como você avalia essas mudanças?
- Como foi o processo de adaptação da família a essas modificações advindas com a aposentadoria?
- Houve algum acontecimento importante ou marcante ocorrido com a família após a aposentadoria?
- Pensando na forma como a sua aposentadoria (**como a aposentadoria do seu/sua cônjuge**) tem sido vivenciada pela família, o que mais lhe chama a atenção?
- O que favoreceu ou tem favorecido sua adaptação à aposentadoria? E o que favoreceu ou tem favorecido a adaptação da sua família à aposentadoria?
- O que dificultou ou tem dificultado sua adaptação à aposentadoria? E o que dificultou ou tem dificultado a adaptação da sua família à aposentadoria?

### Encerramento da Entrevista

45/ O/A senhor(a) quer acrescentar algo sobre o que conversamos?

46/ Como o senhor(a) se sente ao final desta entrevista?

## ANEXO – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O/A senhor/a está sendo convidado/a a participar, como voluntário/a, de uma pesquisa intitulada: NOVAS TRANSMISSÕES MATERIAIS E AFETIVAS NA APOSENTADORIA: DO GOSTO AOS CONFLITOS DE “ESTAR JUNTO”, que será desenvolvida pela pesquisadora Mariana Cajueiro Vieira, discente do Programa de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as expectativas, experiência e percepção de aposentados e seus cônjuges sobre a dinâmica familiar na aposentadoria. A sua participação no estudo consiste em responder questões elaboradas pela pesquisadora na forma de entrevista. O roteiro de entrevista inclui questões relacionadas à aposentadoria e à dinâmica familiar frente a esse processo.

Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, o/a senhor/a poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo para o/a senhor/a (Res. 466/12 CNS/MS).

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

- Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, o/a senhor/a poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo.
- As informações prestadas pelo/a senhor/a fundamentarão a dissertação da pesquisadora para conclusão do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador. Outros trabalhos científicos podem ser derivados desta pesquisa, mas, em qualquer circunstância, sua identidade será mantida em absoluto sigilo.
- A entrevista será gravada para possibilitar o registro de todas as informações fornecidas pelo/a senhor/a, as quais serão posteriormente transcritas; tais gravações serão mantidas sob a guarda da pesquisadora que, após a transcrição não identificada da mesma, apagará o conteúdo gravado.
- Sua participação não implica em nenhum custo financeiro, mas caso tenha alguma despesa em decorrência desta entrevista, o/a senhor/a será ressarcido/a.
- Essa investigação permitirá ao senhor/senhora e seus familiares a reflexão sobre o assunto. Pode contribuir para ampliar a compreensão acerca da aposentadoria, da dinâmica familiar frente a mudanças e do envelhecimento. Em adição, pode oferecer subsídio aos profissionais que atuam em programas de preparação para aposentadoria ou em outros trabalhos voltados para pessoas na última fase adulta ou velhice.
- Por se tratar de uma entrevista gravada e que aborda conteúdos potencialmente mobilizantes, caso ocorra algum constrangimento e/ou comoção, o/a senhor/a tem garantido o apoio e encaminhamento à assistência necessária.
- Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará com o/a senhor/a e a outra com a pesquisadora.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, poderá entrar em contato por meio do endereço/telefone:

Mariana Cajueiro Vieira – Telefone: (71) 9 9355-4431

Universidade Católica do Salvador - Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea - Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador-Ba, CEP: 40.231-902

Eu, \_\_\_\_\_ aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador: \_\_\_\_\_